



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

**ITINERÁRIOS DE UM *NÃO LUGAR*:**  
**ESTRATÉGICAS E TÁTICAS NA (DES) FAVELIZAÇÃO DA CIDADE DE**  
**TERESINA (1969-1999)**

TERESINA – PI

2018

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

**ITINERÁRIOS DE UM NÃO LUGAR:  
ESTRATÉGICAS E TÁTICAS NA (DES) FAVELIZAÇÃO DA CIDADE DE  
TERESINA (1969-1999)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob orientação do Professor Doutor Edwar de Alencar Castelo Branco, como requisito à obtenção do grau de Mestre em História.

TERESINA – PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

O48i Oliveira, Marcelo Gonçalves de.  
Itinerários de um não lugar: estratégias e táticas na  
(des) favelização / Marcelo Gonçalves de Oliveira. – 2018.  
123 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –  
Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo  
Branco.

1. História (Teresina). 2. Cidades – Espaço Urbano. 3.  
Gestão Urbana - Teresina. I. Título.

CDD 981.22

**ITINERÁRIOS DE UM NÃO LUGAR:  
ESTRATÉGICAS E TÁTICAS NA (DES) FAVELIZAÇÃO DA CIDADE DE  
TERESINA (1969-1999)**

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Dissertação aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco (orientador)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

---

Professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento (examinador)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

---

Professor Dr. Jailson Pereira da Silva (examinador externo)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Professor Dr. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior (examinador)  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

---

Professor Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (suplente)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

## AGRADECIMENTOS

A vida num suspiro. Arremedo de um desejo de eternidade, vivido intrepidamente, sem destino. Então, com medo da morte, me refugio nos braços da sorte, a quem eu chamo Deus-menino. Às vezes, sem rumo, estendo uma prece ao mundo, no desejo de ficar apenas parado, em algum lugar. Mas, deveras atrevido, um travesso menino perturba o meu caminho e diz que a vida é apenas uma trilha feita para brincar.

Agradeço ao infinito Deus, por seu amor incondicional. Aos meus pais, Luiz Gonçalves e Maria do Carmo, que me ensinaram que o essencial da vida está no próprio ser humano. Aos meus irmãos Márcio e Osita, pelo companheirismo. À minha esposa Angie, bálsamo que preenche meu coração - sem ti não haveria motivo para esta escrita. Ao meu filho Felipe, tão pequeno... Perdoe o papai por não ter podido brincar contigo.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPI, na figura de seu coordenador, professor Francisco de Assis de Sousa Nascimento e das funcionárias Dona Eliete e Rairana, pelo apoio, carinho e presteza. Aos colegas do mestrado, que permitiram compartilhar suas vidas e me ensinaram a seguir adiante pelos caminhos da História.

Ao meu orientador, professor Edwar de Alencar Castelo Branco, que consegue fazer parecer fácil o que deveras não seria; artista da palavra; nobre, no sentido gentil de ver a vida e as pessoas.

Por tantos afetos, incentivos, palavras doces... quantos, sem saber, construíram este trabalho. A todos vocês, que fogem, agora, da minha memória, só resta o meu agradecimento.

*A Angie e ao pequenino Felipe.*

*Todo dia o sol da manhã vem e lhes desafia;  
Traz do sonho pro mundo quem já não o queria;  
Palafitas, trapiches, farrapos, filhos da mesma agonia.  
E a cidade que tem braços abertos num cartão postal,  
Com os punhos fechados da vida real,  
Lhes nega oportunidades, mostra a face dura do mal.  
(Herbert Viana, Bi Ribeiro e João Barone)*

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de estudar historicamente o modo como as favelas de Teresina, Capital do Estado do Piauí, modificaram a configuração urbana da cidade a partir da década de 1970, propondo novas relações entre seus moradores, o Poder Público e os espaços da Capital piauiense. Os Planos Urbanísticos formulados pelo governo desde o fim dos anos de 1960, como forma de mapear a cidade, foram sintomáticos do esgarçamento da imagem da cidade retilínea e planejada projetada para Teresina desde a sua origem. Com a explosão demográfica e a intensificação do fenômeno das favelas, a urbe é tomada pelas ações dos seus sujeitos ordinários que, na experiência do cotidiano, constroem a cidade. Os documentários experimentais *Povo Favela* e *Pai Herói*, produzidos em 1978 e 1980, respectivamente, foram tomados como significativos para olhar a cidade para além daquela dos Planos e mostrar uma outra, muitas vezes invisível ao olhar do Poder Público. Na luta por fincar-se no espaço da Capital, uma teia de relações é estabelecida pelos moradores junto ao Poder Público: estratégias, táticas, composições. O jornal *Alternativa*, produzido por moradores, foi um subsídio valioso para o entendimento dessas relações. Por fim, buscou-se compreender as estratégias formuladas no âmbito de políticas públicas, no início dos anos de 1990, que objetivaram a desfavelização da cidade através do mapeamento de espaços urbanos tidos por desordenados e da transmutação desses espaços em bairros e vilas legalmente constituídos. Nos recenseamentos, assim como em projetos municipais, tais como o “Projeto Vila-Bairro”, encontram-se exemplos de estratégias discursivas utilizadas pela gestão pública municipal para cooptar – e assim apagar, ocultando-as sob o manto da legalidade – essas ocupações desordenadas da cidade de Teresina. Teoricamente, o estudo é suportado pela proposição ceuriana de que a cidade corresponde a um empório de estilos, o que nos permite enxergar as cidades invisíveis, expressas nas práticas cotidianas de seus moradores, e perder de vista as cidades visíveis, as quais reluzem ilusoriamente nos cartões postais.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Cidade; Gestão urbana; Teresina.

## ABSTRACT

This work aims to study historically how the *favelas* of Teresina, Capital of the State of Piauí, made their way to modify the urban configuration of the city by the 1970s, proposing new relations between its residents, the Public Power and the spaces of the Capital. The Urban Plans formulated by the government since the end of the 1960s, as a way of mapping the city, were symptomatic for the rendering of the rectilinear and planned city image, projected for Teresina from its origin. With the demographic explosion and the intensification of the phenomenon of *favelas*, the city is taken by the actions of its ordinary citizens, who build the city in their daily experiences. The experimental documentaries *Povo Favela* and *Pai Herói*, produced in 1978 and 1980 respectively, were taken as meaningful to help looking at the city beyond that one designed on the Plans and show another one, often invisible to the public authorities. Struggling to establish themselves at the Capital's space, residents established a web of relations with the Public Power: strategies, tactics, compositions. The *Alternativa* Journal, produced by residents, was a valuable subsidy for understanding those relations. Finally, this work tried to perceive the strategies formulated in the scope of public policies in the early 1990s, which aimed the de-favelização of the city by mapping out urban spaces considered as disordered and transmutating those spaces into legally constituted neighborhoods and boroughs. In censuses, as well as in municipal projects such as the "Vila-Bairro Project", there are examples of discursive strategies used by Municipal Public Administration to co-opt those disordered occupations at the city of Teresina - and thus extinguish them under a cloak of legality. Theoretically, the study is supported by the Certeurian proposition that the city corresponds to an emporium of styles, which allows us to see the invisible cities which are expressed in the daily practices of its inhabitants, and to lose sight of the visible cities, which illusory shine at postal cards.

KEY WORDS: History; City; Urban administration; Teresina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. BORRANDO O TABULEIRO DE XADREZ: O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DE TERESINA</b> .....	19
1.1 Decifrando Teresina: os planos de estruturação e desenvolvimento .....	32
1.1.1. O PDLI .....	33
1.1.2. I PET .....	42
<b>2. UMA ESPUMA SOCIAL FERMENTA NAS FAVELAS DA CAPITAL PIAUIENSE</b> .....	50
2.1. Cidade reconfigurada: as favelas como rizomas de uma estética urbana .....	51
2.2 Os sujeitos sociais iluminam a cidade flanêur: itinerários experimentais do grupo Mel de Abelha .....	57
2.2.1. POVO FAVELA: artistas da sobrevivência tateiam a cidade .....	61
2.2.2. PAI HERÓI: caminhos (in)visíveis do cotidiano .....	71
<b>3. ITINERÁRIOS ALTERNATIVOS: ESTRATÉGIAS, TÁTICAS E OUTROS PERCURSOS NAS FAVELAS DE TERESINA</b> .....	80
3.1 Táticas ordinárias: as reações dos sujeitos de um “não-lugar” .....	81
3.1.1. Alternativa na cidade: o dedo que aponta problemas e sugere soluções .....	82
3.1.2. Entre estratégias e táticas: fraturas e contradições nos discursos sobre a cidade .....	95
3.2 A vista panóptica: estratégias espacializantes e o apagamento das favelas .....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119

## INTRODUÇÃO

Escrever sobre a cidade de Teresina talvez seja, para mim, um pretexto para esculpir e publicizar as memórias que guardo desta cidade. Fechando os olhos, tento (re)fazer o percurso de lembranças entrecortadas pelo tempo e arrisco tecer meu caminhar pela cidade. Despretensiosamente, com o olhar curioso de menino, observo atentamente as ruas do centro de Teresina e o modo surpreendente como iam sempre se cruzar e dar em uma outra rua, que levava a outra e mais outra... Eram muitos quarteirões, embora curtos, mas que de alguma forma conseguiam confundir minha direção. Passava por uma Igreja, fazia um sinal da cruz, com a reverência ensinada por meus pais, e olhava para o alto tentando alcançar o que existia lá na ponta.... Sentia, de repente, o puxão de minha mãe, que, apressada para ir comprar alguma bugiganga doméstica, trazia-me de volta à realidade. Andávamos mais um pouco e acabávamos por encontrar uma praça, com suas mil possibilidades e pessoas que a tomavam enunciando suas artes de fazer, como artistas da sobrevivência. Vendedores, mendigos, cantores... habitantes, por vezes desabitados, desta cidade, que inventavam seu cotidiano e davam significados a estes espaços.

Vislumbro, pois, duas cidades. Uma cidade de Deus, na qual o meu olhar petrificado se estende até o céu, absorto por um artefato/monumento que me atravessa e me prende. Em paralelo, enxergo uma cidade dos homens, que me tira do vislumbre congelante da imagem/monumento e me traz de volta às andanças ordinárias das ruas, nas peripécias e astúcias impressas pelos sujeitos dessa cidade.

Retomo essas ideias para pensar historicamente esta cidade em que habito. Uma cidade planejada por natureza, anunciada como primeira Capital de uma Província Imperial brasileira a ter um modelo urbano previamente definido. Cidade das praças, das Igrejas, dos prédios públicos, lugares que se materializam como marcos persistentes na caminhada da história, estampadas como cartões postais da memória e que se fincam no e pelo tempo. Mas, para além dessas marcas da cidade dos cartões postais, que se transportam pelo tempo e ainda são capazes de cristalizar, como que suspendendo o tempo, há uma outra imagem de cidade que atravessa a retina e que se faz persistente na Capital piauiense: a Teresina dos casebres, dos papelotes, das gambiarras, dos desvios, de aglomerados improváveis e rizomáticos que pululam a cidade. Cidade de homens e mulheres que se acotoveam pelas frestas dos monumentos, que destorcem

os quarteirões retos e alinhados, borrando as alegorias dos cartões postais, dando sentido e significados outros ao vir-a-ser Teresina.

O que se busca, portanto, neste trabalho, é estudar historicamente como as favelas de Teresina, Capital do Estado do Piauí, reconfiguraram o desenho urbano da cidade, a partir da década de 1970, estabelecendo novas relações entre esses seus moradores, o Poder Público e os espaços da Capital piauiense. Para tanto, a análise do período situado entre o final da década de 1960 e o fim dos anos de 1990 se torna fundamental para a compreensão do objeto de estudo, pois é nesse recorte temporal que ocorre um considerável aumento populacional de Teresina, acompanhado pelo crescimento de ocupações irregulares – as favelas – que permeiam a cidade. Ademais, é nesse momento que se evidenciam as perspectivas de atuação do Poder Público sobre a cidade, na tentativa de decifrá-la e reconstruí-la, consubstanciada nos planos para o desenvolvimento da Capital: O Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI em 1969, o I Plano Estrutural de Teresina - I PET em 1977, o II Plano Estrutural de Teresina - II PET, em 1988 e o Projeto Vila-Bairro em 1997.

Objetiva-se, também, mostrar como os sujeitos diretamente alcançados por esse discurso ordenador veem a cidade e como se dá sua relação com o Poder Público, dentro do recorte temporal trabalhado, bem como as táticas ordinárias de que se utilizam para escapar ao esforço *panóptico* do Poder Público municipal para apagar as favelas.

Para alcançar tais objetivos, inicialmente foi realizado um amplo levantamento bibliográfico sobre a temática em estudo, possibilitando a formação do que se imagina ser um adequado embasamento teórico para o desenvolvimento do estudo.

Vários trabalhos desenvolvidos no âmbito da historiografia brasileira voltam-se para uma análise específica dos processos de modernização de nossa sociedade, na linha do que expõe José Murilo de Carvalho (1998) ou mesmo nas discussões feitas por Nicolau Sevcenko (1999), em seus estudos sobre os efeitos da modernização nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Porém, creio que o olhar sobre a modernização revela também outro aspecto que se faz sentir nas cidades a partir de seu processo de ocupação: as favelas.

Os trabalhos nessa linha reportam-se, em especial, à situação existente no Rio de Janeiro, à dimensão social que as favelas cariocas representam e às práticas e representações da pobreza no espaço urbano, podendo ser citadas as obras organizadas por Alba Zaluar e Marcos Alvito (2001) e Lícia do Prado Valladares (2005). Para uma análise histórica mais incisiva sobre as

favelas, foram utilizadas algumas pesquisas realizadas que tomam como base as transformações ocorridas no espaço urbano de Teresina, sob a perspectiva da “favelização” da cidade, como os trabalhos de Dissertação de Mestrado de Viana (1999) e de Ferraz (2007) e, principalmente, a obra de Lima (2003), cujas análises serão empreendidas ao longo do desenvolvimento do presente trabalho.

Também se faz presente a perspectiva de trabalhos que analisam a cidade a partir da relação com a imagem, em especial na linguagem fílmica, que expressa um lugar de acontecimento da história, capaz de possibilitar que a invisibilidade de sujeitos ordinários possa ser contada na visão cotidiana, no seu itinerário tático do dia a dia da cidade.

Teoricamente, o principal suporte é a proposição certeuriana de que a cidade corresponde a um empório de estilos, o que nos permite enxergar as cidades invisíveis, expressas nas práticas cotidianas de seus moradores, e perder de vista as cidades visíveis, as quais reluzem ilusoriamente nos cartões postais.

Ao estudarmos a Capital piauiense, nos apropriamos da visão de que, para além da forma, da intencionalidade racional, da abstração e do plano, a cidade se desdobra como um texto (BARTHES, 2001, p. 219-231) que pode ser percorrido e decifrado, consumido por seus habitantes, enunciado linguisticamente numa maneira topográfica própria (CERTEAU, 2014, p.166-167).

Se a cidade é um discurso (BARTHES, 2001, p. 224) delineado em uma linguagem, os seus habitantes leem-na, impondo seus significados, imprimindo seus desejos. A cidade subjetiva, invisível, torna-se visível no ato enunciativo dado pelo cidadão. Aqui, propomos que a leitura feita no cotidiano dos favelados da Capital piauiense imprime sentido e significado próprio à cidade de Teresina, muito além daquela expressa nos traçados lineares da Capital planejada ou dos roteiros sentimentais e dos cartões postais.

À Cidade de Deus, irradiada na intencionalidade linear dos tabuleiros, na abstração de uma Capital espectralizada em suas fotografias petrificantes do passado, espreita e emerge uma Cidade dos Homens, que se faz sentir na deformidade da cidade artefato, nos rizomas e labirintos que entorpecem os caminhos, nas táticas expressas por seus habitantes, que, no uso de suas impressões cotidianas, vazam do esforço panóptico do Poder Público para cooptá-las à cidade fílmica.

Lançamos mão do conceito de rizoma, desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua obra *Rhizome* (1976), retomado mais tarde em *Mille Platôs*, de 1980, como processo de pensamento baseado na multiplicidade, na heterogeneidade, diverso da racionalização simétrica, arbórea e hierárquica predominante no modelo de pensamento existente. O conceito de rizoma vislumbrado numa lógica “ilógica” de constituição das favelas, que segue um fluxo de movimento diverso, próprio, sem modelos fixos, hierárquicos, padronizados impostas pelos padrões arbóreos de especialistas urbanos.

Para a compreensão da dinâmica de ocupação dos espaços físicos de Teresina é necessário ter presente a forma como o Poder Público, historicamente, interveio para a formulação de uma política de planejamento urbano. Esse ponto torna-se essencial, tendo em vista a presença de um sentido de ordenação e planejamento manifesto na Capital piauiense desde o seu nascedouro. Mas, para a manutenção desse lócus de planejamento, o Poder Público desenvolve estratégias, compreendidas estas como

ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. (CERTEAU, 2014, p.96).

Essas estratégias foram essenciais para a configuração de um discurso disciplinar (FOUCAULT, 1999, p.118) desenvolvido em Teresina no final dos anos de 1970, quando ocorreu a intensificação da ocupação dos espaços urbanos da Capital piauiense e o surgimento das favelas, tomadas como agrupamentos urbanos deslocados de um planejamento ocupacional com um mínimo de infraestrutura.

Além dos conceitos de estratégia (Certeau) e discurso disciplinar (Foucault), também se tomou como base para o desenvolvimento das pesquisas as noções formuladas por Michel de Certeau sobre o lugar como sendo “uma ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações” (CERTEAU, 2014, p. 184) e não lugar “ausência dos lugares”. É, neste sentido, do lugar que os caminhantes arrancam os significados com os quais constituem o espaço.

Em um primeiro momento, o discurso ordenador se efetiva pela lógica binária do ser e do não-ser, ou seja, da definição do que é legal e do que é ilegal, do que é bairro e do que não é bairro, do lugar e do não-lugar. Depois, o Poder Público passa a se utilizar de estratégias de identificação desse ser ilegal para tentar cooptá-lo ao espaço da legalidade. Assim, passa-se a

mapear favelas e ocupações desreguladas de Teresina (não-bairros) para imprimir um sentido de regularização (poder disciplinar) a estes espaços.

A noção de *estadania*, desenvolvida por José Murilo de Carvalho, será referência para entender como as relações entre os moradores da favela e o Poder Público ocorrem de forma diversificada, não homogênea, variando desde propósitos de negociação, composições ou mesmo indiferença, para além de uma divisão de lados ou de conflito de interesses.

O primeiro capítulo observa principalmente a cidade das formas e dos planos, onde se descreve Teresina na intencionalidade de Capital planejada, herdeira de um modelo urbanístico português de organização das cidades. A cidade se espreme em seu tabuleiro por quase cem anos, mantendo sua configuração urbana, apesar de demonstrar sinais pontuais de que a cidade se desalinha. Porém, a partir dos anos de 1960, novos elementos são evidenciados na Capital piauiense, demonstrando um esgarçamento do tabuleiro de xadrez e levando o Poder Público a repensar suas estratégias para disciplinar a cidade. Os três Planos urbanos desenvolvidos são indicativos de que a Capital de Saraiva resta distorcida e que se faz necessário entendê-la, decifrá-la.

Esse capítulo tem o objetivo de mostrar que, embora tenha sido inicialmente criada como uma cidade planejada, nos moldes de um “tabuleiro de xadrez”, termo utilizado nas narrativas da transferência da Capital, nos meados do século XIX, Teresina se esgarça a ponto de, a partir da década de 1960, ter no processo de favelização um problema urbano a ser enfrentado pelas autoridades, que, até então, ignoravam as aglomerações periféricas enquanto problema social, vez que conseguiam manter afastado da cidade – seu centro planejado – interferências dessa periferia.

Para tanto, o trabalho de pesquisa centra-se, essencialmente, no esforço de compreender as estratégias utilizadas pelo Poder Público municipal, entre o final dos anos de 1960 e o fim dos anos de 1990, para implementar uma política de “desfavelização” da cidade de Teresina, através do mapeamento dos espaços urbanos considerados desordenados (favelas) e a transformação destes espaços em unidades legalmente constituídas.

O segundo capítulo se debruça sobre a visão dos habitantes das ocupações urbanas, buscando mostrar uma ótica inversa à do Poder Público, até agora apresentada. Se até então vimos como o Poder Público apreende e reage ao fenômeno da favelização da cidade de

Teresina, a partir deste momento veremos como as favelas e os seus agentes sociais veem a cidade e como se dá sua relação com o Poder Público, dentro do recorte temporal trabalhado.

A pesquisa realizada remete à Teresina situada entre o final dos anos de 1960 e toda a década de 90 do século XX. Neste interstício temporal, temos uma explosão das favelas e o desenvolvimento, por parte do Poder Público municipal, de uma política de ordenamento dos espaços de Teresina, através do mapeamento destas favelas e da criação de estratégias e discursos para a reconfiguração destes espaços.

Pretende-se, pois, olhar a cidade como categoria portadora de historicidade, que traz sentido às experiências humanas ocorridas em algum tempo e lugar do passado. Entretanto, a análise não se limitou às questões da exigência do moderno: novos espaços de construção, novo perfil arquitetônico, novos modelos ou práticas de sociabilidade. Empreendemos buscar e resgatar o “não visto”, o “ilegítimo”, “o ilegal”, trazendo à vista as favelas e de que forma elas, em tempo e lugar, desenharam sua trama na história de Teresina, dentro de uma relação e de um discurso desenvolvido pelo Poder Público. Buscamos, ainda, mostrar o cotidiano dos sujeitos sociais que habitam as favelas, transitando pelos traçados da história de Teresina e atravessando os caminhos de uma Capital planejada para mostrar a presença de uma grande quantidade de favelas e como seus sujeitos, com suas experiências e vivências, promoveram o redesenho da cidade.

A tensão entre a ilusão da cidade perfeita e o descaso, beirando o desprezo, pelos sujeitos menos favorecidos e excluídos dessa cidade emerge como um sintoma do esgarçamento do tabuleiro de xadrez. A invisibilidade de tais sujeitos sociais passa a ser uma visibilidade incômoda com a explosão de favelas na cidade. Incômoda porque, além de revelar uma “feitura” numa cidade especialmente planejada para ser bela, tal visibilidade passou a buscar se fazer não apenas vista, mas ouvida em suas mazelas e em suas reivindicações por integração digna na cidade que ajudaram a construir.

Com o benefício dos filmes “Povo Favela” e “Pai Herói”, ambos do grupo Mel de Abelha, mostra-se o cotidiano dos sujeitos sociais favelados. Nesse tópico do capítulo, fez-se uma breve apresentação do Grupo Mel de Abelha e das circunstâncias em que suas produções cinematográficas surgiram, apresentando uma visão da realidade que o cercava, a partir do ponto de vista dos agentes sociais que vivem na cidade, bem como fez-se uma análise detalhada dos filmes referidos. No desenrolar do filme, vemos como vivem e quais as expectativas dos moradores da favela retratada em relação à cidade em que vivem e da qual são distanciados, e o que fazem para se tornarem próximos e inseridos no contexto social de então.

Assim, procurou-se mostrar a incongruência entre a cidade dos cartões postais – a cidade *voyeur* – e a cidade real, cuja existência se dá a ver nos passos perdidos de sujeitos ordinários que delinquem o cartão postal ao mesmo tempo em que dão sentidos outros aos espaços urbanos. (CASTELO BRANCO, 2016, p.147).

Por fim, no terceiro capítulo, são abordadas as teias de relações estabelecidas entre os moradores das favelas e o Poder Público, em suas estratégias, táticas, composições e outros modos de contato. Estratégias de que o Poder Público se utiliza para apagar os sujeitos favelados ou cooptá-los ao espaço da legalidade, ao tempo em que os sujeitos expõem suas táticas para vazar da visão panóptica do Poder Público. Táticas que “apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundamentações de poder” (CERTEAU, 2014, p. 96) e que podem ser expressas nas ocupações empreendidas pela população sem moradia ou mesmo na resistência às ações desapropriatórias do Poder Público, no modo de se organizar em associações e de buscar reivindicações na esfera jurídica. Composições que conduzem a formação de novos modos associativos, imbricando o público e o privado, expondo aspectos de politização do espaço comunitário ou ainda a defesa de interesses particulares sob argumentos de necessidades coletivas. O Jornal *Alternativa*, produzido pelos moradores, será um subsídio para entender um pouco destas relações entre a cidade do Plano e a cidade das favelas.

As principais fontes tomadas como suporte empírico à pesquisa, além dos filmes e dos registros hemerográficos, correspondem às leis, decretos e projetos municipais promulgadas e desenvolvidas em Teresina no recorte temporal da pesquisa.

Os Planos Urbanos selecionados foram utilizados para compreender de que forma os gestores públicos, a partir dos anos de 1960, buscaram desenvolver um novo modelo de cidade para Teresina, externando a necessidade de conhecê-la, entendê-la e decifrá-la. Para tanto, realizaram três grandes mapeamentos da cidade, entre os anos de 1969 e 1988.

Do primeiro mapeamento realizado, em 1969, resultou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, em 1970, criado por lei municipal. A ele se seguiram o I Plano Estrutural de Teresina (I PET) em 1977 e o II Plano Estrutural de Teresina (II PET), em 1988, igualmente antecedidos de levantamento maciço de dados da cidade e de seus moradores.

Algumas leis e decretos também foram estudados por serem denunciadoras de um aparato normativo que serviu de base para propor comandos de ordenação de espaço urbano,

zoneamento, desapropriações, expondo estratégias desenvolvidas para a intervenção na cidade e de que forma repercutiam na própria vida dos seus habitantes. Exemplos são as legislações que fundamentaram os próprios planos urbanísticos, ou mesmo complementaram a sua atuação.

Paralelamente ao trabalho com a fonte normativa, foram utilizados os Censos de Vilas e Favelas realizados pelo Poder Público municipal nos anos de 1990 para um aprofundamento das análises estatísticas sobre a organização espacial de Teresina, percebendo-se as nuances e estratégias que se fazem presentes por trás dos números, numa retórica discursiva do poder.

Como chave de leitura para olhar a cidade para além da ótica do Poder Público, utilizamos os já citados Filmes *Povo Favela* e *Pai Herói*, produzidos pelo grupo Mel de Abelha ao final dos anos 1970 e início dos anos de 1980. A análise empreendida a partir da narrativa fílmica permitiu uma outra perspectiva da cidade, observada no cotidiano dos sujeitos sociais favelados, percebendo como tais sujeitos que chegam a esta Capital começam a subverter a ilusão utópica/atópica (CASTELO BRANCO, 2007, p. 98) representada pelo discurso urbanista, borrando o tabuleiro de xadrez.

O levantamento de informações e notícias expostas nos jornais da época (“O DIA” e “O ESTADO”) abordando as ações da Prefeitura e dos sujeitos sociais das favelas, foram necessárias para a compreensão de como se percebia a cidade nestes espaços, e como historicamente se tomava a tensão entre o Poder Público e os sujeitos habitantes das favelas.

Ademais, outras fontes documentais, tais como fotos, panfletos, jornais produzidos pelas associações e organizações não-governamentais, em especial o Jornal Alternativa, com edições entre os anos de 1978 e 1985, presentes na hemeroteca do CEPAC (Centro Piauiense de Ação Cultural), doada à FAMCC (Federação de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí) se expõem como importantes na esfera de como entender as táticas, as artimanhas e bricolagens empreendidas pelos sujeitos urbanos dentro da cidade vazando por entre os olhares do Poder Público.

A cidade, muito mais do que aquela típica do pensamento social, consignada na tríplice operação espaço próprio, não-tempo e sujeito universal, se faz para além das ruas, prédios e monumentos, pulsam e ganham significados também nas práticas cotidianas que as confazem e que se expressam através da vivência ordinária de seus moradores (CASTELO BRANCO, 2009, p.26). A cidade também é discurso e, como discurso, expressa uma linguagem que pode ser percorrida, decifrada e enunciada por seus habitantes, que dão sentidos próprios aos seus itinerários. E dentro desses caminhos, ouvimos os enunciados polifônicos dos *flanêurs*, que

escavam entre as pedras da cidade artefato para imprimir seus desejos e tatuar suas marcas na cartografia urbana.

## 1. BORRANDO O TABULEIRO DE XADREZ: O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS DE 1960 e 1980

As narrativas da transferência da Capital, de meados do século XIX, utilizam o termo “tabuleiro de xadrez” e “jogo de damas” para descrever a nova cidade que seria o centro político-administrativo do Estado do Piauí.

Inicialmente idealizada como uma cidade “cartão postal”, planejada com quarteirões curtos, simetricamente dispostos e espaços públicos e privados previamente definidos, Teresina tem seu traçado ideal modificado com a ocupação dos seus espaços, a qual não ocorreu da forma imaginada e esperada por seus idealizadores. Somente a partir da década de 1960 foi que o Poder Público passou a ver o processo de favelização da cidade como um problema urbano e social a ser enfrentado, que, até então, deliberadamente ignoravam as aglomerações periféricas enquanto problema social, vez que conseguiam manter afastadas da cidade – de seu centro planejado – as interferências dessa periferia.

Sob a motivação de recuperar e modernizar a cidade, o Poder Público municipal, personificado em seus gestores, buscou desenvolver um novo modelo de cidade para Teresina, externando a necessidade de conhecê-la, entendê-la e decifrá-la. Para tanto, realizou três grandes mapeamentos da cidade, entre os anos de 1969 e 1988, com o objetivo de

estudar a comunidade em seus aspectos sociais, econômicos e institucionais, físicos e geológicos, para que o município pudesse se desenvolver harmonicamente, com a melhor aplicação dos recursos (O DIA, 22 de março de 1969, p. 05).

Do primeiro mapeamento realizado, em 1969, resultou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, em 1970, criado por lei municipal. A ele se seguiram o I Plano Estrutural de Teresina (I PET) em 1977 e o II Plano Estrutural de Teresina (II PET), em 1988, igualmente antecedidos de levantamento maciço de dados da cidade e de seus moradores.

A análise circunstanciada desse *novo modelo* proposto para a cidade de Teresina, resultante dos mapeamentos e planos realizados ao longo de décadas, nos permite compreender essa tentativa de decifração da cidade como um sintoma do esgarçamento do tabuleiro de

xadrez, vez que tais mapeamentos viriam a servir como proposta para a reconfiguração urbana da Capital.

É digno de nota, pois, que Teresina, enquanto cidade planejada, evoca para si um desejo antigo do homem em dar sentido aos lugares. Nascida por entre os sussurros de um período Imperial brasileiro, nos meados do século XIX, a nova Capital piauiense seguiu os padrões de organização urbanística desenvolvidos pelos portugueses, que adotavam um modelo retilíneo-ortogonal para a configuração de suas cidades. Seu plano de criação já aponta aspectos que denotam uma intencionalidade arquitetônica e um direcionamento bem delineado para cada espaço. A praça, os prédios públicos, a igreja, a divisão proporcional das ruas, são aspectos presentes na formulação da então nova Capital piauiense, como se pode depreender do excerto a seguir transcrito:

O desenho do plano contém articulações importantes que revelam o cuidado com o fazer urbano e que são próprias do planejamento prévio. Tais articulações referem-se ao equilíbrio nas inter-relações urbanas, nas funções, nas condições de uso etc. No caso da Praça Deodoro, por exemplo, o desenho urbano apresenta uma relação proporcional entre a largura e a volumetria do espaço livre principal e as dimensões dos edifícios localizados ao seu redor. Nele, também há equilíbrio entre a localização de certas atividades, como comércio e serviços, e a hierarquia entre alguns espaços públicos. O Plano mostra ainda que as relações entre cheios – áreas edificadas – e vazios – áreas livres – são proporcionais em volume e adequadas ao clima. (BRAZ E SILVA, 2012, p.230)

O espaço urbano de Teresina configurou-se, pois, desde o seu nascedouro, por um sentido de ordenação. A transferência da Capital piauiense de Oeiras, ao sul do Estado, para a Chapada do Corisco, mais ao centro, realizada sob a ação de Antonio Saraiva<sup>1</sup>, fez-se sob a ideia de uma cidade nova, estruturada a partir de um planejamento prévio, com ruas alinhadas e pequenos quarteirões, no formato de um xadrez.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Conselheiro José Antônio Saraiva (Santo Amaro-BA, 1823; Salvador-BA, 1895). Estadista, ministro e parlamentar. Em 1850, foi nomeado presidente da Província do Piauí, tomando posse em setembro de 1850 e dirigiu-a até março de 1853, quando transmitiu o governo ao vice-presidente Simplício de Sousa Mendes. Fundou a cidade de Teresina com a transferência da sede de Oeiras.

<sup>2</sup> Analisando alguns aspectos estruturais de Teresina, pode-se dizer que a Capital piauiense seguiu a forma de planejamento urbana barroco, caracterizado por quarteirões dispostos em forma de tabuleiro de xadrez. O modelo barroco mostrava preocupações claras com a visibilidade dos espaços, buscando a racionalidade na definição do viver em cidades. Rompia com a lógica urbana dos primeiros séculos de colonização, cujas ruas tortuosas e íngremes, formando labirintos sem regularidades, por onde se postava o casario apertado, eram a marca principal. Havia ainda nítida preocupação em reservar espaços de convivência coletiva, bem como áreas apropriadas à construção de prédios públicos. Para um estudo mais detalhado sobre o assunto ver: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Considerações sobre a ação urbanística no período pombalino. In: ÁGORA. Santa Cruz do Sul, Vol 1, p.61-82, março de 1995, p.81.

Essa proposta de mudanças trouxe no seu bojo uma novidade, que foi o planejamento da estrutura da cidade, isto é, foi concebido um plano de construção da nova Capital. Ao contrário de outras aglomerações urbanas que surgiam espontaneamente, o “plano” de construção de Teresina previa sua extensão, seu ponto central, a Igreja do Amparo, a partir do qual deveriam se orientar todas as outras medidas de demarcação da cidade de Teresina e o traçado das ruas em linha reta, cruzando-se umas com as outras, dando-lhes formas de jogo de damas. (NUNES e ABREU, 1995, p.96)

A planta urbana original da cidade indica a localização funcional dos espaços públicos, evidenciando que o centro urbano foi designado para a construção de prédios significativos para o Poder Público e para o poder religioso.

Em termos administrativos, a cidade de Teresina se encontrava dividida entre as freguesias de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Dores, cada qual com sua igreja a estabelecer os limites geográficos da cidade. A freguesia do Amparo, sede da igreja matriz de mesmo nome e padroeira da Capital, tinha **um traçado urbano que a delimitava em 16 quarteirões**. Em frente à Igreja do Amparo localizava-se a Praça da Constituição, palco do vaivém de escravos, escravas e pessoas livres que transitavam pelos empoeirados caminhos que se entrecruzavam com destino aos armazéns, tabernas e ao Mercado da cidade. Era assim o principal espaço de passagem e fiscalização das mercadorias que desembarcavam do rio Parnaíba. Na Praça da Constituição ficava ainda o Palácio do Governo, a Câmara Municipal de Teresina e a Tesouraria da Fazenda, **esta em lugar estratégico**, visto que tanto os pequenos produtos como aqueles de “grosso trato” teriam que passar pela vistoria dos funcionários da alfândega, estacionados em frente às rampas e taludes do rio Parnaíba e a espera das embarcações. (SILVA, 2008, p.22) (grifos do autor)

Assim a cidade começa a ser construída, refletindo sua preocupação em respeitar seu marco simbólico e delimitador.

Saraiva autorizou Mestre João a preparar planta e orçamento do edifício de dois andares, que deveria ser construído em terreno ao lado da Matriz, de modo a haver acomodações no andar superior para a Assembléia Legislativa e sessões da Câmara Municipal e do Júri, e no inferior, para a Tesouraria Provincial, Coletoria e Liceu. A construção deveria ser de maneira que não seja ofendida a beleza e a regularidade que o mesmo edifício propiciaria às duas praças que se acham em frente e nos fundos da Igreja Matriz. (NUNES, 2007, p.121-122)

Este aspecto da cidade se torna fundamental para pensar Teresina a partir também da descrição das conhecidas cidades cósmicas (LYNCH, 1999, p. 84), cujo traçado é concebido para atender a algum padrão religioso ou cujo plano segue uma mensagem carregada de

intencionalidade. O marco central da Capital piauiense, efetivado a partir da Igreja e da Praça, revela uma cidade que se constrói justamente para albergar o sentido imperativo do Poder Religioso e do Civil, que estenderão suas ações por entre as linhas do tabuleiro, controlando os espaços e tentando trazer seus moradores para o traçado planejado.

Mas, no jogo de xadrez espacial da Capital piauiense, os primeiros habitantes já friccionam a cidade racional dos olhares celestes e começam a tecer uma outra cidade, revelada nos (des)caminhos terrenos, para além da praça e da igreja.

Se, no papel, a Capital piauiense, construída em seus modelos regulares e planejados, mostrava-se pronta a ser uma cidade ideal para se viver, tal perspectiva pareceu esfacelar-se a partir da chegada de seus novos habitantes e da ocupação destes dentro dos espaços físicos de Teresina.

A população da cidade, em suas primeiras décadas após sua fundação, cresce de maneira expressiva, de forma que a distribuição dos seus moradores, pelos setores da cidade, toma um contorno inesperado. A construção de moradias “frágeis” (de palha) pelos habitantes pobres que migram para a chapada do Corisco torna-se representativa deste inchaço populacional.

A primeira década marcou um ponto alto no desenvolvimento da Capital. Partindo dos 49 habitantes que em junho de 1851 viviam na Chapada do Corisco, local escolhido para a edificação da cidade, Teresina se expandiu tão rapidamente que na segunda década já contava com 963 casas, sendo 433 sólidas e 530 frágeis (de palha) para mais de oito mil habitantes. (CHAVES, 1994, p.43)

Os contrastes da cidade planejada tornam-se mais evidentes nos anos de 1870, quando a seca que atinge grande parte do sertão nordestino, em especial o Estado vizinho do Ceará, provoca a entrada de uma leva de imigrantes para o Piauí com destino a nova Capital, na busca de melhores condições de sobrevivência<sup>3</sup>. Além disso, Teresina se tornava um corredor para aqueles que buscavam alcançar a Amazônia, na época de suas grandes extrações vegetais, mas

---

<sup>3</sup> Segundo dados do IBGE, a população de Teresina, nos anos de 1872 a 1890, cresceu 45,3%. Na década seguinte, o crescimento foi de 43,7%. Considerando apenas o ano de 1878, os migrantes cearenses representavam um percentual de 96% dos oriundos de outras Províncias, enquanto o percentual de piauienses era de 53,3%. Pode-se, então, dizer que a cidade mais inchava que crescia, com “levas de migrantes” procedentes tanto do interior do Piauí, quanto de outras Províncias do Nordeste. Ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. Na Trama Urbana, Personagens, Experiências e Imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Histórias de Vário Feitio e Circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001. p. 236-237.

“que por aqui ficavam em virtude de não terem condições de prosseguir viagem” (ARAÚJO, 1995, p.46).

Esse novo contingente populacional que ingressa na cidade não encontra sua perspectiva de vida atendida, já que a capacidade administrativa da Capital não terá condições de fornecer novos empregos, “provocando a multiplicação da pobreza na cidade, além de formar uma massa de migrantes, pobres, desempregados, acometida pela fome, doenças e miséria” (ARAÚJO, 1995, p.45).

O escritor Abdias Neves, no romance “Um Manicaca”, faz um relato ficcional desta situação calamitosa em que viviam os habitantes que migravam para Teresina em época de seca:

Corria o ano de 1878 e a seca chegara ao período mais agudo, quando famintos, andrajosos e doentes chegaram aqui Pedro Gomes, a mulher e uma filhinha, Júlia. Foram os mais horríveis que se podem imaginar os primeiros meses da permanência em Teresina. Já o Governo Imperial tomara providências enérgicas, a fim de melhorar a situação do povo, mandando víveres que eram distribuídas aos indigentes. (NEVES, 2000, p.33)

O reflexo de tal situação de pobreza será sentido nos anos de 1880, quando o número de choupanas tornou-se bem mais elevado, em relação ao número de casas. Segundo o jornalista Joel de Oliveira, “no ano de 1888, a cidade de Teresina se encontrava dividida em duas freguesias, com 27 ruas e travessas, 06 praças, 05 arrebaldos, dois sobrados, 250 casas, 17 edifícios, e 1037 choupanas.” (ARAÚJO apud OLIVEIRA, 1995, p.49).

Os dados acima são indícios de que o espaço urbano de Teresina, algumas décadas após sua fundação, passa a ser ocupado de forma não planejada, com construções de casebres fora dos padrões pensados no projeto arquitetônico da Capital. As choupanas, habitações de palha, sem nenhum modelo pré-definido, recortam a paisagem urbana, de forma bem superior às casas, consideradas como construções regulares, moldando a imagem de uma cidade pobre, carente de um mínimo de infraestrutura.

A cidade dos homens se incrusta na cidade de Deus. Esta, porém, apropriando-se de recursos e discursos, desenvolve mecanismos para mantê-la, reconstruí-la, ainda que seja apagando a cidade terrena.

No final do século XIX, favorecido pelo desenvolvimento do ciclo do extrativismo, que fornecia matéria-prima para o mercado mundial, o Piauí passou a receber um significativo fluxo de Capital. A exploração da borracha de maniçoba, além da carnaúba e do babaçu, para a exportação de cera e extração de óleo comestível, dá um novo impulso à economia do Estado. Atividades como esta possibilitavam a circulação de riquezas e traziam “um maior desenvolvimento da máquina Estatal, ao mesmo tempo, em que contribuíram para o crescimento urbano das cidades, principalmente da sede administrativa do Governo, a Capital”. (LIMA, 1996, p.18)

Nesse período, o modelo urbano de Teresina, projetado nos anos de 1850, começou a sofrer significativas mudanças em sua estrutura, decorrentes deste fluxo de Capital que circula pelo Estado. Novas técnicas de comunicação e de serviços tais como a navegação e o telégrafo transformam o panorama físico da cidade, que serão complementados durante as primeiras décadas do século XX.

Foi a navegação fluvial que propiciou o mais significativo deslocamento da gestão do poder das elites agrárias do centro norte da província, consolidando o propósito que orientou a transferência da Capital para Teresina. Dando concretude ao amplo projeto de navegação, particulares e do governo, começaram a regularmente a trafegar pelo Parnaíba, desde 1859. Em 1917, já subiam e desciam o rio cerca de 18 embarcações. (MELO, 1995, p.124)

O ideal de modernização<sup>4</sup>, reclamado pela elite social da Capital piauiense, evidencia-se como saída para retirar Teresina do atraso, “do olhar petrificante da medusa que afligia há várias décadas a Capital do Estado” (FONTINELES FILHO, 2008, p.21). O abastecimento de água canalizada, implementado no governo de Arlindo Nogueira (1903); a criação do serviço telefônico (1907) e a instalação da luz elétrica, inaugurada por Miguel Rosa (1914) possibilitam a formação de uma cidade adequada aos novos parâmetros de modernidade e civilização estabelecidos na Europa (ver o caso de Paris de Haussmann) ou mesmo no Brasil (o Rio de Janeiro).

Além das mudanças em sua composição física, a Capital piauiense também sofre transformações no modo de ser e agir de seus habitantes. Novos hábitos são desenvolvidos com o implemento de espaços de sociabilidade, que passam a fazer parte da rotina dos cidadãos

---

<sup>4</sup> A modernização se vincula aos processos de mudanças nos espaços físicos, sociais, que acompanham as tendências desta necessidade do novo. Ver: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

teresinenses (QUEIROZ, 1994, p.28). Os cafés, os cinemas, o teatro e as praças públicas se configuram em lugares de cultura e lazer, imprimindo um sentido de moderno, de *ser chique* à cidade.

Na passagem do século, mais precisamente nos anos finais do século XIX e nos primeiros anos do século XX, foi que as novidades modernas e a estupefação face a elas se fizeram mais presentes em Teresina. O “progresso”, materializado em inúmeras inovações utilitárias – que embora não fossem apropriadas pela grande maioria da população, não deixavam de indicar os novos rumos e promessas da Civilização e de gerar novas formas de pensar e sentir – não foi absorvido de forma passiva e pacífica. Cada novidade trazia em si um susto, um movimento de admiração e também um frêmito de medo (QUEIROZ, 1998, p. 32).

O ideário modernizador que perpassa Teresina, entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, interliga-se diretamente a um discurso higienicista<sup>5</sup>, de limpeza dos espaços urbanos da cidade. A exemplo do que acontecia em outras capitais brasileiras, seria necessário oferecer beleza e organização à urbe, de forma que Teresina também pudesse ter espaços públicos mais saudáveis e salubres, longe de sujeiras e doenças. Muitas das solicitações de melhoramentos para a cidade estavam ligadas “às condições de higiene e salubridade da vida diária, como os serviços de rampas e taludes do rio Parnaíba, a coleta do lixo urbano, a proibição da criação de animais no centro da cidade, as demandas por calçamentos etc.” (QUEIROZ, 1994, p.25-26).

Bastante significativos dessa política de reforma urbana e de saneamento foram os fatos ocorridos no Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1906, quando Rodrigues Alves assumiu a Presidência da República e nomeou o engenheiro Francisco Pereira Passos e o médico sanitariano Oswaldo Cruz para conduzirem uma reconstrução daquela cidade. A Capital Federal, então, passou a ser alvo de medidas de construção de obras públicas e de limpeza da cidade, com a ampliação de ruas e avenidas, saneamento e adoção de práticas de “desinfecção” urbanas. Nesse ponto, a política de demolição de cortiços e remoção de moradores de suas casas e a emissão de decretos que impunham a implantação de novas práticas de costumes “provocou rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas” (CARVALHO, 2016, p. 95).

---

<sup>5</sup>Em seus começos, a ideia sanitária alia a teoria médica do meio ambiente às possibilidades da técnica para, modificando áreas consideradas insalubres, evitar a eclosão dos surtos epidêmicos que voltaram a devastar a Europa nos anos de 1830.

As várias posturas baixadas interferiram no cotidiano dos cariocas, especialmente as relacionadas a questões “da intimidade do lar”. O descontentamento da população acerca das medidas implementadas pelo Poder Público atingiu o ápice com a determinação da obrigatoriedade da vacina contra a varíola, em 1904. Essa medida gerou grande repercussão na sociedade carioca, desencadeando manifestações, paralisações e confrontos com a polícia, culminando num dos mais vultosos acontecimentos da chamada Primeira República do país: a Revolta da Vacina. Como reação popular a uma política pública imposta pelo governo, tal revolta motivou-se por razões bem mais complexas do que a mera obrigatoriedade; estavam envolvidas questões de fundo religioso e moral, no que se refere à inviolabilidade do corpo e da intimidade; de fundo científico, pois havia a preocupação com possíveis efeitos colaterais nefastos causados pela vacina; de fundo econômico, pois haveria aumento de impostos para a concretização das medidas; e, como já dito, de costumes, pela tentativa de regulamentação forçada de comportamentos.

Como reflexo da ideia médica e sanitária que permeia o país nesse período, da qual as medidas urbanísticas adotadas no Rio de Janeiro, em 1904, são exemplos significativos, surgiu um plano de sanitização da Capital piauiense, que ganhou efetividade junto ao Poder Público a partir da publicação da Lei nº 69, de 02 de setembro de 1905, que dispõe sobre o Código de Postura de Teresina.

Art. 47. É proibido lançar nas vias públicas águas servidas, matérias fecais, animais mortos, entulho, lixo, ou quaisquer imundícies. Ao infrator, a multa de dez a vinte mil réis.

§Único. A Intendência designará os lugares onde poderão ser lançados o lixo e os entulhos, os animais mortos e demais imundícies, que não poderão servir para aterro dentro da cidade.

Art. 48. Ninguém deve consentir que defronte da sua morada fique animal morto ou outro qualquer objeto imundo; devendo comunicar o fato, quando não lhe for imputável, ao encarregado da limpeza pública.

Art. 49. Os canos das casas só poderão despejar para as ruas as águas pluviais, e nunca imundície de qualquer natureza. Ao infrator, a multa de dez mil réis.

Art. 50. É proibido embarcar por qualquer modo o escoamento das águas pluviais, assim como tapar ou entulhar os esgotos públicos e edificar sobre eles, destruindo-os. Ao infrator, a multa de dez a vinte mil réis, além das despesas da reparação do dano.

Art. 51. É proibido conservar nos quintais animais mortos, águas estagnadas, monturos e cloacas abertas. Ao infrator, a multa de dez mil réis e a obrigação

de sanar o mal (Capítulo IV. Código de Posturas. Lei nº 69, de 02 set. 1905, p. 17-18).

O Código de Posturas pretendeu trazer um sentido de normatização do espaço público da cidade, incorporando um discurso de higienização e buscando a formação de um perímetro urbano que atendesse aos mínimos parâmetros de modernidade que permeavam o país nas primeiras décadas do século XX.

Embora trazendo a proposta de reconfiguração e racionalização do espaço urbano, o Código de Postura acaba por se tornar uma forma de afastamento dos moradores pobres do Centro da Capital piauiense, vez que as inovações que atingem a estrutura urbana de Teresina atendiam apenas aos anseios da pequena minoria que compunha a camada mais abastada da sociedade, estabelecida num perímetro delimitado da cidade. Esta reclamava um sentido de progresso e modernidade, apropriando-se, de forma quase exclusiva, das melhorias expostas no espaço urbano da cidade.

Podemos, desta forma, concluir que Teresina passou, nas primeiras décadas do século XX, por processos de modernização urbana, que se materializaram dentro das precárias condições de Capital. Entre eles estão a forma de organização, os princípios fundamentais e os princípios da administração pública que servem de base para que a administração pública seja sempre correta ao atingir seus objetivos. E privado presentes na região. Em virtude da renda gerada pelo extrativismo vegetal ter se concentrado nas mãos de poucos abastados do Poder Público, não se criaram condições objetivas para que maior número de pessoas pudesse ter acesso às melhorias advindas do progresso. Assim, a modernização, fruto de sonhos e desejos da elite local, revelou-se como um forte elemento de segregação social. (CASTELO BRANCO, 2002, p.313.)

A política de urbanização e modernização teresinense, entre o final do século XIX e o início do século XX, se fez, portanto, em proveito de uma pequena parcela abastada que desfrutou de forma quase exclusiva dos serviços públicos, deixando de fora a grande massa populacional. Esta, sem poder apropriar-se destas melhorias, passou a alojar-se “desordenadamente” nos espaços vazios deixados na cidade. Tais espaços onde viviam e transitavam sofriam terminações de organização conforme os planos modernizadores do imaginário dos líderes políticos do Estado.

A partir da década de 1930, com o advento do Estado Novo, uma nova política de organização estatal, baseada no autoritarismo e na hierarquização administrativa, imprime modificada percepção de modernização das cidades. O Estado se fez presente no cotidiano da

cidade, de forma imponente e grandiosa, construindo uma nova urbe que pudesse suplementar aquele modelo de cidade acanhada, atrasada, velha, até então estabelecida.

A partir de 1930, Teresina passa por transformações técnicas e estéticas, com o objetivo de remodelar a cidade, adotando os padrões de desdobramento das metrópoles civilizadas, como o alargamento e a arborização das ruas e avenidas, destacando-se nesse momento a nova roupagem dada à Avenida Frei Serafim, com a finalidade de torná-la um “cartão de visita”. Além disso, foi empregada a circulação de mão única e a pavimentação de várias ruas, principalmente na área central, com o propósito de viabilizar a utilização do automóvel. (FERRAZ, 2007, p.32)

Teresina, neste momento, integra-se no projeto de configuração de uma identidade nacional e da construção de uma nova cidade e de um novo cidadão. Além das obras de alargamento da avenida principal da cidade, a Frei Serafim, datam desta época a construção de grandes obras públicas na cidade, tais como o Prédio dos Correios e Telégrafos, a escola de Aprendizes e Artífices e o Hospital Getúlio Vargas.

A interferência do Estado se fundamentava também numa moderna política de higienização dos espaços urbanos, confirmada em Teresina com a formulação de um novo Código de Posturas, publicado em 1939. Porém, e novamente, este projeto higienicista, nos moldes do novo modelo de modernização estatal, também excluía, categoricamente, as camadas populares da Capital, ao limitar a construção de habitações populares no perímetro urbano de Teresina e estabelecer a forma de tais moradias. Conforme nos descreve Nascimento:

As casas populares, em geral feitas de palha, só poderiam ser construídas numa zona suburbana, a uma distância nunca inferior a 100 metros da zona urbana, e na zona rural será permitida a construção de casas populares de um só pavimento. (NASCIMENTO, 2002, p.224-225)

A população mais pobre da cidade passou então a ser afastada do espaço urbano da Capital, sob a justificativa de um discurso higienicista e modernizador, levando os economicamente desfavorecidos a se deslocarem para a periferia da cidade. A Capital se apresentava em dupla face, com uma região central urbana que desfrutava das melhores condições de infraestrutura e abrigando a minoria populacional com melhores condições financeiras, e outra região mais periférica, desprovida de serviços públicos e que abrigava a população pobre que cada vez mais era afastada do centro da cidade.

Tal situação ocorreu na Capital piauiense pelos idos de 1940, quando Teresina ainda se fazia delimitada pelos rios Poti e Parnaíba (marcos naturais) e pela Avenida José dos Santos e

Silva até a área da Avenida Miguel Rosa. O que estivesse para além do entorno das Avenidas, na direção Norte, deixava de ser alcançado pela infraestrutura urbana ou por serviços públicos, configurando um outro tipo de cidade, formada pela população pobre expulsa do centro urbano e por aqueles que migravam de outras regiões, sem condições de comprar moradia nos bairros mais tradicionais. Abreu, num relato memorial da cidade, expõe um pouco desta situação da Teresina dos anos 1940:

A área urbana de Teresina, nos anos quarenta, era limitada pelos rios Poti e Parnaíba e pelas avenidas José dos Santos e Silva - O Barroco, como se dizia, e Miguel Rosa. Para além da Miguel Rosa, na direção Norte, ficava o “Corte” e depois dele não se podia dizer que havia ruas: o que existia eram vielas, tomadas pelo mato, tortas e sem calçamento, onde porcos e galinhas andavam calmamente sem serem incomodados por pessoas e carros, que raramente passavam por ali. Quando chovia a água corria dessas vielas, em fortes torrentes para dentro do Corte, transformando a escavação em um verdadeiro rio (ABREU, 1997, p. 187)

Nos anos 1950, sob a influência da política mundial de pós-guerra, o Brasil passa por um período de reestruturação econômica, buscando a formação de uma política de industrialização nacional. Desde a década de 1940, com a criação das grandes indústrias estatais, tais como Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942) e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945), formou-se uma atmosfera de inserção do Brasil no mundo industrializado, de forma a buscar o chamado progresso econômico social. Esse ideal de progresso só seria possível através de um novo modelo de Estado que intermediasse a aceleração da indústria e que propusesse reformas administrativas capazes de gerir o Capital, criando planos de desenvolvimento econômico a médio e longo prazo.

O projeto de modernização proposto pelo governo em âmbito nacional contemplava, pois, um modelo que deveria ser aplicado no âmbito das outras esferas de poderes (Estados e Municípios), principalmente através da estruturação de órgãos administrativos e na criação de empresas estatais.

No Piauí, este projeto de integração se faz sentir na mesma direção do Plano Nacional de Metas proposto no Governo de Juscelino Kubitschek, priorizando investimento nos setores de Estradas, Energia, Bancos, de forma que grandes órgãos estatais pudessem gerir o Capital externo introduzido no Estado e alavancar a economia piauiense, afetada pela queda vertiginosa nos preços da cera de carnaúba e amêndoa de babaçu.

Em meados dos anos cinquenta, por iniciativa do governo do Estado, deu-se início a uma tentativa de modernização da máquina administrativa, criando a Comissão de Desenvolvimento do Estado, objetivando, entre outras coisas, elaborar planos em longo prazo para a administração estadual, visando especialmente à aplicação de Capital. Na cidade de Parnaíba, onde ocorria processo de perda de poderio econômico, foi criada a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) em 1954, com a pretensão de reestruturar a indústria e contornar a situação de crise que assolava o norte do Estado. No final da mesma década e início da seguinte, o setor público sofreu intervenção no sentido de adequar-se à nova realidade do país e do nordeste. Naquela oportunidade foram criadas algumas empresas estatais que tinham como objetivo, o desenvolvimento de que carecia o Piauí. Assim, foram instituídas seis empresas de economia mista, a saber: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA), em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA), em 1962. (OLIVEIRA, 2005, p.03)

Teresina, por ser o centro administrativo e político do Estado do Piauí, é a principal receptora desta reestruturação estatal. Desta forma, recebe grandes investimentos em infraestrutura urbana, de forma a poder-se ligar mais facilmente a outras regiões do Estado e mesmo a outras capitais nordestinas. Esse investimento redefine as estruturas produtivas locais, criando novos eixos de trabalho no comércio, no setor público e na prestação de serviços particulares.

Tais mudanças na economia lançam reflexos na composição demográfica Capital piauiense. Embora a população piauiense ainda fosse predominantemente rural (conforme Censo Demográfico de 1950, a população do Piauí era de 1.046.696 habitantes, sendo que 84% dela residiam na zona rural e 16% moravam nas cidades), em Teresina, naquela oportunidade, a população que habita o perímetro urbano começa a superar aquela que vive na zona rural, redirecionando um novo modelo social de ocupação dos espaços, através da urbanização.

Mas o processo de urbanização de Teresina só toma impulso definitivo a partir da década de 50, simultaneamente às transformações verificadas na esfera da economia nacional, e regional, que ao redefinirem as funções e atividades da estrutura produtiva local, provocaram alterações no quadro urbano. (LIMA, 1996, p.18)

Com o avanço demográfico de Teresina, a necessidade de novos espaços para moradia se torna um grande problema para a Capital. Faz-se urgente, então, uma política de expansão da área da cidade, que, na década de 1950, limitava-se praticamente àquela mesma concebida desde a sua fundação. Desta forma, algumas ações foram tomadas para uma ampliação em seu

perímetro urbano, tais como a edificação da “Ponte dos Noivos” – por situar-se no bairro “Noivos” – sobre o rio Poti e a construção da Avenida João XXIII.

Essas transformações estruturais possibilitaram a expansão da cidade rumo à zona Leste e, por conseguinte, o surgimento de vários bairros tais como o Jóquei Clube, Fátima e São Cristóvão. Gradativamente, essa área passou a ser bastante valorizada, principalmente com a edificação de mansões e prédios luxuosos. Há, pois, um novo perfil para a cidade, já que até a década de 1940, Teresina, tinha sua área urbana limitada pelos rios Poti e Parnaíba. Por sua localização mesopotâmica, não havia área de expansão para a zona Norte (recortada pelo Poti, até seu encontro com o rio Parnaíba), o que impunha à cidade um único direcionamento de acréscimo, urbano, qual seja, o sentido Norte-Sul.

Na configuração espacial da cidade, a localização de seu sítio tem como principal condicionamento natural, o contorno dos rios circundantes e que, ao se encontrarem na parte norte, encurralam a cidade numa espécie de península, praticamente limitando sua expansão numa direção e deixando livre, apenas, a direção sul. (SILVA, 1989, p.10)

A Capital piauiense foi, assim, plasmando uma nova configuração, na medida em que pôde ultrapassar a linha mesopotâmica que traçava seu perímetro, permitindo que as áreas da denominada Zona Leste promovessem um novo sentido de crescimento urbano para o município.

As ações que propuseram, no final dos anos 1950, uma reforma administrativa e burocrática, passarão, a partir de meados dos anos de 1960, a ter um foco mais direcionado à intensificação de grandes obras no Estado e principalmente em Teresina. O novo aparato político-institucional iniciado no país após 1964 intensifica as relações entre Estado-Economia, fortalecendo o Capital brasileiro (em geral Capital especulativo estrangeiro), manifestando o denominado “Milagre brasileiro” que alavancará a economia do país na década seguinte.

A euforia com o crescimento econômico do país conclama uma política de modernização das cidades, que passa a ser vista como a principal alternativa para enfrentar os problemas sociais do Estado. A partir de então, Teresina transforma-se em um grande “canteiro de obras”, com a edificação de construções vultosas por toda a cidade. Com isto, buscava-se apagar a imagem de cidades de mendigos, divulgada pelos meios de comunicação da época (Jornal O Dia, 09 de abril de 1959, p.01)

Os anos 1960, ao mesmo tempo que revelam uma cidade em obras, identificam um intenso crescimento da população urbana, oriundo principalmente de novo movimento migratório, desta vez da população do campo para a cidade.

[...] a década de 1960 inaugurou uma fase decisiva no desenvolvimento do espaço urbano [...] precisamente nas décadas de 1970 e 1980 se dá à explosão demográfica de Teresina, fato que se articula, estruturalmente, ao intenso fluxo migratório, uma vez que, conforme a Prefeitura, 43,20% dos seus habitantes não eram, em 1980, de naturalidade teresinense (LIMA, 2003, p. 41 e 60).

Em Teresina, o assentamento desta nova massa populacional, advinda em especial do campo, dá-se de forma não planejada, sobretudo na região Sul da cidade. “Espaços vazios foram sendo ocupados progressivamente, determinado um quadro marcado por profundas contradições sociais” (LIMA, 1996, p.21)

O grande fluxo migratório para a cidade gera a necessidade de enormes investimentos na malha urbana e de serviços de Teresina, demandando, especialmente, intensas melhorias nos setores de saúde, emprego, saneamento, moradia etc. Como estes investimentos e serviços não são realizados na proporção das demandas populacionais, surgem grandes distorções na estrutura organizacional e espacial da cidade.

Diante deste cenário de crescente demanda por ocupações espaciais na cidade, imprime-se ao Poder Público a tarefa de desenvolver possibilidades para a alocação e distribuição dos novos habitantes, de forma que a cidade pudesse encontrar perspectivas para um desenvolvimento racional. Entretanto, para a aplicação de ações públicas efetivas seria necessário, primeiro, entender Teresina, mapeá-la, decifrá-la, em seus aspectos físicos, econômicos, sociais para então se buscar alternativas para uma reconstrução urbana. Os Planos de intervenção urbanísticas de Teresina, PDLI, I PET e II PET, são exemplos de ações do Poder Público na busca pelo entendimento da cidade e de uma proposta de intervenção nos espaços da Capital piauiense, em especial nas favelas.

### **1.1 Decifrando Teresina: os planos de estruturação e desenvolvimento**

Até o final dos anos de 1950, a Teresina de Saraiva ainda conservava bastante dos seus traços originais. Entretanto, a política governamental de delimitação do perímetro urbano, que

afastava do centro da cidade a camada mais pobre da população, começava a sofrer reformulações a partir dos meados dos anos de 1960.

A migração de um contingente populacional advindo do campo em direção à Capital piauiense provocou inchaço urbano e uma procura frenética por espaços para fixação de moradias. Desta forma, pequenos casebres começaram a aglomerar-se pela cidade, transformando sua paisagem urbana.

[...] Assim, houve a busca por locais como as pontes, as margens das lagoas e dos rios Poti e Parnaíba, as praças, os leitos de ruas, os morros, os terrenos baldios; as matas fechadas e distantes tornaram-se viáveis, seja pelas facilidades de ocupação (estão fora do controle urbano), seja por circunstâncias aleatórias (LIMA, 2003, p. 40).

Diante desse quadro de aumento da demanda por ocupação do espaço urbano, o Poder Público, na busca por encontrar perspectivas para um desenvolvimento racional da cidade, implementa ações no sentido de tentar entender Teresina, decifrá-la em seus aspectos físicos, econômicos e sociais. Nesse contexto é que foram produzidos os grandes mapeamentos que deram origem aos planos de desenvolvimento e estruturação de Teresina.

### **1.1.1 O PDLI**

A administração Municipal organizou, em 1969, o primeiro grande mapeamento sobre a cidade de Teresina, visando o reconhecimento de dados estatísticos sobre os principais aspectos que permeiam a Capital piauiense. Em decorrência, elaborou-se o denominado Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina – PDLI, formalizado pela Lei Municipal nº 1.263, de 27 de janeiro de 1970, cuja finalidade seria “estudar a comunidade em seus aspectos sociais, econômicos e institucionais, físicos e geológicos, para que o município pudesse se desenvolver harmonicamente, com a melhor aplicação de recursos.” (O DIA, 22 de março de 1969, p. 05).

Incorporando o discurso higienicista próprio de seu período, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI emergiu como a conclusão de uma proposta de estudo para alcançar um diagnóstico geral sobre a Capital piauiense. Iniciado na administração do Prefeito Jôffre Castello Branco, por contrato celebrado em outubro de 1968 entre Prefeitura de Teresina e a empresa baiana COPLAN, o estudo durou aproximadamente doze meses e “mobilizou mais de

40 profissionais e consultores especializados, contando com a colaboração de várias empresas e órgãos públicos de Teresina, Rio de Janeiro e Salvador” (TERESINA, PDLI, 1969, p. 7).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA - COPLAN S.A. Planeja o Desenvolvimento de Teresina

Em grande atividade a equipe técnica da COPLAN S.A. – Construções, Planejamentos, empresa baiana contratada pelo Prefeito Jôffre Castello Branco para elaboração do Plano Integrado de nossa Cidade que tem por finalidade estudar a comunidade em seus aspectos sociais, econômicos e institucionais, físicos e geológicos para que o município possa se desenvolver harmonicamente com melhor aplicação dos recursos.

Pelo que já está sendo feito, pode-se prever os benefícios que o Plano trará para a nossa Capital.

Sabe-se que, entre outras coisas, o planejamento possibilitará à Prefeitura ordenar o crescimento do Município, seja definindo áreas apropriadas para instalação de indústrias, habitações, agricultura, seja pelo levantamento dos recursos potenciais do município ou, ainda, pelo aumento da arrecadação pública e diminuição das despesas de custeio governamental, os quais permitirão um investimento maior por parte do poder municipal.

Com a finalidade de melhor esclarecer o público teresinense, a partir de hoje, na edição dos sábados, com a colaboração do Escritório Técnico de Planejamento, instalado pela COPLAN em Teresina, os objetivos do Plano, destacando as atividades dos diversos setores de que se compõe, e que são: Econômico, compreendendo Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços. Social, atingindo Educação, Saúde, Habitação e Desenvolvimento Comunitário. Físico-territorial, abrangendo Paisagismo, Saneamento Básico (água e esgotos), Tráfego, elaboração do Cadastro Fiscal Imobiliário etc. Institucional, apresentando um conjunto de Leis que comporão a Reforma Administrativa do Município.

Ultimam-se os preparativos para o primeiro Seminário de Avaliação, dia 31 deste, com a presença de técnicos do SERFHAU, da COPLAN e da Prefeitura Local. (O Dia, 22 de março de 1969, p. 05).

Para alcançar os resultados a que se propôs, o PDLI seguiu um esquema de trabalho pelo qual, inicialmente, foram levantados dados minuciosos sobre a Capital piauiense para identificar as principais causas dos obstáculos ao desenvolvimento local, como também para encontrar os meios mais racionais de aplicação e distribuição dos recursos para uma ação programática mais equilibrada. Feito o levantamento, apresentaram-se estratégias para o desenvolvimento local, indicando perspectivas para o crescimento global da cidade de Teresina. Ao final, foram descritos os programas de ação, os estudos e anteprojetos elaborados pela Prefeitura e as ações práticas a serem tomadas para a implementação do processo de planejamento. Vê-se, pois, que o mote central do PDLI foi realizar um mapeamento o mais amplo possível da Capital em todas as suas áreas, no intuito de entendê-la, decifrá-la; o que se revelou, entretanto, foram os graves problemas urbanos e sociais presentes em Teresina, como se depreende do excerto transcrito a seguir:

Se mais da metade dos moradores são proprietários e se mais da metade são de classe baixa, infere-se que são propriedades rústicas em terras empossadas através do instituto do aforamento. Estas terras são de pouco valor, porque periféricas, afastadas do centro e da zona do comércio e serviço e, ademais, em zonas de atendimento precário. Considerando-se que mais de 60% das terras urbanas do município são tidas como da Prefeitura e se a ocupação se dá por simples ocupação ilegítima, este é um fator importante, na medida em que revela o divórcio entre a margem da propriedade que tem a maioria dos chefes de família e o instituto ou forma através do qual detém a posse da terra. (PDLI, 1969, p. 50)

O inchaço populacional, a forma irregular de ocupação dos espaços urbanos, a extrema precariedade do seu sistema viário e o déficit habitacional são questões expostas no Plano e que se tornaram indicativas de como a Capital piauiense se mostrava, nos anos de 1960, diferente daquela que, no primeiro século de sua existência, se esquadrihava no tabuleiro de xadrez.

Os anos sessenta marcaram a ocupação além do Rio Poti (...) A construção e pavimentação da BR 343, aliada a necessidade natural de expansão urbana, contribuiu para uma intensificação dos loteamentos, resultando em um parcelamento desordenado, o que gerou uma malha confusa e complexa sem maior hierarquização das vias existentes. É agravante o fato de que a maioria destes loteamentos vendidos (aprovados pela Prefeitura sem obedecerem aos mínimos requisitos de lei federal de loteamentos) permaneçam desocupados, numa espera evidente de valorização da área. ( PDLI, 1969, p.13)

Portanto, não foi por acaso que as estratégias sugeridas pelo Plano para o desenvolvimento local se delinearam dentro de um rigoroso controle dos espaços da Capital que se fazia necessário implementar urgentemente, para “evitar crescimento urbano desorientado”. Isso ficou evidenciado, por exemplo, quando a equipe da SEPLAN elaborou os anteprojetos de Loteamento Urbano, cuja meta principal seria “evitar a divisão indiscriminada e prejudicial dos terrenos citadinos a fim de evitar o crescimento urbano desorientado” ou, bem como, o Código de Edificações, cujo objetivo era estabelecer “disposições referentes à segurança, higiene e estética a serem seguidas pelas construções na cidade.” (TERESINA, PDLI, 1969, p. 101).

O PDLI propunha uma divisão das áreas urbanas da Capital piauiense em zonas específicas, buscando uma possibilidade de organização dos espaços, além de adequar cada setor da cidade à uma perspectiva de desenvolvimento mais racional e harmônico. Conforme explicitado na própria lei:

Art. 8º O plano de desenvolvimento integrado tem como finalidade estabelecer a localização e o dimensionamento dos elementos materiais, nas áreas urbanas e de expansão urbana do Município de Teresina, que devem atender às funções essenciais de habitar, circular, educar e recrear, bem como às exigências de salubridade.

Art.9º As Normas técnicas ordenadoras e as relações jurídicas atinentes ao PDLI e dele decorrentes tem os seguintes objetivos:

- a) Fixar a divisão territorial e o zoneamento de forma a possibilitar o desenvolvimento da cidade e a facilitar o planejamento e a implementação dos equipamentos urbanos, a cargo da prefeitura, necessários á vida da comunidade.
- b) Adequar o crescimento racional, proporcional, harmônico e estético da zona urbana e de expansão urbana dos municípios.

Esse plano se interpõe dentro de uma perspectiva de integração ao desenvolvimento nacional, cuja proposta pugna pela reestruturação das capitais dos Estados, transformando-as em pólos econômicos regionais, considerando que a concretização do crescimento do país impõe um novo olhar sobre as responsabilidades dos Estados e Municípios.

Segundo o próprio Prefeito na época, José Raimundo Bona Medeiros, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina “[...] assegura a compatibilização dos aspectos físicos-territorial, econômico, social e institucional, bem como a adequação dos objetivos locais ao planejamento nacional, regional e estadual” (TERESINA, 1969, p. 7). Assim, a partir deste comentário da leitura de Villaça (1999) e da trajetória que este traça da história do Planejamento Urbano no país, podemos identificar que o PDLI de Teresina, situa-se na chamada fase dos “superplanos” que o autor aponta. Desta forma, a elaboração desse Plano faz parte de um contexto bem maior, seguindo uma tendência de escala que ultrapassa e muito a da gestão municipal. (RODRIGUES, 2013, p.84).

Há, por esta época, a redistribuição de competências administrativas, econômicas e fiscais aos demais entes da Federação, desengessando a dependência única sobre a União. Essa delegação de competências encontra seu fundamento normativo na reforma administrativa realizada pelo governo Federal através do Decreto-lei nº 200 de 1967, onde são propostas uma desconcentração e uma descentralização administrativa, buscando-se uma maior flexibilização da administração Pública, concedendo maior autonomia político administrativa aos Estados e Municípios para gestão do erário público.

A reforma operada em 1967 pelo decreto-lei nº 200, entretanto, constitui um marco na tentativa de superação da rigidez burocrática, podendo ser considerada como um primeiro momento da administração gerencial no Brasil. Mediante o referido decreto-lei, realizou-se a transferência de

atividades das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de obter-se maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional. Instituíram como princípios de racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento, o descongestionamento das chefias superiores, a tentativa de reunir competência e informação no processo decisório, a sistematização, a coordenação e controle. (CHIAVENATO, 2008, p.125).

O PDLI, portanto, se insere nesse contexto nacional de política de planejamento, buscando atender a esta dupla função: autonomia administrativa e desenvolvimento econômico.

Durante todo o ano de 1969 a Prefeitura de Teresina, através do parecer técnico de especialistas em diversas áreas (engenheiros, arquitetos, economistas, geólogos, sociólogos, juristas) propôs uma discussão em torno da melhor maneira para a realização do PDLI. A partir destes estudos técnicos formulava-se um mapeamento da cidade, buscando-se entender a situação de Teresina nos diversos setores (geográfico, econômico, social, normativo), levantando-se seus pontos positivos e negativos e apontando soluções viáveis para cada problema apresentado.

Aspecto essencial discutido nestes estudos técnicos diz respeito ao quantitativo populacional que ingressa em Teresina durante a década de 1960. Com um índice médio de incremento demográfico na casa dos 4,6% ao ano, Teresina apresentava, proporcionalmente, uma taxa de crescimento urbano acima da média das demais capitais do país. Este dado levanta uma preocupação em relação ao futuro da Capital piauiense, pois seguindo esta perspectiva de crescimento anual, “Teresina atingiria a cifra de 1.387.627 de habitantes no ano 2000”. (O DIA, 12 de abril de 1969, p.08).

Embora tal previsão não tenha se concretizado ao longo dos anos, o crescimento demográfico da Capital manteve-se significativamente elevado nas décadas de 70 e 80, o que se refletiu num grande inchaço urbano e numa distribuição irregular da população pelas áreas da Capital. Neste aspecto, torna-se crescente a necessidade de implantação de políticas públicas habitacionais que ofertasse aos novos habitantes um lugar onde pudessem morar.

Porém, a política inicial de organização da população de Teresina, implementada no início dos anos 60, ocorreu sem um estudo prévio mais aprofundado sobre os custos ou benefícios que seriam gerados pela alocação da população nesta ou naquela região da cidade.

a ocupação de Teresina, naquela época, era caracterizada pela concentração de atividades no centro urbano, definindo um modelo radioconcêntrico com

intenso fluxo de interesses e conseqüente congestionamento de um único pólo. Do ponto de vista da configuração espacial, a urbanização foi realizada segundo um modelo de crescimento urbano extensivo, isto é, de crescimento nas margens da cidade [...] com um centro, e uma periferia tentacular em contínua expansão. (DIAS, 2003, p. 22).

O Poder Público, frente à necessidade de expansão da área urbana da cidade, criou a política de Construção dos Conjuntos Habitacionais<sup>6</sup>, do que são exemplo os bairros Saci e Parque Piauí, ambos situados em zonas distantes do centro urbano da Capital, local onde estão disponíveis de forma mais abrangente os serviços de atendimento básico para a população. Isso tornava tais localidades pouco atrativas, e uma difícil opção de habitação para a população, uma vez que o custo para habitar em locais sem infraestrutura de serviços era por demais elevado, levando a população a buscar outras áreas onde pudesse se alojar, embora em casebres bem mais simples, mas próximas de serviços essenciais.

Na tentativa de reverter ou ao menos amenizar todas as problemáticas da questão urbana, no tocante à esfera federal e estadual, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), foram edificados em Teresina vários conjuntos habitacionais em áreas distantes do centro urbano. De acordo com dados fornecidos pela COHAB-PI (2001), nessa época foram construídos o Conjunto do Parque Piauí (zona Sul); o Conjunto do Mocambinho I, II e III (zona Norte) e o Conjunto Itararé e Renascença (zona Leste). Contudo, em razão da localização desses bairros, os moradores sentiram-se prejudicados devido aos altos custos em transporte coletivo e à deficiência dos serviços urbanos (FERRAZ, 2007, p.36)

Ademais, os preços das parcelas de financiamento do imóvel acabavam também por ser um fator desestimulante para uma parcela significativa da população, que, sem renda fixa, não tinha como pagar os valores cobrados pela Companhia Habitacional.

Diante desse cenário, o PDLI deveria contemplar, em sua avaliação, todos estes aspectos e buscar novas condições para um zoneamento adequado da Capital. Tal proposta possibilitaria

---

<sup>6</sup> A construção de Conjuntos Habitacionais faz parte do Projeto de Desenvolvimento Urbano tomado pelo Governo Federal no início dos anos de 1960 e que considerou a habitação como principal política pública. Em 1964, foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) principais agentes mobilizadores desta política de construção de habitação, refletidas principalmente nos anos seguintes com a criação das Companhias de Habitação (COHABs), viabilizadoras das construções pelo país de grandes Conjuntos Habitacionais. FAÇANHA, Antonio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

uma melhor gestão de recursos de forma a aplicá-los de acordo com a real demanda pelos serviços:

Em Teresina, a baixa densidade demográfica registrada em bairros como São Pedro, que não abrigam 3hab/ha constituem uma forte carga para a administração, pois para que o serviço possa ser custeado, exige-se um adensamento de 50hab/ha. Por outro lado, a localização de conjuntos habitacionais em zonas distantes e desprovidas de equipamentos, força o setor público a realizar vultosos investimentos em áreas praticamente desabitadas, em detrimento do adensamento de outras, cujos benefícios seriam usufruídos por uma parcela bem maior da população, possibilitando a renovação dos bairros carentes de serviço. (Jornal O DIA, 03 de maio de 1969, p.03)

Mas se o Plano de Desenvolvimento Integrado de 1969 buscava encontrar saídas para uma reestruturação urbana, como adquirir receitas para o financiamento de projetos? Como executar todo um aparato de construções e reformas públicas?

A política de planejamento urbano em Teresina (1969) fazia parte de um conjunto de medidas institucionais, administrativas e legislativas iniciada pelo Governo Federal e que deveriam ser acompanhadas pelos demais entes da Federação. Além da já citada reforma administrativa de 1967, que deu maior autonomia aos Estados e Municípios, outras grandes alterações se fizeram presentes na organização econômica e fiscal do país, tais como, a instituição do orçamento-programa e do Código Tributário Nacional (1966).

O orçamento-programa mudava a perspectiva de gestão dos gastos públicos, uma vez que, segundo o mesmo, qualquer verba a ser utilizada por um ente governamental dependeria de prévia definição dos setores nos quais seriam aplicados, mediante o detalhamento de tempo e de gastos que cada obra ou serviço despenderia aos cofres públicos. Desta forma, haveria um direcionamento e controle de onde e como as verbas públicas deveriam ser aplicadas. Já a reforma tributária, por sua vez, mostrou-se como saída adequada para uma nova distribuição dos tributos pelos diversos entes federativos, cabendo aos estados, por exemplo, a responsabilidade pela cobrança dos Impostos sobre operações relativas a circulação de mercadorias (ICMS), e aos municípios a arrecadação do imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto de Serviço de Qualquer Natureza (ISS).

Baseado nesta mudança tributária, ocorrida em âmbito nacional, o Poder Público de Teresina, através da Lei nº 1216, instituiu o Código Tributário do Município, determinando uma nova perspectiva para a cobrança do IPTU. Todo imóvel em Teresina deveria, a partir de então, ser registrado no chamado CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO, onde receberia um

valor venal, cuja base serviria de cálculo para a aplicação da alíquota do imposto. Com isto, o poder municipal estabeleceu critérios para a definição da qualidade de cada imóvel da cidade, como se pode auferir de excerto transcrito a seguir:

#### NOVO CADASTRO FISCAL

Este cadastro define a propriedade imobiliária em termos de: área, localização, e tipos de construção. Posteriormente, com o auxílio de Planta de Valores, dos Valores de Construção---definidos pala comissão de Avaliação nomeada pela Prefeitura---e das alíquotas constantes do Código Tributário aprovadas pela Câmara de Vereadores, chega-se às quantias dos impostos a pagar. (Jornal O DIA, 04 de maio de 1969, p.03)

Para legitimar e fundamentar a cobrança do IPTU, e, por conseguinte, expor a obrigatoriedade do registro junto ao Cadastro Fiscal Imobiliário, o Poder Público Municipal começou a utilizar-se de um discurso propagandístico sobre a necessidade de que todos os cidadãos deveriam contribuir para o imposto, pois tratava-se de uma questão de “justiça social”.

Diversas são as notícias veiculadas pelos jornais da cidade, explicitando que os impostos trariam o progresso urbano à Teresina, pois retiraria daqueles que tem mais para aplicar em obras de infraestrutura, de modo a beneficiar todos os habitantes da cidade:

#### CHEGOU A HORA DE ACORDAR TERESINA TERESINA COMEÇA A PENSAR EM SEU CRESCIMENTO

Desde o final do século passado nossa cidade existe sem pensar nos seus problemas do seu crescimento. Tudo o que temos nasceu sem nenhum planejamento. Por isto, essa população de 200 mil habitantes começa a exigir conforto que só o progresso pode dar, através do funcionamento de indústrias, e escoamento de riquezas por vias modernas do transporte, estabelecimento de um comércio dinâmico, bom atendimento hospitalar e sanitário.

Foi assim, que a Administração JOFRE CASTELO BRANCO, com o apoio irrestrito do governador HELVÍDIO NUNES e da Câmara de Vereadores, iniciou a fazer o levantamento da realidade atual, identificando recursos, diagnosticando tendências e instituindo o Plano Local Integrado para formular uma política econômica, flexível e dinâmica, capaz de promover Justiça Social. Por isto, elaborou-se um Novo cadastro fiscal Imobiliário para redistribuir a Carga Fiscal de nosso Município. AGORA, TODOS PAGARÃO POR TODOS. IMPOSTO EM TERESINA É SINAL DE JUSTIÇA SOCIAL (Jornal O DIA, 04 de junho de 1969, p.05)

A perspectiva de progresso, segundo o discurso governamental, passava pelo crescimento econômico, habitacional e sanitário da cidade, que somente seria possível com o pagamento do imposto segundo o critério distributivo. Imóveis com valores mais altos pagariam maiores alíquotas, sendo que cada construção contribuiria proporcionalmente ao seu valor venal.

Conforme dados apresentados pela Prefeitura Municipal de Teresina, em 1969, já haviam sido cadastrados 27200 prédios e 4800 terras, e 1675 atividades para a cobrança do ISS, o que significava, para a época, um aumento de cerca de três vezes o número de contribuintes do imposto imobiliário.

Se a cobrança do imposto trouxe novas receitas para os cofres municipais, lançando a perspectiva de melhorias para infraestrutura da cidade e a resolução dos problemas de organização urbana, tal expectativa viu-se comprometida pelo aparecimento de um novo elemento fomentado pela instituição do cadastro: a especulação imobiliária.

Ao criar o Cadastro Fiscal Imobiliário, a prefeitura de Teresina passou a estabelecer critérios para definir o que seria uma construção urbana regular. Assim, somente os imóveis cadastrados corresponderiam aos padrões legais definidos no Plano de Desenvolvimento Local Integrado e, portanto, poderiam receber um valor venal, que serviria tanto para efeito de cálculo da alíquota do imposto como para as negociações de compra e venda.

Como consequência de tal política, ocorreu uma verdadeira segmentação urbana, já que algumas áreas de Teresina passaram a ser mais valorizadas economicamente do que outras, pois teriam mais imóveis “regularizados”, gerando uma verdadeira “corrida especulativa” em torno destas regiões. Assim, alguns bairros passaram a ser mais privilegiados, recebendo *status* de área nobre da cidade. Outros se tornaram vazios demográficos, pois estão muito distantes do centro e das áreas mais bem dotadas de infraestrutura e serviços, contribuindo para o desinteresse da população em ocupá-los:

Destarte, a especulação fundiária desempenha um papel marcante no mercado imobiliário, principalmente no que diz respeito aos proprietários fundiários, pois além de gerar o aumento do preço da terra, tem duplo efeito sobre as suas atividades. De um lado onera os custos de expansão na medida em que esta pressupõe terrenos amplos e baratos. De outro, o aumento do preço dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atinge as forças de trabalho: gerasse assim uma perversão dos trabalhadores visando salários mais elevados, os quais incidirão sobre a taxa de lucro das grandes empresas, reduzindo-a (CORRÊA, 2004, p. 14).

A população mais pobre da cidade, por não ter condições de aquisição de terras nestas áreas mais nobres, mas também por não ter assegurada estrutura básica para viver em áreas mais distantes, encontrava-se numa encruzilhada, cujas consequências se estenderão pelas décadas seguintes: o aumento das chamadas “invasões de terras” próximas ou mesmo dentro

dos bairros nobres, em terrenos públicos ou privados, que importarão em grandes conflitos urbanos entre proprietários e ocupantes.

A efetivação do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina se colocava como ponto fundamental para decifrar a realidade da Capital piauiense. A Teresina de Saraiva já havia saído do papel e não mantinha sua face planejada. Os problemas urbanos se amontoavam pela cidade, assim como a sua população, que buscava de qualquer forma um espaço dentro de uma Capital espremida no seu pequeno perímetro urbano de mais de 100 anos.

Contudo, a proposta de desenvolvimento urbano estabelecida pelo PDLI de 1969 mostrou-se ineficiente frente ao acelerado crescimento populacional em Teresina, ao longo da década de 1970. A política de zoneamento urbano, em vez de estimular a distribuição dos habitantes pelas diversas áreas da Capital, acabou favorecendo a política de especulação imobiliária, principalmente após a valorização de terras ocasionada pela criação do Cadastro Fiscal. A ocupação urbana continuou a crescer de forma desordenada, trazendo a proliferação de aglomerados de casebres desprovidos de infraestrutura:

O PDLI, o plano pioneiro, voltado para o planejamento urbano da cidade, apresentava-se, segundo avaliações técnicas, inadequado à realidade local, o que o tornava praticamente inviável. Com ele surgiu a primeira Lei do Zoneamento Urbano de Teresina, que não foi executada. Também desenvolveram-se alguns projetos de infra-estrutura urbana, com pequena representação do ponto de vista da melhoria do padrão de vida urbana. A não concretização do Plano, na sua maior parte, trouxe consequências drásticas para Teresina, no começo da década de 70, na medida em que a cidade cresceu sem nenhum instrumento regulador do espaço urbano (LIMA, 1996, p.48).

Diante deste crescente inchaço urbano e da tentativa frustrada do Poder Público de contornar tal problema, foi aprovado, em 1977, o I Plano Estrutural de Teresina - I PET, com a finalidade de retomar a política de organização urbana iniciada em 1969 pelo PDLI, de forma a implantar correções no uso e ocupação do solo urbano, além de estabelecer as dimensões e especificações necessárias ao erguimento de qualquer tipo de construção em Teresina.

### **1.1.2 I PET**

O I Plano Estrutural de Teresina - I PET foi elaborado em 1977, instituído através de convênio celebrado pela Prefeitura Municipal de Teresina com o Instituto de Planejamento e Administração Municipal – IPAM.

Trata-se de um estudo revisional do primeiro plano urbano da cidade, o PDLI, porém igualmente amplo e minucioso. O documento que o veicula é composto de três volumes, estruturados da seguinte forma:

I – O primeiro volume está dividido em duas partes. A primeira parte compõe-se de uma avaliação físico-sócio-econômica e de um diagnóstico socioeconômico que tomou como principal fonte de dados as informações e estudos feitos no PDLI. No volume em tela foram descritos aspectos da cidade referentes à área territorial e população, tais como distribuição, migrações, crescimento, estrutura, composição por sexo e idade, estrutura profissional, nível de vida, saúde, níveis de renda, e perspectivas socioeconômicas, entre outras características.

A segunda parte, por sua vez, avalia a estrutura físico-espacial da cidade e está subdividida em quatro tópicos:

(1) Definição do Perímetro Urbano e da Área de Expansão Proposta, com o objetivo de avaliar a capacidade de absorção do perímetro urbano, a incorporação de novas áreas e a política de adensamento. Os estudos realizados neste tópico resultaram na definição do perímetro urbano, da divisão de bairros, do cálculo das áreas necessárias à expansão racional, da política de adensamento e das tendências de expansão urbana;

(2) Estudo das Potencialidades das Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, com o objetivo de identificar das potencialidades das várias redes de infraestrutura urbana e do sistema hospitalar e educacional. Os estudos realizados nesse tópico estabeleceram diretrizes para a urbanização, abastecimento de energia elétrica e água, rede de esgotos, circulação viária e sistema de transportes, serviços de saúde, educação e limpeza urbana;

(3) Distribuição das Atividades na Área Urbana, com o objetivo de identificar as áreas habitadas (à época) e de expansão urbana em função das tendências de assentamento e das características do solo. Esses estudos revelaram dados sobre quantificação e destinação de uso das principais áreas urbanas e a áreas adicionais necessárias.; e

(4) Estrutura Urbana Atual e Proposta, com o objetivo de avaliar o nível de atendimento das necessidades da população em relação ao espaço necessário para o bom funcionamento das atividades, bem como de definir as localizações em função da dinâmica e percursos em tempo-custo entre as várias atividades e identificar das atividades espaciais da cidade e da estrutura de

polarização, concentração e dispersão de atividades, para uma implantação mais correspondente quantos aos recursos e às necessidades da população.

II - O segundo volume abriga três tópicos:

(1) Identificação dos Problemas das Várias Áreas Urbanas, no qual foram realizadas entrevistas com líderes comunitários dos bairros da cidade, com perguntas que versavam sobre temas diversos, relacionados à vivência naqueles bairros. Em conclusão, esse tópico revelou que os bairros da cidade eram quase que inteiramente dependentes do centro da Cidade, que concentrava a grande maioria da oferta de serviços da cidade.

(2) Plano de Ação, que apresenta uma tentativa de solução dos problemas identificados no primeiro tópico, sendo definido como “a concretização das propostas elaboradas, à medida em que procura dentro dos recursos disponíveis, responder aos anseios da população de Teresina, quanto à solução dos problemas levantados” (TERESINA, 1977b, p. 13).

(3) Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo, que originou na Lei nº 1.591, de 31 de agosto de 1977. No Capítulo I da Lei são apresentadas as definições e objetivos da lei, bem como uma série de definições e regras acerca de área e expansão urbanas, parcelamento do solo; vias de comunicação; denominação de logradouros; numeração de prédios; renovação urbanística; sobre o uso e ocupação do solo citadino; estacionamento e guarda de veículos; e regras legais sobre os setores comerciais, portuários e recreativos da cidade

III - O terceiro volume traz os mapas elaborados pela equipe responsável pelo I PET, como produto final do Plano.

Enquanto plano que se propunha a reestruturar a cidade, o I PET foi definido como “[...] o resultado da atualização do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina, elaborado pela COPLAN em 1969” (TERESINA, 1977a, p. 10). Portanto, o I PET é um trabalho revisional do PDLI, elaborado alguns anos antes, cujas particularidades decorrentes das circunstâncias em que foi elaborado, especialmente as limitações de ordem financeira, determinaram-lhe algumas diferenças.

[...] este Plano não pode ser considerado da mesma forma que o PDLI em função de vários fatores, dentre os quais, cabe destacar, a limitação dos recursos disponíveis para a sua realização, o que determinou a utilização de técnicas simplificadas que ao mesmo tempo fossem de emprego rápido e objetivo. Outro fator a considerar, e que é decorrente do anterior, trata da

reduzida equipe técnica e auxiliar encarregada da elaboração do Plano. Mais uma dificuldade com que se defrontou a equipe constituiu na obtenção dos dados solicitados a variados órgãos, não por sua falta de interesse, mas por deficiência em suas próprias estruturas administrativas. (TERESINA, 1977a, p. 10)

De forma geral, I PET limitou-se a fazer uma análise revisional e crítica do Plano anterior, apontando-lhe as falhas ou limitações pontuais, especialmente quanto à metodologia utilizada para alcançar os resultados apresentados.

A crítica mais geral e pertinente que se pode fazer ao PDLI é sobre sua metodologia, que se vale de uma análise setorial, departamentalizada. Este tipo de análise não leva nosso crédito, porque trata os chamados “setores” de maneira muito endógena. São eles analisados de modo, demasiadamente, fechados em si mesmos. Vez ou outra, quando a necessidade se faz presente, faz uma vinculação a outros “setores”. Perde-se assim, ou melhor, falta a requisitada amarração entre eles, o que permitiria a recuperação da visão global. (TERESINA, 1977a, p. 13)

Entretanto, o diferencial do I PET foi que sua base de atuação se estabeleceu sob a ótica de fixação de diferentes zonas em Teresina, de modo que cada área recebesse um tipo específico de atividade, não podendo haver a realização de outras atividades que não aquela especificada para sua respectiva zona. Conforme a Lei nº 1.591, de 31 de agosto de 1977:

Art 1º. Esta lei dispõe sobre a divisão do Município em zonas de uso e regula o parcelamento, o uso e a ocupação do solo, tendo em vista os seguintes objetivos:

I – Assegurar a reserva dos espaços necessários destinados ao desenvolvimento das diferentes atividades urbanas, através do agrupamento de usos idênticos, análogos ou compatíveis entre si, em locais adequados ao funcionamento de cada um, em particular, e de todos em conjunto;

II – Impedir a existência de conflitos entre as áreas residenciais e outras áreas relativas às atividades sociais e/ou econômicas não compatíveis, permitindo o desenvolvimento racional do aglomerado urbano, assegurando a concentração e integração equilibrada de atividades e pessoas no território do município, mediante controle do uso e aproveitamento do solo;

III – Estimular e orientar o desenvolvimento urbano.

Em decorrência do I PET, a área urbana de Teresina ganhou 21 subdivisões, que vão desde áreas administrativas e de serviços até perímetros para zonas residenciais. Cada área detém uma característica própria que determina o tipo de construção permitida naquela área, de acordo com regras explicitadas em um dos anexos da Lei. Desta forma, em áreas residenciais,

por exemplo, não poderiam ser construídas indústrias ou certos tipos de comércios. Destinavam-se zonas específicas para a construção de hospitais e indústrias e até mesmo para áreas de preservação ambiental.

Porém, o aspecto que deve ser observado atentamente diz respeito às divisões formuladas em torno das áreas residenciais. A Capital piauiense passou a contar com cinco zonas residenciais de acordo com o grau de densidade demográfica existente. Havia, por exemplo, a Zona Residencial 1, com baixa densidade demográfica; a Zona Residencial 2, de média densidade demográfica, e uma outra zona, de adensamento horizontal (Zona Residencial 5), própria para a localização dos conjuntos habitacionais.

Tal divisão das áreas residenciais, através de um mapeamento da quantidade de habitantes por zona, serviria de base para a definição de estratégias para a reorganização urbanística da Capital, principalmente acerca da construção de novos conjuntos habitacionais e da realocação das famílias que moram em casebres (entendidos como edificações de baixo custo).

A construção de conjuntos habitacionais já era uma política adotada pelo Poder Público desde a década de 60, como foi o caso do Conjunto Parque Piauí, implementado na Zona Sul da cidade em 1967. Assim, pelo zoneamento realizado, determinadas áreas seriam “aptas” para construção de novos conjuntos, como o Bela Vista (1977) e o Saci (1978), na Zona Sul, e o Itararé I, na região Leste da Capital.

Ao final dos anos 70, a política habitacional recebe um novo incremento a partir do revigoramento das COHAB's em todo o país. Os desdobramentos dessa política em Teresina significarão um acréscimo no número de habitações construídas pelo Poder Público, ainda é visível nos anos oitenta, fornecendo indicações de que o crescimento da cidade já dá sinais significativos de um novo vetor de expansão, a zona leste, sem, contudo, desconsiderar a expansão nos outros sentidos possíveis, Norte e Sul. (VIANA, 1999, p.60)

Porém, a questão mais delicada a ser resolvida pelo governo refere-se à tentativa de redimensionar as ocupações urbanas irregulares ou realocá-las (as famílias) para novas áreas dotadas de infraestrutura. Esta é uma das políticas previstas na Lei nº 1.591 de 1978, que estabeleceu:

Art. 45- A política de renovação urbanística tem como objetivos:  
I - Recuperar as edificações degradadas ou erradicá-las, nos casos evidentes de inconveniência de sua recuperação;

II – Reagrupar lotes, remanejar quadros ou reurbanizar bairros ou zonas no sentido de valorizar paisagística e funcionamento de estrutura urbana;

III – Estimular a urbanização de terrenos não aproveitados correspondentes às necessidades sociais da comunidade e em conformidade com os requisitos e padrões urbanísticos estabelecidos por esta lei;

IV – Estimular a melhoria das edificações de baixo custo.

A fórmula encontrada pelo Poder Público para efetivar esta segunda meta esbarrou na dificuldade de retirada das populações destas áreas ocupadas irregularmente. Em geral, os casebres levantados estão em terrenos cuja propriedade pertence a grandes donos de terras de Teresina, ou então são terras públicas de um dos entes da Federação. Portanto, os habitantes destes locais são meros ocupantes, posseiros, e não detém justo título comprobatório da legalização da propriedade.

Este fato contraria o estabelecido no Código de Edificações de Teresina (Lei nº 1593, de 28/09/1978), que especifica, em seu art. 2º, que “nenhuma obra, construção, reconstrução, reforma ou acréscimo de edificações, será feita sem prévia licença da Prefeitura”. E para que se obtivesse a licença para construção tornava-se indispensável a apresentação de documento hábil comprobatório da legalização da propriedade (art. 4º, c).

Como os posseiros não tinham título imobiliário, não poderiam construir suas casas, já que não teriam como requerer “licença para construção”. Portanto, mesmo que o governo incentivasse a política de fornecimento de material de construção, ou mesmo que formulasse projetos para a reconstrução das casas, esbarrava na questão da regularização da propriedade como principal óbice à política de reurbanização.

Esta tônica se tornou um grande problema ao Poder Público, pois o conflito entre posseiros, que tentavam a qualquer custo se manter em suas moradias, e os grandes proprietários, donos “legais” das terras, tornaram-se frequentes. Portanto, dentro de uma política de reestruturação urbana, caberia ao Poder Público encontrar soluções viáveis para evitar que situações de violência e conflito pusessem alcançassem proporções trágicas. Paralelo a isto, existia a obrigação do cumprimento da legislação contida no Código de Edificações de Teresina, pelo qual o governo não poderia permitir o erguimento de casas sem os usos e posturas adequadas.

Nesse contexto, duas soluções foram apresentadas: a construção de casas em regiões de pouco adensamento urbano, para onde seriam deslocados estes moradores “irregulares”, e a concessão de títulos de aforamento aos ocupantes de baixa renda que habitam terrenos públicos localizados em diversos bairros de Teresina.

A primeira saída apresentada, o deslocamento da população para áreas construídas pelo governo, tornou-se uma questão delicada para o Poder Público, em decorrência da recusa manifestada por uma parte significativa dos moradores em deixarem suas casas. Argumentavam que os lugares para onde seriam levados estavam muito distantes dos locais de trabalho ou de recursos e serviços básicos, o que comprometeria de forma significativa sua situação econômica, que já era bastante precária.

A segunda solução empregada pelo governo para a solução deste impasse era a concessão de títulos de aforamento. Os referidos títulos são espécies de concessões para habitação e uso dos terrenos que, embora não gerem a propriedade, possibilitam ao foreiro dispor de um documento que formalize a ocupação da terra para sua moradia, sem sofrer mais algum tipo de perturbação de ordem jurídica.

Tal saída empregada pelo governo, apesar de plausível, mostrou-se limitada, pois só poderia ser concedida aos moradores de áreas de terrenos públicos, não se estendendo a terras particulares. Para aqueles que invadiam terras de propriedade privada, restava ao governo buscar um diálogo com o proprietário para a negociação da venda da área ao Poder Público, o que dava margem à especulação imobiliária, pois o proprietário estabelecia um preço elevado para a venda, onerando excessivamente os cofres públicos.

A “legalização” das áreas ocupadas com a concessão dos aforamentos resolvia apenas o problema da regularização documental, mas não solucionava a questão da postura e regras para a construção das habitações. Assim, coube ao governo fornecer os subsídios necessários para a estruturação dos casebres, com a adequação urbana exigida pelo Código de Edificações, transformando-as em edificações regulares.

Porém, os esforços realizados pelo Poder Público não foram capazes de alcançar seu objetivo de reesquadrinhamento da cidade planejada em seu nascedouro. Ainda havia uma grande distância entre as ações efetivadas pelo governo e o crescimento, quase exponencial, das favelas. Estas explodem pela cidade, de forma a apresentar um novo panorama urbano. Decifrar

Teresina, a Capital planejada por Saraiva, desplanejada pelas favelas, não era suficiente. É necessária uma explicação, ou melhor, é necessário replanejá-la.

## **2 UMA ESPUMA SOCIAL FERMENTA NAS FAVELAS DA CAPITAL PIAUIENSE**

Os anos de 1960 foram signatários de um novo olhar sobre a cidade, em escala mundial. A dinâmica de intervenção no espaço urbano, desenvolvida após a 2ª Guerra Mundial e baseada no planejamento estratégico e na racionalização dos espaços, vê-se surpreendida “por uma onda de produção de imagens e signos que tocam a cidade pela subjetividade daqueles que a observam e a habitam” (HARVEY, 2010, p. 15). A cidade, então, como uma espécie de imã (ROLNIK, 1988), passa a ser vista como espaço ideal para onde rumam homens e mulheres desejosos da realização de suas necessidades e de seus sonhos.

De acordo com Harvey (2010), existem duas formas de cidade que se confrontam e se negam: a cidade vitimada por um sistema racionalizado e cartográfico e a cidade da produção de signos e imagens. A primeira é a cidade dos planos e da racionalidade, exposta na lógica da hierarquia e da homogeneidade matemática de uma arquitetura do controle dos espaços urbanos. A outra é a cidade subjetiva, da enciclopédia, do empório de estilos, onde os indivíduos podem operar sua própria magia distintiva enquanto representam uma multiplicidade de papéis.

No Brasil, tais perspectivas de cidade remetem ao momento histórico vivenciado no país nos anos 1960, onde o viés econômico e político baseado na intervenção dos espaços, construção de obras e burocratização das instituições determinavam um modelo que, não de súbito, percebeu-se permeado por um uso divergente, surgido das ebulições culturais e interjeições urbanas de homens e mulheres que consomem a cidade, dando-lhe significados múltiplos. A cidade racional, do pensamento social – espaço próprio, não tempo e sujeito universal (CERTEAU, 2014, p.160) – esmigalha-se pela enciclopédia burlesca dos sujeitos que recriam a urbe à maneira de seus desejos, por entre as fendas da cidade de concreto.

Esses dois modelos de cidade buscam se encaixar em Teresina. Os planos de intervenção urbanística estudados revelam o modo como o Poder Público se apropria da cidade, tomando um discurso urbanístico de racionalidade da Capital. A cidade de concreto avoca estratégias para a manutenção do lócus da Capital planejada, por vezes apagando os espaços de seus habitantes ou buscando cooptá-los ao discurso da legalidade em um período no qual Teresina experimenta um crescimento vertiginoso dos aglomerados habitacionais conhecidos como favelas (final dos anos de 1960 e toda a década de 1970). Nesse período, e em razão de tal

experiência, o Poder Público municipal empreende uma política de ordenamento dos espaços da Capital, através do mapeamento das favelas e da criação de estratégias e discursos para a reconfiguração daqueles espaços.

A política desenvolvimentista nacional – reproduzida minuciosamente em nível municipal – que propunha a elaboração de planos para intervenção incisiva na urbe, lançou, entretanto, luz sobre uma cidade invisível: uma Teresina feita de casebres de papelão, nos quais habitam pessoas que, espalhando-se pela cidade, rompem o traçado de Saraiva e criam um novo espaço: constroem a sua cidade, no desejo de vivê-la, habitá-la e percorrê-la com as liberdades desejadas.

Descortina-se um novo olhar sobre a capital piauiense, para além da cidade cartográfica: a cidade subjetiva, dos desejos e das significações dadas no cotidiano, viabilizadas na linguagem das imagens. É a cidade que atravessa seus habitantes e que permite outras leituras, para além daquelas expostas pelo discurso do poder público. Com os Planos, Teresina vai sendo decifrada e cifrada em outros tons; aquela cidade petrificada nas obras e imobilizada nos cartões postais vai sendo marcada e tinturada pelas ações microbianas dos moradores das favelas, que imprimem, nas ruas da cidade, um modo próprio de viver. Há, pois, uma incongruência entre a cidade planejada – aquela dos cartões postais, visível – e a cidade efetivamente vivida, a qual só pode ser vista na prática microbiana que a confaz (Certeau, 2014, p. 161).

Assim, por entre as frestas dessa cidade racional, outros caminhos – ou descaminhos – vão se firmando no cotidiano e desalinham o tabuleiro da Capital. As favelas, na sua teima urbana, insistem por se tornarem visíveis, espalhando-se e crescendo na cidade como rizomas, criando labirintos nos caminhos retilíneos de Teresina.

## **2.1. Cidade reconfigurada: as favelas como rizomas de uma estética urbana.**

Situar historicamente a favela, implica, inicialmente, entender a relação da palavra com a coisa, em busca da etimologia do termo. No Brasil, a palavra *favela* era conhecida já no século XVIII, sendo referida a uma planta comum no sertão nordestino e que deu nome a uma serra existente no Arraial de Canudos, na Bahia, na época de Antonio Conselheiro.

Como se sabe, porque sobejo na historiografia nacional, no final dos anos de 1890 vários soldados partiram do Rio de Janeiro para combater na guerra de Canudos, na região onde se localizava a serra da Favella. Ao retornarem vitoriosos ao Rio, os combatentes, sem o amparo das indenizações e soldos do Governo, passaram a habitar uma região conhecida como Morro da Providência, erguendo casebres e barracos. Como referência ao lugar e à história vivenciada em Canudos, o morro passa a ser conhecido como “Morro Favela”. As moradias precárias construídas pelos próprios moradores motivam a nova denominação da elevação e, através de um processo metonímico, o espaço [...] “passou a ser designado pela palavra com a qual o morro foi batizado, que mais tarde passou a ser sinônimo de qualquer aglomerado de moradias precárias” (SOUSA, 2003, p.14-15).

Apesar de sua designação, originariamente, ter sido desenvolvida no Rio de Janeiro, o nome *favela* incorporou-se ao vocabulário nacional e logo seria identificado a quaisquer grupos coletivos que habitam em moradias de baixa qualidade, em geral construídas de papéis, panos, lonas, latas ou quaisquer outras matérias frágeis. Esse tipo de construção surge, principalmente, em razão do processo de explosão demográfica e do intenso fluxo migratório campo-cidade vivenciado no país nos anos de 1960, momento em que a ocupação urbana ocorre descontroladamente, de forma que as favelas passam a compor o cenário das grandes cidades brasileiras.

Após a Segunda Guerra Mundial, tanto no Brasil quanto no Conjunto da América Latina, a retomada do crescimento econômico acelera o crescimento urbano, e o afluxo dos migrantes rurais para as cidades também intensifica o crescimento das favelas, tornando mais aguda a questão da moradia para as classes populares. Essa retomada ocorre dentro do quadro político do desenvolvimentismo, concepção marcada pelo papel de um Estado Planificador: seja no plano econômico, seja no plano territorial, traduzida pela decisão de construir Brasília, inaugurada em 1960. (VALLADARES, 2005. P.74).

A exemplo de várias outras capitais nacionais, Teresina também se viu inserida, no período referido, em um processo de expressivo crescimento populacional, fruto de intenso fluxo migratório, com consequente inchaço populacional e uma ocupação multiespacial pela cidade. Dados do IBGE (2000) apontam que entre 1960 e 1970 a população da Capital piauiense passou de 142.691 para 220.487 habitantes, apresentando uma taxa média de crescimento anual de incremento demográfico na casa dos 4,6% ao ano, despontando como uma das capitais do Nordeste brasileiro com maior taxa de crescimento da população urbana.

A cidade não foi capaz de abrigar todo esse contingente populacional, tendo enfrentado problemas de moradia com a chegada de seus novos habitantes. A configuração urbana da capital piauiense ganharia novos contornos com o aparecimento de núcleos de frágeis moradias levantadas ao longo da cidade, “quer sejam em estradas de ferro, às margens dos rios ou mesmo nos leitos das ruas” (NASCIMENTO, 2011, p.65). A imagem da cidade começa, então, a ser redesenhada por esses elementos da paisagem urbana, merecendo destaque nos jornais da Capital:

(...) O aspecto urbanístico de Teresina exige que o Prefeito Petrônio Portela faça esse sacrifício em favor da nossa população mais pobre abrigada em palhoças de palha tão rústicas e sórdidas quanto as mais miseráveis e grosseiras cabanas de nossos silvícolas. A estética de nossa “Cidade Verde” perde muito com o extenal de choças de palha em todos os seus quadrantes, principalmente nas áreas suburbanas. Que o Prefeito Petrônio se integre cada vez mais na obra social e humana como se integrou Agamenon Magalhães em sua cruzada contra os mocambos de Recife. (Melhoramentos urbanos – O Dia, 17/08/1961, p. 4. Cunha e Silva)

A preocupação do articulista com “*as moradias rústicas*” que se estendem pela paisagem urbana de Teresina reflete um aspecto que, ao longo dos anos de 1970, será o palco das atenções do Poder Público: a ocupação dos espaços da cidade pelas favelas.

Se, nos anos de 1960, a questão da moradia dava sinais de sufocamento, é na década de 1970 que a explosão demográfica ganha maiores proporções, com o aumento dos núcleos de ocupação urbana, muitos deles formados por grande quantidade de moradias<sup>7</sup>. As favelas passam a incorporar o cotidiano da cidade, tornando-se um problema político a ser enfrentado, conforme exposto na fala do prefeito de Teresina à época, Wall Ferraz:

“O Favelamento além de ser um grande problema social, representa um dos maiores desafios para a administração.” A declaração é do prefeito Wall Ferraz, que vem encontrando dificuldades para continuar uma campanha de desfavelamento, visando atenuar o drama de milhares de famílias, que continuam morando sob as pontes, nas margens dos rios e no meio das ruas. Paralelamente a esta campanha, a Prefeitura vem executando uma política de aforamento de terrenos e no próximo dia 30 vai entregar mais de 200 títulos para moradores do bairro Agua Mineral. ( O Estado, 23/04/1976, p.01)

---

<sup>7</sup> Segundo dados levantados pela Associação de Moradores do Parque Piauí, bem como pelo Serviço Social do Estado, a Favela Cohebe, situada na Zona Sul da cidade, chegou a possuir ao fim dos anos 70, cerca de 1030 famílias. Para maiores informações vide Lima, Antonia Jesuíta de. Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular. Teresina, EDUFPI, 1996.

Até a década de 1960, os núcleos de construção dos novos moradores que chegavam a Teresina sem um lugar estabelecido para ficar ainda não eram alcunhados com o nome de *favela*. Em geral, conforme observado nos jornais ou mesmo em documentos do Estado, os termos *casebres* ou *choças* eram empregados para designar tais moradias. Somente nos anos de 1970, quando o fenômeno demográfico adquire aspectos mais intensos e a discussão social sobre as ocupações do solo urbano passa a ser encarada como “problema” de política do Estado, em paralelo à organização das lutas pelo direito à moradia, é que o termo *favela* passa a integrar da linguagem da cidade, muito embora sem uma noção precisa do que se entendia pelo vocábulo.

Apesar de não haver um específico entendimento do termo, as notícias jornalísticas passaram a atribuir o vocábulo *favela* a qualquer levantamento de casas feitas com materiais frágeis, como papelões ou latas, ou mesmo a aglomerações construídas sem registro imobiliário. Decerto que o conceito é impreciso, mas pode-se entender que algumas experiências ocupacionais de maior relevância, seja pelo quantitativo de casas, maior tempo de fixação ou organização de seus moradores, deram significado ao termo *favela*.

Apropriando-nos desse significado, pode-se afirmar que em meados dos anos de 1970 surgem as primeiras favelas da Capital, localizadas em diversos pontos da cidade, mas mais predominantemente na Zona Centro, na Zona Sul e na Zona Norte (LIMA, 1996, p.25). A primeira favela de Teresina a se constituir como núcleo de ocupação territorial organizado ergueu-se na Zona Sul da cidade, por volta do ano de 1974. Por estar situada nas áreas onde passavam os fios de alta tensão da antiga COMPANHIA HIDROELÉTRICA BOA ESPERANÇA, a favela ficou conhecida pelo nome de COHEBE, em referência à sigla que designava o órgão federal responsável pela transmissão de energia elétrica pelo Estado. Com um ano de ocupação, a favela COHEBE já continha mais de 150 famílias, passando a atingir, em 1980, um total de 987 famílias (LIMA, 1996, p.25).

Outras favelas também se firmaram ao longo da cidade na segunda metade dos anos de 1970, tais como Lucaia, São Pedro, Tabuleta, CODIPI, Amizade, Purgal e Serra Pelada<sup>8</sup>. Os

---

<sup>8</sup> As favelas Lucaia, São Pedro, Tabuleta, CODIPI e Amizade estavam situadas na Zona Sul da Cidade. A Purgal localizava-se na Zona Leste da Capital, próximo ao bairro Jóquei Clube, enquanto a Favela Serra Pelada pertencia à Zona Norte. Dentre as descritas, destaca-se a Favela Lucaia que chegou a possuir cerca de 247 casas, segundo levantamento feito pela Prefeitura de Teresina, através Comissão de Aforamento, no ano de 1975, ocasião em que foi feita a remoção dos seus moradores para o Bairro Buenos Aires, na Zona norte da Cidade.

jornais da época retrataram as experiências urbanas advindas do surgimento desses novos núcleos de moradia, trazendo novos delineamentos à composição do cotidiano de Teresina:

#### ENCONTRADA FAVELA NO JOQUEI CLUBE

O levantamento sócio-econômico das famílias pobres dos bairros São Cristóvão, Jóquei Clube e São João, teve continuidade ontem e hoje através da Operação Especial “João de Barro” executada através de convênio entre a Prefeitura de Teresina e a Coordenação Estadual do Projeto Rondon. Duas equipes compostas por 28 universitários, das áreas de Medicina, Administração, Direito, Odontologia, Filosofia, História, Letras, Técnicas Agrícolas e Educação Física estão realizando o levantamento. Uma favela com 25 famílias foi encontrada na Rua Poty, entre a Avenida Dom Severino e rua Ininga, no bairro Nossa Senhora de Fátima. As famílias faveladas serão deslocadas, posteriormente, para o Conjunto Itararé, que a COHAB-PI, construirá no São Cristóvão. (O Estado, 13 e 14 /06/1976, p.01).

Além dessas experiências, um aspecto merece ser considerado nessas notícias: o desconhecimento do Poder Público sobre a quantidade de favelas na cidade. Até a metade dos anos de 1970 não havia um levantamento de dados a respeito do número dos novos núcleos urbanos surgidos na Capital, fossem favelas ou bairros, nem mesmo em quais lugares estavam instalados. A informação do primeiro cadastro sobre a divisão administrativa oficial do espaço urbano da Capital faz remissão ao Decreto nº 240, assinado pelo então prefeito Bona Medeiros (1979/82), segundo o qual a área urbana de Teresina continha 53 bairros.

Em relação ao quantitativo de favelas, não havia, nos anos de 1970, quaisquer referências a dados sobre números, localização ou mesmo quantidade de famílias em cada núcleo<sup>9</sup>. Algumas ações para tentativa de mapeamento de favelas de Teresina datam da segunda metade da referida década, por ocasião da instalação do Programa Especial de Desfavelamento, na administração do Prefeito Wall Ferraz, bem como da participação de universitários do Projeto RONDON (LIMA, 195, p.49-50).

Mesmo os números obtidos em tais programas e projetos não correspondiam à realidade de então, tendo em vista a descoberta, um pouco mais tarde, de núcleos que já existiam na cidade à época, mas que eram desconhecidos pelo Governo local. O Poder Público, entretanto,

---

<sup>9</sup> Precedido de levantamento socioeconômico, pelo serviço social do Município, em 1976, visando conhecer a situação de cada família, teriam sido elencadas as seguintes favelas, erradicadas pelo Município: Purgal, com 52 casas; Eucaliptos, com 198, Gogó-da-Ema, com 67; Lucaia, com 247 casas; avenida Gil Martins, com mais de 100 casas; avenida governador Pedro Freitas, com 143 casas.

estava ciente de sua deficiência nesse ponto, na medida em que admitia não saber onde estavam situadas as favelas da Capital:

Esses bairros são exemplos de comunidades escondidas que gradativamente estão sendo beneficiadas pela Prefeitura, de acordo com a nossa política de humanização da cidade.” **Confesso que há bem pouco tempo não conhecia esses locais.** Entretanto aí estão as primeiras obras para atenuar o sofrimento dessa gente. O mesmo vai ocorrer nos mais diferentes pontos da cidade, porque estamos identificados com os problemas da comunidade e não deixaremos um bairro sem uma obra da Prefeitura.  
 (“Estamos descobrindo os bairros desconhecidos” – Jornal O Estado, 20/08/1976, p.02- grifo nosso)

A invisibilidade de tais núcleos urbanos junto ao Poder Público, expressa nos jornais, revela, além da falta – propositada ou não – de políticas do governo para lidar com a novidade da situação, o quanto não se reconhecia mais a cidade, que mudava seu espaço físico.

A velocidade com que surgiam favelas em Teresina cunhou o termo *favelamento* para nomear o fenômeno oficialmente tomado por “problema urbano” até então desconsiderado e que passou a merecer atenção, seja porque destoava do discurso do Poder Público, seja porque se fazia sentir pela intensidade de sua presença, que já não podia ser ignorada.

As favelas, portanto, a partir da década de 1970, passam a indicar a existência de uma nova relação de espacialidade da urbe em Teresina. Elas se espalham pelo traçado retilíneo, estilhaçando o arranjo urbano como rizomas, desarticulando a cidade projetada:

Os abrigos surgiram em meio a cidade, entre bairros convencionais, exatamente como mato que cresce entre as pedras do calçamento, ou no meio do asfalto, formando enclaves, ou seja, microterritórios no interior de outros maiores. [...] A cidade projetada – a cidade árvore, como árvore e o pensamento em árvore – está intimamente enraizada num sistema-raiz, imagem da ordem; cidade não completamente projetada, a cidade arbusto, funciona como um sistema mais complexo; e a favela, cidade sem projeto, a cidade-mato, segue o sistema rizoma. (JACQUES, 2003, p.105-106).

Por entre a cidade planejada germina uma outra, que cresce em lugares impensáveis, nas rachaduras deixadas pela Teresina dos cartões postais. O tabuleiro de xadrez é borrado pelas favelas que, destracando a cidade, tornam-se protagonistas do devir de Teresina. Sob a luz dos Planos, na busca por decifrar o enigma da esfinge urbana, a Capital piauiense é devorada, regurgitada e ruminada, significada pelo aglomerado de favelas, que também dão sentido ao vir-a-ser Teresina.

Os moradores de Teresina, usuários da cidade, dão outros novos sentidos aos espaços da capital piauiense, modificando-os e criando perspectivas. Uma rua aberta, um beco isolado, uma lagoa margeada, uma árvore plantada, objetos que recriam itinerários, transmutam os olhares e fabricam uma outra Teresina. São práticas estranhas ao espaço geométrico e geográfico, das construções racionais, mas que se empreendem no cotidiano inventado dos seus habitantes (CERTEAU, 2014, p. 159). Na relação entre os homens e a cidade há uma geografia urbana traçada entre as experiências corporais dos homens e os espaços em que estas pessoas habitam (SENNET, 1997, p.20).

## **2.2. Os sujeitos sociais iluminam a cidade *flanêur*: itinerários experimentais do grupo Mel de Abelha**

A rua geometricamente definida por um urbanista é transformada em espaço pelos pedestres – a transcrição da fala de Certeau (2014) nos leva a ponderar dois olhares sobre a cidade. Uma, aquela do urbanista, cartografada pela racionalidade, que propõe lugares grandiloquentes, grandes monumentos a serem vislumbrados e percorridos pelos olhares. A outra, a dos pedestres, entendida somente quando praticada e consumida pelas andanças de quem nela vive, dos homens que a ela dão significados, na eira de suas subjetividades.

Sob este argumento, percorremos a Teresina dos anos de 1970 e alcançamos duas cidades. A primeira, entrevista sob a ótica dos urbanistas, de um *voyeur*, que contempla fotograficamente a Capital. A segunda, a dos seus moradores, que a praticam em suas andanças diárias, como *flâneurs*, andarilhos que desfiguram o mapa à medida em que escolhem, entrecortam e cruzam as ruas. É possível, portanto, à luz deste referencial, refletir sobre duas inconciliáveis visões de cidade: a cidade *voyeur* – cuja melhor expressão são os cartões postais – e a cidade *flanêur* que, por sua vez, se expressa nas práticas usuárias do espaço urbano (CASTELO BRANCO, 2016).

Envolvidos nessa contradição, atentos ao período histórico vivenciado no país, em momento de cesura das liberdades, e mesmo sob ampliada vigilância sobre as mais diferentes vertentes e áreas, jovens envolvidos com uma arte experimental<sup>10</sup>, “além da transgressão

---

<sup>10</sup> O conceito se emprega ao conjunto de manifestações da arte brasileira ocorridos a partir da metade dos anos de 1960, que trouxe consigo uma reconfiguração do papel social da arte e do artista, trazendo novas categorias em diversas frentes, tais como a Poesia Concreta, a Tropicália, Cinema Novo, Poesia Marginal. A estética experimental- entendida como uma intervenção que é feita com o intuito de provocar uma ampliação conceitual no campo artístico – podia ser encontrada com frequência em letras de músicas, em exemplares da dramaturgia

comportamental, visavam à constituição de uma contra linguagem, através da qual fosse possível expressar seu inconformismo em relação ao seu tempo” (CASTELO BRANCO, 2016).

No Piauí, especialmente na Teresina da década de 1970, um grupo de jovens produziu um conjunto de experiências fílmicas, sob a influência da figura de Torquato Neto, apropriando-se das máquinas de superoito milímetros para ressignificar o mundo a sua volta e, especialmente, confirmar o seu lugar na cidade (CASTELO BRANCO, 2007, p. 98). Essas caminhadas experimentais estão expressas nos filmes “Terror da Vermelha” (1971); “Adão e Eva – Do Paraíso ao Consumo”; “Miss Dora”; “O Guru das Sexys Cidades” (1972); “As Feras” (1972); “David vai Guiar” (1972); “Por Enquanto” (1973); Coração Materno (1974); “Tupi Niquim” (1974); “Carcará Pega Mata e Come” (1975); e “Gilete com Banana” (1976).

Mas, se a geração que se alberga sob o guarda-chuva torquateano procura esgrimir as temáticas grandiloquentes e assombrar a estética cinemanovista, valendo-se da micropolítica para esfacelar a cidade dos cartões postais (CASTELO BRANCO, 2009), uma outra geração, alguns anos depois, formada por jovens universitários, também busca experimentar a cidade, deixando que esta se revele em outras possibilidades e outras realidades, por vezes invisíveis, nos recônditos dos seus problemas e conflitos. Nesse contexto é que se forma o grupo Mel de Abelha.

Entre os anos de 1978 e 1985, alguns estudantes da Universidade Federal do Piauí que frequentaram as salas de discussão do Cineclub Teresinense, importante incentivador e idealizador do cinema local, receberam financiamento junto ao Programa Bolsa de Trabalho e Arte para produção de material artístico. O grupo, chamado *Mel de Abelha*, era formado por Valderi Duarte, Socorro Mello, Dácio Ibiapina e Luís Carlos Sales e tinham como foco a produção de documentários de temáticas socioeconômicas.

No período indicado, o Grupo Mel de Abelha produziu sete filmes: “Povo Favela” (1978), “Pai Herói” (1980), “Relógio do Sol” (1981), “Espaço Marginal” (1981), “O Pagode de Amarante” (1983), “Dia de Passos” (1984) e “Da Costa e Silva” (1985). A característica marcante de todos estes filmes é a existência da representação de algumas cidades do Piauí, contemplando uma realidade tensa, no caso da Capital piauiense, a mais retratada delas.

---

e, especialmente, em diversos filmes, a maioria dos quais enquadrados no chamado “Ciclo Marginal”. Para melhor entendimento vide: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. A cidade como expressão do desejo: Filmes experimentais dando a ver a micrologia do cotidiano de cidades brasileiras. *Cidades, Comunidades e Territórios*, v. 32, p. 146-157, 2016.

Teresina é vista de forma pessimista e distante do ideal de modernização desejado pelo Poder Público, sendo revelada em seus contrastes urbanos.

A problemática urbana, as dificuldades originadas a partir do crescimento da cidade e o aperfeiçoamento das técnicas de filmagem compõem a estética daquilo que o grupo Mel de Abelha tentou explorar e se comprometeu de apresentar nos filmes. A “trilogia da imperfeição humana”<sup>150</sup>, formada pelos filmes Espaço Marginal, Pai Herói e Povo Favela, revelam os contrastes urbanos ao mesmo tempo em que reanimam a discussão social da pobreza, da miséria e das condições de existir de uma parcela significativa da população teresinense do início dos anos oitenta. (LIMA, 2006, p. 96).

A tônica do grupo é a filmagem em estilo de documentário. A cidade de Teresina e seus lugares escondidos e esquecidos é o *locus* principal. Nos filmes “Povo Favela” e “Pai Herói”, por exemplo, é mostrado o cotidiano dos sujeitos sociais favelados, como vivem em seus lugares, suas as relações com a cidade em que vivem e da qual são distanciados e o que fazem para se tornarem próximos e inseridos no contexto social de então.

A análise desses dois documentários torna-se, pois, um mote para mostrar a incongruência entre a cidade dos cartões postais – a cidade *voyeur* – e a cidade real, cuja existência se dá a ver nos passos perdidos de sujeitos ordinários que delinquem o cartão postal ao mesmo tempo em que dão sentidos outros aos espaços urbanos (CASTELO BRANCO, 2016, p.147). Trata-se, portanto, de apagar a cidade *voyeur* e, ao mesmo tempo, iluminar a cidade *flanêur*.

A cidade exposta nas imagens dos documentários é senão outra Teresina, diferente daquela destacada nos planos estudados no capítulo anterior. Se por um lado, temos uma cidade planejada, dos cartões postais, existentes apenas aos olhos dos urbanistas, por outro aparece uma cidade efetivamente vivida, invisível, que só pode ser vista na prática microbiana dos sujeitos que a habitam (CERTEAU, 2014, p.161/162). Conforme Castelo Branco (2006, p. 165), evidencia-se uma “incongruência entre uma cidade visível e outra invisível e que esta segunda compõe o cenário das cidades reais, na medida em que elas são as cidades que efetivamente vivenciamos”. Ao assistirmos, com atenção e sensibilidade, aos filmes enunciados, podemos apreender a Teresina real e invisível no modo como os sujeitos habitantes das favelas estabelecem suas práticas no cotidiano, na burla aos códigos de posturas, leis e planos urbanos e nos enunciados e significados dados ao lugar em que vivem.

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado de 1969, estudado no capítulo anterior, tentou criar uma divisão oficial da cidade e estabelecer o que chamou de crescimento racional,

proporcional, harmônico e estético da zona urbana através da instituição de aparatos normativos como o Loteamento Urbano para “evitar a divisão indiscriminada e prejudicial dos terrenos citadinos a fim de evitar o crescimento urbano desorientado” e o Código de Edificações para estabelecer “disposições referentes à segurança, higiene e estética a serem seguidas pelas construções na cidade.” (TERESINA, 1969, p. 101).

Contudo, as medidas propostas para adequar Teresina a um modelo racional e urbano quisto pelo Poder Público tornavam-se letra morta quando observamos as práticas dos habitantes das favelas. As especificações de medidas para construção em lotes urbanos, os recuos e limites para o erguimento de casas, entre outras regras, não faziam sentido para quem não possuía propriedade e, portanto, quase sempre eram ignoradas e/ou burladas, sendo empreendidas de outros modos pelos moradores das favelas. Uma linha de alta tensão, por exemplo, não foi obstáculo para a criação do maior núcleo de favela de Teresina nos anos de 1970, a favela COHEBE, um dos locais objeto das imagens contidas no Filme Povo Favela. O espaço que, antes, era apenas lugar de passagem de uma linha de transmissão, isolado pelo Poder Público, foi apropriado e singularizado pelos seus moradores, que mudaram seus elementos espaciais, dando a eles outro significado. O Código de Posturas e Edificações, elaborado para uma cidade vista do alto, sob o olhar racional de qual nos fala Certeau (2014, p.258), é esfumado pela cidade real, focalizada de baixo, pela forma com que os habitantes construam suas casas tortuosas, labirínticas, numa estética que não se aplica àquela dos Planos.

O Código de Edificações de Teresina (Lei nº 1593, de 28/09/1978), especificava em seu art. 2º que nenhuma obra, construção, reconstrução, reforma ou acréscimo de edificações, seria feita sem prévia licença da Prefeitura. Mas se considerarmos que a cidade, à época da edição da norma, estava pululada de favelas, cujo quantitativo aumentava significativamente, percebemos que a legislação não era cumprida. Os signos proibitivos estavam sendo burlados cotidianamente e a cidade legal restava desconfigurada.

Os lugares nos quais ninguém poderia se instalar, como as terras devolutas e os grotões, foram espacializados pelas práticas daqueles que passaram a habitá-los e novos significados foram dados às coisas e aos lugares. As margens dos rios e das lagoas, antes inabitadas, transformaram-se em locais de trabalho e de sustento, como para as lavadeiras e os oleiros. Uma trilha antes inexistente foi aberta, um percurso alternativo foi criado. A movimentação do dia a dia mexia na fotografia da cidade inscrita no olhar arquitetônico dos urbanistas e a imagem

da Teresina dos cartões postais, vislumbrada nos planos, via-se borrada por essa outra cidade, circunscrita no cotidiano.

Além de novos significados, novos nomes foram atribuídos àqueles lugares. Lucaia, Purgal, Esperança, Amizade: palavras cujos sentidos próprios dados pelos gramáticos e linguísticos foram desviados e reconfigurados por uma retórica corriqueira do pedestre, do sujeito morador do lugar (CERTEAU, 2014, p. 167) e que passaram a nominar lugares, dando-lhes e adquirindo, elas próprias – as palavras – novos sentidos. Dentro do Código Urbano, esses nomes não foram postos nas divisões e repartições oficiais. Eram os logradouros desconhecidos, corpos estranhos à razão técnica que organiza a Cidade-conceito proposta pelo discurso utópico-urbanista. A cidade ideal, conceitual, se degrada frente às práticas microbianas, singulares e plurais que sobrevivem ao controle da Administração panóptica (CERTEAU, 2014, p. 162).

### **2.2.1. POVO FAVELA: artistas da sobrevivência tateiam a cidade**

No curso malabarístico da câmera, passeia-se panoramicamente por uma paisagem cada vez mais comum à estética urbana. Paredes de taipa, paus e forquilhas expostos e trançados de palha expressam novos grupos de moradias onde milhares de pessoas passam a fincar o espaço de sua vida cotidiana. A câmera se aproxima, trazendo para mais perto a intimidade dos habitantes desses novos pontos da cidade. Revelam-se gestos, exprimem-se trejeitos, traduzem-se conversas... É o povo habitante da favela, os sujeitos de um lugar, oleiros da construção do tempo; pais e mães heróis empregando, nas artes de fazer, suas estratégias de sobrevivência.

*Povo Favela* é o primeiro filme do Grupo Mel de Abelha. Produzido em 1978, tem como tema as favelas de Teresina, expondo as condições de vida da população e as contradições sociais existentes à época. Como vivem e quais as expectativas dos moradores da favela retratada em relação à cidade em que vivem e da qual são distanciados, e o que fazem para se tornarem próximos e inseridos no contexto social de então foram alguns dos objetivos do filme, conforme palavras de um de seus idealizadores:

A ideia era mostrar as favelas de Teresina daquela época, em especial aquela favela da COHEBE, na Tabuleta, sob os fios de Alta Tensão, e onde se localizavam muitas casas de palha. O outro cenário que fez parte desse filme foi o Poty Velho, que passa pela região das olarias. Então foram estes dois

cenários: a região dos lugares que tinha muitas favelas e muitas casas de taipa e a COHEBE (...). Nós vivíamos em uma época que nós queríamos mostrar essas contradições da sociedade e o aspecto que nós utilizamos neste trabalho foi a habitação - as condições de vida da população. (SALES L.C. Entrevista concedida a Jaislan Honório Monteiro em 19/01/2006).

A fala de Sales denuncia o quanto a favela estava presente no cotidiano da cidade, sofrendo por vezes do descaso da ação do poder público. Os jornais da década de 1970 também já informavam a situação de favelamento de Teresina, tornando-se frequente notícias sobre a presença das favelas no cenário urbano da capital piauiense:

“O Favelamento além de ser um grande problema social, representa um dos maiores desafios para a administração.” A declaração é do prefeito Wall Ferraz, que vem encontrando dificuldades para continuar uma campanha de desfavelamento, visando atenuar o drama de milhares de famílias, que continuam morando sob as pontes, nas margens dos rios e no meio das ruas. Paralelamente a esta campanha, a Prefeitura vem executando uma política de aforamento de terrenos e no próximo dia 30 vai entregar mais de 200 títulos para moradores do bairro Agua Mineral. (Favelamento é o grande desafio para a prefeitura– Jornal O Estado, 23/04/1976, p.01)

A escolha de locais com favelas de significativa expressão na cidade para compor o documentário em questão não se deu por acaso. O primeiro lugar escolhido foi a região do – hoje – bairro Poty Velho, na Zona Norte da cidade, situada em área ribeirinha e considerada o berço da Capital piauiense <sup>11</sup>, onde se situam as olarias da cidade. A Capital planejada parece ter sua origem recriada e recontada pelas mãos dos oleiros, que, no ardor do barro, constroem sua vida, como os tijolos e telhas por eles produzidos, mas que ironicamente não serão empregados nas suas habitações. O outro lugar é a denominada favela COHEBE, situada na Zona Sul da cidade e localizada em terreno pertencente à Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança. Considerada a primeira grande favela da cidade, consolidou-se como marco da luta pelo direito à moradia, expressa na organização de seus moradores e nas intervenções do Poder Público.

---

<sup>11</sup> Por ocasião da transferência da Capital piauiense de Oeiras para Teresina, escolheu-se como área a região conhecida como Vila do Poti. O local para a construção da nova cidade – denominado Covas – ficava distante uma légua do assentamento original da Vila do Poti. A vila Nova do Poty passou a ser a sede do Governo Municipal, passando a se chamar Teresina. Vide. CHAVES, Joaquim (Monsenhor). Subsídios para a História do Piauí. In: Obra Completa. 2ed. Teresina-PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005. P-23-25.

**Figura 4:** Cena da favela (fotograma)



**Fonte:** Filme Povo Favela (1978)

A necessidade de expressar a situação dos moradores e os problemas sociais existentes denota a situação do país, que vive um momento de fricção do regime militar, onde a discussão de direitos políticos e sociais começa a vir à tona. O problema da moradia intensificara consideravelmente; as intervenções públicas, os atos de resistência e o empenho por habitação digna viraram bandeira de luta em torno da qual se aglutinaram moradores, políticos e intelectuais, no momento chamado de abertura política do país.

O filme, em formato de documentário de curta metragem, tem duração de, aproximadamente, treze minutos. Mostra cenas do cotidiano dos moradores das favelas nomeadas e das suas condições de viver. Descreve os espaços das favelas com suas imagens e exibem o modo como seus sujeitos trabalham, estudam e percorrem o itinerário no dia a dia. Não há individualização de personagens, nem apresentação de falas ou mesmo o recolhimento de depoimentos.

O foco da câmera é incisivo sobre os espaços e as atividades dos moradores. A cadência do documentário é dada pelo toque do violão e o som da canção que vem de um cantor, uma espécie de narrador sem fala que dita o ritmo e o corte das cenas. Esse cantor, habitante da favela, torna-se um trovador, um profeta que anuncia o itinerário a ser percorrido, como liturgista da realidade que se atina: “*Sonhos pelas ruas/ Planos que deixamos*”. A cada aparição do músico/artista, revela-se um novo corte do filme, com a introdução de uma nova temática e a intromissão de uma nova discussão.

**Figura 5:** Cantor José Gomes (fotograma)



**Fonte:** Filme Povo Favela (1978)

A primeira secção do filme nos proporciona um apanhado geral do local onde se desenrola a trama documental. O zoom panorâmico sobre as casas de adobe e palha é acompanhado por um som triste, que se solidariza à penúria da região. A visão aérea é derreada de forma gradual para as vielas da favela até chegar às casas, momento em que a câmara começa a adentrar as situações mais próximas dos moradores. O foco sai das casas e se volta para a movimentação nas ruas. Crianças sujas correndo por entre lama e poeira; um senhor já idoso que caminha com dificuldades; um homem que labora a terra; uma mulher que espreita à janela... Todas estas cenas se interpõem para compor um cenário do caleidoscópio da vida nas áreas das favelas da cidade, retrato do que a Capital piauiense apresentava no fim dos anos de 1970:

[...] Ora é falta d'água, ora a carência de transportes coletivos, ora, ainda, a falta de moradia para os mais pobres, que para se resguardares das chuvas, do sol e do sereno, vão construindo, certo ou errado, as suas palhoças onde acham um pedaço de terreno desocupado. [...] Os chamados bairros pobres permanecem mergulhados na escuridão, aumentando a angústia dos lares que neles vivem. (Grandes problemas da cidade – Jornal O Estado, 11 e 12/04/1976, p. 07).

Quando se discute sobre a cidade, é no cotidiano que podemos perceber como os moradores imprimem suas artes de fazer. Michel de Certeau nos avisa que não devemos tomar os outros por idiotas (CERTEAU apud GIARD, 2014, p.19). Na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção extrema à mobilidade tática, no respeito dado ao fraco, sem eira nem beira, móvel e por assim desarmado em face das estratégias do forte, dono do teatro das operações, se esboça uma concepção política do agir e das relações não igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos (*Ibidem*, 2014, p.19).

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Ninguém se desliga da cotidianidade, pois [...] nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.” (HELLER, 2016, p. 35).

Essas artes de fazer, expressas no cotidiano dos moradores da favela, são anunciadas pelo músico/artista, que, novamente, toma seu violão e, sentado num banquinho, embala batidas apressadas, convidando-nos, com sua música, a viver a aventura de tomar a moto, colocar sua garota na garupa e apenas passear... *“Pego minha moto e saio para passear/ Pego meu calhambeque velho e janto na beira do mar/ Olhe para o mar/ Veja o barco navegar/ Olhe para o céu, meu bem/ E veja as estrelas brilhar”*.

Assim começa a segunda secção do documentário, que aprofunda a descrição da vida dos moradores da favela e exhibe como crianças, jovens, adultos e idosos vivem seu dia, satisfazem suas necessidades básicas, de onde tiram o sustento e como trabalham. Trazendo o argumento sobre o retrato das condições de vida dos seus moradores, o filme expõe uma sequência de três cenas em torno da água, bem vital à sobrevivência, expressando-a carregada de sentido, por ser em torno dela que se conduzem as atividades do cotidiano das comunidades e por onde também se pode atingir uma percepção da realidade.

Os elementos móveis de uma cidade, e em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos menos observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com outros participantes. Na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturados com considerações de outra natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles. A cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar uma estrutura. Se, em linhas gerais, ela pode ser estável por algum tempo, por outro lado está sempre se modificando nos detalhes. (LYNCH, 1997, p.02-03).

A primeira cena mostra o ritual empregado por mulheres, crianças e idosos de tomar os baldes para enchê-los nas bocas jorrantes do chafariz. A câmera captura o deslocamento das pessoas até o local onde está instalado o chafariz, mostrando como se empreende a busca por água, desde o deslocamento com baldes, a formação das filas, o controle sobre a quantidade

despejada, as conversas e discussões, e o retorno às casas, com as latas d'água na cabeça ou nos ombros.

**Figura 6:** Moradores no chafariz (fotograma)



**Fonte:** Filme Povo Favela (1978)

A perspectiva da lente é, então, direcionada para um segundo momento, em que se apresenta a cena de um rio, onde mulheres e crianças utilizam a água para lavar roupas. No fim dos anos de 1970, as margens dos rios de Teresina eram lugares para onde muitas famílias se dirigiam para fazer morada, quando aqui chegavam vindas do interior ou de outros estados. Sem terreno para erguerem suas casas, somado ao fato de, naqueles locais, o acesso a água era mais fácil, as sobras dos terrenos públicos situados à beira de rios e lagos acabavam sendo utilizados por estes migrantes como local para estabelecerem morada. A região situada na Zona Norte da Capital, na área em torno do bairro Poty Velho, é ilustrativa dessa situação.

**Figura 7:** Lavadeiras (fotograma)



**Fonte:** Filme Povo Favela (1978)

O rio passa a reger o modo de vida de boa parte desta população, principalmente no que diz respeito à possibilidade do emprego da água para atividades domésticas e sobrevivência, do que se torna representativo a lavagem de roupa. Muitas mulheres que habitavam as regiões ribeirinhas, não tendo emprego, empreendiam o lavado de roupas à beira rio para conseguir alguma renda e empregá-la como sustento seu e da própria família. Suas atividades seguiam uma dura rotina, na qual precisavam começar cedo, empreender muito esforço físico e, muitas vezes, se deslocar por longas distâncias:

Havia uma geografia também trilhada pelas lavadeiras no seu dia-a-dia, que iniciava com a saída de suas casas em direção à casa dos patrões e destes lugares diretamente para o rio. O dia-a-dia das mulheres era no rio (Parnaíba ou Poti). Saíam logo cedo, às vezes com filhos pequenos no colo e a trouxa de roupa equilibrada com maestria na cabeça. Quando os filhos mais novos já tinham idade o suficiente para suportar o percurso de ida para o Rio e, de volta para casa andando, ou quando não carregado pelo irmão mais velho, a mãe tinha a oportunidade de carregar na cabeça uma lata de água e escanchado na cintura a trouxa de roupa lavada e ainda molhada, o que tornava o fardo ainda mais pesado. Para aquelas que o esposo tinha bicicleta, colocava a trouxa na garupa e ia deixá-la. Lá passavam o dia lavando, lavando e cantando (VIANA, 2013, p. 197).

O cenário fluvial, além do chafariz e das lavadeiras, é retratado, ainda, no momento em que crianças brincam nas baixas do rio, dentro do lamaçal, realizando a pesca de peixes. A câmera desliza pelas mãos e pelos rostos dos meninos, que exibem seus “bodós de lama” como espécie de prêmio, uma vitória por achar o alimento, tantas vezes escasso em suas mesas. Brincadeira pueril de uma realidade de pobreza em que o peixe da lama é alívio de sobrevivência.

A cidade que se estende entre dois rios, onde a água se faz abundante por natureza, sucumbe em condições mínimas de dignidade para seus moradores, sedentos de saneamento, de tratamento e do olhar do Poder Público. Desamparados, tentam cartografar suas vidas no sentido dado pelo curso da água.

Retomando o filme, o cantor reaparece e lança o som da profecia de uma vida severina. Num fio de esperança despedaçada, anuncia o futuro... As crianças e a realidade da educação dentro das favelas são o foco da terceira parte do documentário.

Numa cena panorâmica, a favela é vista do alto. Um ponto é fixado e, então, a câmera desce. Logo se percebe um casebre um pouco maior no meio da favela. Com o olhar da câmera,

nele entramos e, no seu interior, descobrimos tratar-se de uma escola. Na verdade, apenas uma sala de aula.

Paredes sem revestimento, carteiras velhas e desgastadas, chão de piso bruto. Crianças e adolescentes, descalços e sem uniforme, copiam e estudam uma lição exposta no quadro. A câmera vagueia pela sala. Chega a hora do recreio e as crianças brincam na terra batida; quando sentem sede, vão até o filtro de barro para beber. Potes e vasilhas quebradas integram o cenário. O banheiro é logo ali, mas não há sanitário, apenas um buraco de cisterna onde fazem suas necessidades.

A precária condição da escola não destoa na realidade educacional do Estado. Segundo dados do IBGE, o Piauí, no início da década de 1980, detinha uma das maiores taxas de analfabetismo do país, com cerca de 51,9% (cinquenta e um vírgula nove por cento) da sua população de mais 15 (quinze) anos de idade que não sabia ler nem escrever. Juntamente com a taxa de analfabetismo, o índice de escolaridade da população piauiense em 1980, colocava o Piauí em penúltimo lugar, atrás apenas do Maranhão. Esse índice expõe o número médio de anos de estudos do chefe de família, que não chegava a 04 (quatro) anos.

Esses indicadores retratam a realidade de um Estado de pobreza e exclusão social, em que a baixa escolaridade e os poucos anos de estudo refletem nas condições de trabalho e de vida, fazendo quase nulas as oportunidades de crescimento pessoal, de emprego e renda.

Tal realidade não é desconhecida do Poder Público. A foto da primeira dama da Capital está estampada na parede da sala de aula, alertando sobre a presença do Estado e da política. A câmera para e o foco na figura faz pensar sobre como será o futuro, a partir de um presente sem perspectiva de melhoria.

**Figura 8:** Sala de aula (fotograma)



**Fonte:** Filme Povo Favela (1978)

O filme retoma o artista da favela, a empregar um dedilhar ritmado em seu violão e nos apresenta uma nova jornada. A batida do instrumento parece acompanhar o itinerário da vida do trabalhador, expressando a sua labuta para conseguir seu sustento. Apresenta-se, então, o cenário dos oleiros e a forma como se dá todo o processo para alcançar o produto final da lida com o barro.

Grande parte das olarias da Capital piauiense se localizam nas áreas próximas ao encontro dos rios Poty e Parnaíba, na região Norte da Cidade. Boa parte dos moradores da região, favorecidos pelas condições da terra, utilizam-se do barro para fabrico artesanal de materiais utilizados na construção civil, como telhas e tijolos, além de utensílios de uso doméstico, sendo filtros, potes, pratos e panelas os de maior produção.

Muitas famílias da região dependem dos trabalhos em olaria, daí retirando seu sustento. A chegada do período chuvoso traz graves consequências para os trabalhadores, que se veem impedidos, pelas condições do tempo, de praticar seu labor.

#### FAMÍLIAS PODEM FICAR SEM CONDIÇÕES DE VIDA NO POTI VELHO

Mais de cem famílias que dependem diretamente dos trabalhos oleiros do bairro Poti Velho poderão ficar sem condições financeiras para o sustento, porque as olarias estão ameaçadas de paralização (*sic*), às primeiras chuvas caídas no município de Teresina, que vem atrapalhando os serviços. Ganhando por semana uma média de Cr\$ 150, aproximadamente 120 pessoas vivem de fazer tijolos e telhas, entre homens e mulheres, que também tem que trabalhar para ajudar na renda familiar.

Uma mulher que trabalha nas olarias, transportando tijolos para os caminhões, ganha entre Cr\$ 5 a Cr\$ 8, por cada milheiro do produto transportado. Embora, com um baixo vencimento mensal, elas não reclamam, pois só deste trabalho árduo e constante é que conseguem ganhar algum dinheiro para ajudar a família.

O problema social que a maioria das famílias do bairro Poti Velho está prestes a enfrentar não tem solução. Todos os anos, eles já começam a se preparar para a chegada do inverno e alguns mais experientes conseguem guardar um pouco do dinheiro fazendo e vendendo tijolos nas olarias.

(Famílias podem ficar sem condições de vida no Poti Velho - O Estado, 16/10/1976, p.12.)

Para o fabrico dos materiais, existe um processo de divisão de tarefas, que vai desde o preparo da terra, a molhagem do barro, a sua moldagem junto com a água, o amparo em formas e a sua secagem ao sol até o cozimento em fornalhas. Neste ponto, o documentário retrata a agitação de todo o processo de fabricação dos tijolos, o envolvimento das pessoas em cada etapa, a divisão de tarefas, o ir e vir frenético que simula uma automação da manufatura. As

lentes registram a fábrica a céu aberto; mulheres, crianças e idosos participando da vida e do labor em razão dos quais a lama e a poeira se impregnam na pele, dando outra coloração aos corpos dos que estão naquele lugar.

As atividades desenvolvidas em olaria seguem uma lógica específica de divisão de tarefas, havendo uma composição das etapas daquilo que cada envolvido desenvolve: assim, para o fabrico de materiais para construção civil, como, por exemplo, telhas e tijolos, encontramos algumas figuras, tais como: o oleiro, o vassalo, enfornador, o encascador, o queimador e o encarregador.

Nas cenas que percorrem o documentário, estas figuras aparecem nitidamente, com a câmera retratando o trabalho de cada um, seus ritmos e as ligações que firmam. A primeira figura, o oleiro, é o responsável por retirar a argila, misturar e amassar o barro até leva-lo a uma área plana, chamada mastro, onde o barro será moldado em grandes formas e ganhará uma forma específica. Junto ao oleiro há o vassalo, que faz o acabamento do molde do tijolo ou telha, retirando as sobras da liga. Em geral, o trabalho do vassalo é feito por uma criança ou adolescente. O enfornador é quem empilha os tijolos/telhas, preparando-os para o cozimento. Depois disso, o encascador faz o enchimento (encasque) deles com fragmentos de tijolos/telhas finalizados, utilizando-se de uma argamassa composta por areia e água, que dá consistência ao forno. Os materiais são levados para o cozimento dentro das chamadas caieiras, grandes fornos alimentados por lenha, de responsabilidade do queimador, que controla a quantidade de madeira a ser posta no fogo e sua alimentação até o ponto ideal para que os tijolos/telhas saiam assados. Por fim, depois de cozidos e retirados das caieiras, os tijolos/telhas são transportados até o local de carregamento por caminhões que o distribuirão pela cidade, função executada pelo carregador. Percebe-se que a atividade de carregador, geralmente, é desenvolvida por mulheres. Chega o caminhão e logo é carregado com pilhas e mais pilhas de tijolos. Ironia de um destino para uma matéria-prima que se sabe não ser as casas de seus fabricantes.

Em geral, o crescimento da área de construção civil e a conseqüente expansão da atividade oleira atraíram a atenção de pessoas estranhas à comunidade, principalmente grandes detentores de poder econômico na cidade, que passaram a explorar aquele ramo da economia, “transformando os trabalhadores oleiros em empregados de olarias, sem nenhuma proteção trabalhista, além de explorar indiscriminadamente a jazida ali existente” (CARDOSO & DOURADO, 1994, p.46).

**Figura 10:** Trabalhadores nas olarias (fotograma)



**Fonte:** Filme Povo Favela (1978)

Ao fim do documentário, o artista reaparece com algumas crianças da favela e continua a tocar seu violão e a lançar sua canção, anunciando que, no cotidiano da vida, ainda se pode atravessar a realidade e que a sua arte de fazer não é mais do que o fazer artístico da sobrevivência.

Seja na beira de um rio ou à beira da vida, nos caminhos da olaria ou da escola, o inventário do cotidiano da favela suscita múltiplos percursos. Os espaços descritos são apropriados de diversas maneiras por seus moradores e revelam que são também modos de ver e entender a cidade de Teresina em determinado período da história.

### **2.2.2. PAI HERÓI: caminhos (in)visíveis do cotidiano.**

*Pai Herói*, ao lado de *Povo Favela*, faz parte da série de documentários produzidos pelo Grupo Mel de Abelha nos quais são retratadas questões sociais existentes na Capital piauiense, entre o fim dos anos 70 e meados dos anos de 1980.

O filme narra a história de um grupo musical formado por um pai e seis de seus dez filhos, habitantes de uma região de precárias condições nas imediações bairro Buenos Aires, localizado na Zona Norte da Capital, que saem todos os dias em direção ao centro de Teresina para tocar seus instrumentos musicais nas paradas de ônibus e nas praças, em troca de receber algum dinheiro dado pelos transeuntes que param para escutá-los.

Seu Mendes, personagem principal do filme, é um senhor de meia idade que mora na periferia da cidade e encontra na música a subsistência de sua família. Em seu relato, ele explica que “a sanfona é sua arte”, e que precisa dela para sustentar seus dez filhos:

Bem, meus irmãos, eu vou dizer pra vocês que eu vivo numa vida muito dificultosa porque eu não sou empregado e nem aposentado. Eu tenho dez filhos e tenho seis filhos estudando. Pelo menos agora três livros custou quinhentos cruzeiro cada um. Eu pedi a população que me ajudasse, só achei uma pessoa que ajudou num livro, os outro quem comprou fui eu com muita dificuldade, deixando meus filho com fome. Então, o que eu tenho é a arte de sanfoneiro. Essa sanfona, tem um dia que eu saio daqui com meus filhos, pego ônibus até sem dinheiro pra passagem. Peço aos que são conhecido e quando eu voltar, se eu ganhar dinheiro eu pago e se eu não ganhar, também num pago. Então, quando eu chego lá, aí meus filhos comigo desce, nós vamo tocar, aquelas pessoa de boa vontade um dá dez cruzeiro, outro dá cinco, outro dá vinte, outro dá cinquenta, outro dá cem, naquele dia que eles querem dá. E quando não querem dá eu fico tocando naquela parada de ônibus, naquele bar sem ganhar um tostão. Volto de pé com os meus filhos, é.

**Imagem 11:** Seu Mendes, o Pai Herói (fotograma)



**Fonte:** Filme Pai Herói (1980)

A situação de dificuldade relatada é expressa logo na cena inicial do filme, onde há um *zoom* sobre as moradias, com a câmera fazendo uma aproximação até a casa onde habita Seu Mendes, retratando a pobreza do local onde vive. Várias redes estão dispostas em uma casa feita de taipa, com as paredes expostas, semi-abertas. A manhã se anuncia e tem início a jornada do Grupo Pai Herói. Os filhos começam a sair da casa, um a um, todos carregando seus instrumentos musicais. A eles se juntam o pai, a mãe, uma menina e mais duas crianças pequeninas. Seu Mendes toma um banco, começa a olhar para a câmera e relatar em detalhes

sua vida, intercalado por cenas vividas no cotidiano por ele e seus filhos, na sua arte pela sobrevivência.

**Figura 12:** Conjunto Pai Herói (fotograma)



**Fonte:** Filme Pai-Herói (1980)

O nome do conjunto tem origem, segundo relato do pai, quando da participação do grupo em um programa de rádio muito famoso à época, chamado *Um Prego na Chuteira*, apresentado por Deusdeth Nunes, o Garrincha. Nesse programa havia um quadro no qual o locutor recebia atrações artísticas da cidade. Num destes momentos, o grupo, até então conhecido como Conjunto Mendes, foi rebatizado pela esposa do apresentador, tornando-se o Conjunto PAI-HERÓI, numa alusão a como o pai fazia da arte com seus filhos um meio para sua sobrevivência.

Bem, agradeço muito o Sr. Garrincha, porque ele sempre nos chamava pra fazer aquele programa, do Prego na Chuteira. Lá, quando eu cheguei, antigamente, o nome do meu conjunto era Conjunto Mendes. Mas depois que meus filhos começaram a me acompanhar na tocada, aí não tinha nome, meu conjunto. Chegemo lá, ele chamou pra nós fazer aquele programa e disse “Como é o nome do conjunto?” Aí eu disse assim “Não, antigamente era Conjunto Mendes, e mais hoje não tem nome.” Ele olhou pra mulher dele e disse assim “Como é que nós bota o nome nesse conjunto?” Aí ela foi, pensou ali um pouco e disse: “Vamo botar Pai Herói com seus cabeçudo, porque ele vive feito um pai herói tocando aí na rua com as criança dele. Então vamo botá O Pai Herói com os cabeçudo”. E eu gostei muito, hein, desse nome porque com esse nome nós pudemo ganhar sempre alguma coisa porque o pessoal quando a gente passa na rua que alguém já viu nós tocando diz assim: “Lá vai o Pai Herói!”. Outro diz assim: “Lá vai o filho do Pai Herói!”, quando eu num acompanho os meus filhos.

O novo nome do grupo criou uma forte identificação com a vida dos integrantes, tornando-os conhecidos na cidade pela existência de um heroico pai que, junto com seus filhos, lutavam para ganhar sua sobrevivência, conforme relato cronístico em jornal da época.

#### A VIDA E SEUS CAMINHOS - PAI HEROI

Uma festinha de aniversário que está se tornando tradicional realiza-se todos os anos, neste mês, na residência do casal Socorro – José Meton Gomes. Em face das características do mês, quando festejamos Santo Antonio, São João e os santos Apóstolos Pedro e Paulo, são servidas comidas típicas, tais como beiju, cocada, pé-de-moleque, chá-de-burro e outros pratos com base no milho e no leite.

O aniversariante é o caçula do casal – Jesus, que agora completou oito anos, festejados dia 8, domingo. Os convidados são apenas em número suficiente para que os anfitriões possam atender com esmero e presteza: nem poucos, nem muitos. Estão dentro do círculo de amizade da família, que leva em conta, inclusive, os amiguinhos que Jesus tem conquistado a partir do “maternal”.

Diga-se de passagem que Jesus é um garoto vivo, inteligente, talentoso, diria mesmo precoce, pois aprende tudo com a maior facilidade, e já aos sete anos eu o vi procedendo, com segurança, a uma das leituras evangélicas na missa dominical da Igreja do Amparo.

Aspecto interessante nas festas de aniversário de Jesus Meton é que a cada ano encontramos uma atração a mais, que não havia figurado nos anos anteriores. Os convidados sabem, de antemão, que o casal sempre proporciona a todos momentos agradáveis de lazer, o que faz com que o ambiente se torne aconchegante – desse tipo de ambiente de que nos afastamos sem muita vontade.

Pois foi dentro desse quadro que, no último dia 8, fomos encontrar na residência de Socorro e José Meton Gomes um conjunto original, integrado por seis crianças de 4 a 14 anos de idade. Tocou no meu fraco. Fui ver o conjunto de perto e quis saber mais detalhes. Os garotos são todos irmãos e formaram o conjunto estimulados pelo pai, que é músico e está vivendo situação difícil, agravada por doenças cardíacas.

Causou-me verdadeiro espanto e admiração o ritmo perfeito daqueles músicos-mirins, um dos quais, o mais velho, de nome Juvenal, solando sanfona, enquanto os outros faziam o acompanhamento numa cadência segura, através do pandeiro, triângulo, tamborim, reco-reco e maracá. O menorzinho, de quatro anos, parecia, a certa altura, não ter forças para continuar segurando e movimentando o instrumento de percussão, mas, mesmo assim, não perdia o ritmo, sem o qual nenhum solista consegue equilibrar-se.

A vocação de repórter funcionou e passei a fazer indagações sobre o conjunto, a vida dos garotos e de sua família, quanto ganham, as necessidades que enfrentam etc. Alguns dias depois fui vê-los no endereço indicado, uma ruazinha escondida no Bairro Buenos Aires, a que se chega com certa dificuldade. Fomos recebidos com demonstrações de cordialidade pelos pais dos garotos, por seus irmãos e por eles próprios. São, ao todo, 13 irmãos.

O pai foi barbeiro durante vários anos, mas não pode continuar no exercício da profissão por motivos de saúde. Hoje vive da pesca e de trabalhos que não exijam muito esforço. É sanfoneiro, porém já não dispõe de muito fôlego para aguentar a movimentação do instrumento, que exige bastante esforço físico.

Quando cheguei à residência da família, fui indagado pelo Sr. Francisco Mendes da Silva, o pai dos garotos. Quem nos atendeu primeiro foi a mãe, dona Maria, que fez questão de anunciar:

– O “PAI HEROI” está ali e já vem falar com o senhor.

A garotada denuncia, de pronto, muito afeto e amor pelos pais. Como foi “seu” Francisco quem lhes ensinou o que sabia da arte musical e estimulou a organizarem o conjunto, eles tomaram a iniciativa de batizá-lo com o nome de “CONJUNTO PAI HEROI”, em homenagem àquele a quem consideram verdadeiro e autêntico herói. Na verdade o é, bastando, para justificá-lo, o fato de vir encaminhando os filhos no caminho do bem, com isso evitando que se tornem marginais, como muitas crianças que encontramos por aí, em toda parte, numa lamentável demonstração de que marcham celeremente para o submundo do crime (O DIA, 13/06/1986, p.04)

O relato descrito no jornal a respeito do conjunto Pai Herói retrata a situação de muitos moradores que viviam na cidade sem qualquer emprego formal. À época, fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, uma crise econômica assolava o país em razão do endividamento público provocado pelo refluxo de ingresso de Capital externo. O Estado do Piauí, dependente em grande parte das receitas das repartições tributárias e financeiras da União, e sem alternativas de produção industrial interna, sofre grande impacto decorrente dessa crise, cujos reflexos se farão presentes nas mais diversas áreas e atividades do Estado.

Teresina, como capital e principal cidade do estado, foi a que mais sofrera com os impactos da crise. O descompasso entre seu crescimento populacional e a inexistência de um parque industrial produtivo, por exemplo, capaz de atender a demanda por emprego, aliado à falta de infraestrutura urbana, foram elementos determinantes para o agravamento da situação de pobreza e marginalidade da sua população. (ROMERO; RIBEIRO; TORRES, 1983, p.51).

A capital do Piauí sofria com a ausência de postos de emprego nos setores produtivos, forçando seus habitantes a descobrir outras formas de trabalho para a sua sobrevivência. Uma pesquisa realizada pela Prefeitura da cidade de Teresina, no início dos anos de 1980, aponta como sendo mais de 80.000 (oitenta mil) o número de pessoas dedicadas as atividades que ofereciam baixíssima remuneração. Se levarmos em conta que a população economicamente ativa da cidade, à época, era de, aproximadamente, 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes, conforme dados apontados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano<sup>12</sup>, conclui-se que mais de 50% (cinquenta por cento) da população não detinha emprego formal. Como, então, sobreviviam essas pessoas? Mesmo sem dados precisos, é possível conjecturar que grande parte

---

<sup>12</sup> FONTE: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina – Secretaria Municipal de Planejamento, 1983.

desse contingente humano formava o quadro dos lavadores de carros, jornaleiros, empregadas domésticas, carregadores, delinquentes, prostitutas etc. (BANDEIRA, 1982, p.16).

À época, tornou-se comum, pelas praças e locais públicos da cidade, a presença de pessoas que cada vez mais desenvolviam alguma atividade informal ou outro meio para ganhar dinheiro, como os vendedores ambulantes, músicos, cantores e artistas que se apropriavam desses espaços para empreender.

Como se constata, a grande maioria dos migrantes e das pessoas que compunham as camadas pobres da cidade eram trabalhadores com experiência, sem sua grande maioria, apenas em atividades rurais e, por essa razão, o destino deles é o mercado informal de trabalho. Tentam, assim, se adequar às funções sem grandes exigências profissionais, na condição de serventes de pedreiro, carroceiro, carregadores, vendedores ambulantes, balconistas, padeiros, empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras ou realizando “bicos” pela cidade, como lavadores e guardadores de carros na região central de Teresina. Ofereciam, ainda, sua força de trabalho em olarias, comuns na Zona Norte da cidade, nas proximidades do rio Parnaíba, no período que a demanda aumentava em decorrência da dinâmica da construção civil. (MONTE, 2010, p.64).

Exemplo bastante característico dessa forma de apropriação é a feira do Troca-Troca, situada à margem do rio Parnaíba, no centro da cidade. É o local que várias pessoas fixaram como lugar para praticar o comércio dos mais variados itens e produtos, principalmente os já usados, em que se realizam negociações a céu aberto. Há, também, a disponibilização pessoal para a prestação de serviços, como lavadores, entregadores ou mesmo quem saiba consertar algum utensílio doméstico quebrado. É um núcleo de circularidade de mercadorias e de pessoas, onde o espaço é consumido por seus moradores, dando um novo sentido aos cenários da Capital.

Para Pesavento (1998) o centro de uma cidade é um dos seus lugares mais simbólicos, por carregar consigo memória, história e identidade. Nele é que se tornam mais visíveis as representações do urbano, no qual identificamos “uma forma de ser, um estilo de vida, uma performance cidadina de comportamento”. É também no centro onde as transformações do espaço físico se dão de uma forma mais acentuada, sendo o primeiro espaço a passar por modificações e intervenções ao se pôr em prática uma política de modernização da urbe, já que representa o cartão de visita da cidade. O centro é, portanto, o espaço em que a cidade mais se transforma, modifica sua arquitetura, recria lugares e edifica uma nova paisagem (MONTE, 2010 p. 94-95).

Grande parte das pessoas que ocupavam os espaços do centro urbano de Teresina era habitante das favelas, e essas pessoas passavam, em seu cotidiano, a compor o cenário da cidade como figuras conhecidas da Capital piauiense. Eram ambulantes da vida, como *flaneurs* que transformam em labirintos os quadros dos espaços retilíneos da cidade.

O homem que perambula pelas ruas – o flanêur – de que nos fala Walter Benjamin, inspirado em Baudelaire – é também um bom exemplo da deriva labiríntica, o flaneur também experimenta a embriaguez do andar sem destino. A experiência de flunar pelas ruas da cidade, a vagabundagem urbana, traz com ela a embriaguez do êxtase do labirinto, pois sempre, segundo Benjamin” a cidade é a realização do sonho antigo da humanidade: o labirinto, o flaneur se consagra, sem o saber, a esta realidade. (JACQUES, 2003, p.89)

A experiência do observador (*vouyer*) da cidade dos cartões postais contrapõe-se à do *flaneur* que, em suas andanças, produz uma cartografia que não se encaixa nos caminhos da cidade-imagem. Ao cruzar as ruas, deixa algo delirante, que embaralha linhas retas das ruas da Capital, transformando o xadrez exato num labirinto impreciso.

O labirinto é o percurso do trajeto, a repetição diferente dos caminhos. Segundo Deleuze, o labirinto não é mais o caminho onde a pessoa se perde; é o caminho que retorna. Pertence, pois, ao fragmentário, à nossa espiral temporal, pois o que retorna não é mais o mesmo. O retorno diferente é da ordem do desconhecido, da surpresa. O retorno alterado é o próprio devir. O mistério labirinto reside nesses caminhos que retornam sempre diferentes. É por isso, que nenhum mapa pode ser traçado, e sobretudo, nenhum plano ou projeto pode ser realizado. (JACQUES, 2003, p.92)

Há, pois, no documentário, o entrelaçamento desses enredos da história da Capital: os cenários da vida da favela que vai até a cidade de pedra, o centro urbano de Teresina, onde Seu Mendes e tantos outros habitantes buscam sua visibilidade participando da trama histórica. O Pai Herói, oriundo da favela, transita no meio da cidade retilínea, buscando empreender seu itinerário próprio. O conjunto Mendes passa a ser o Conjunto Pai Herói, que tateia a cidade, impregnando-a com sua arte e construindo seu sentido de cidade.

**Figura 16:** Conjunto Pai Herói caminhando pela cidade(fotograma)



Para *Certeau*, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições, o caminhante atualiza algumas delas. Desse modo, ele tanto se faz ser como aparecer. Mas também se desloca e inventa outras possibilidades, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais (CERTEAU, 2014, p.164-165).

A cidade projetada na imagem da ordem se imbui do pensamento raiz-arbóreo (Deleuze/Guatarri, 2017), cuja logicidade se faz permear na organização de espaços previamente definidos. Mas a lógica do devir urbano não se contempla no pensamento raiz-arbóreo. A cidade orgânica desfalece na fragmentariedade trazida pelas favelas, espécie de rizoma (Deleuze/Guatarri) que brota nas fissuras dessa cidade arbórea, como erva daninha, sem modelo nem imagem definida, apenas crescendo e movimentando-se. Necessário andar, percorrer e mapear a cidade, não mais sob a lógica arbórescente do plano, mas sim pelo ritornelo labiríntico, um caminho onde não mais se perde, mas por onde se retorna (Deleuze, 2017).

**Figura 17:** Pai Herói em apresentação na cidade (fotograma)



**Fonte:** Filme Pai-Herói (1980)

Os moradores que chegavam à Teresina nas décadas de 1960 e 1970, advindos da migração rural em busca de melhores condições de vida, percebiam que a oportunidade para os estudos seria a forma de ascensão dos filhos. Seu Mendes é conhecedor desta realidade e mesmo sem ter estudo, quer dias melhores para seus filhos e emprega sua arte como forma de conseguir dinheiro para seus propósitos. Ao fim, após o término de mais uma apresentação, os instrumentos musicais se calam e os meninos tocadores revelam à câmera o sorriso tímido de sua vida infantil. Amanhã será um novo dia na travessia da cidade, refazendo-se o itinerário de uma cidade significada por estes artistas da vida.

A figura do Pai Herói se esvai para além da narrativa fílmica, tornando-se o emblema da construção de uma ponte entre a cidade e seus habitantes, nos entrecortes de temporalidades de uma Teresina das favelas. O contato entre os dois extremos se faz de diversas formas, mas, principalmente, na luta pela moradia, no labor pela existência, entre estratégias, táticas e outros itinerários que se trançam nas relações entre o Poder Público e os moradores das favelas.

### **3. ITINERÁRIOS ALTERNATIVOS: ESTRATÉGIAS, TÁTICAS E OUTROS PERCURSOS NAS FAVELAS DE TERESINA**

Até agora, vimos que uma cidade da legalidade tenta compor os espaços da Capital piauiense, figurando a Estratégia de ocupação do solo urbano. Porém, nos entremeios dessa cidade que se quer ordenar existe uma outra, que na teima urbana e nas urdidias de sobrevivência de seus habitantes, tateia um modo próprio de existir, configurando a Tática. É a cidade das favelas que, em um dado momento histórico, torna-se visível, imprimindo e impondo uma relação com a cidade legal. Nas linguagens dos filmes ou pelas notícias dos jornais, apresenta-se um pouco destas favelas, muitas delas inexistentes atualmente, porque já destruídas e apagadas, mas que estabeleceram um modo próprio de compor a cidade.

Se nos anos de 1960 e ao longo da primeira metade da década seguinte, sob a égide de um regime ditatorial, a via de legitimação da cidade legal era, em regra, a utilização, pelo poder público, da força ou a tomada de medidas de exceção e coerção evidenciadas, na cidade, por exemplo, nos despejos, desapropriações e desmanches das favelas, um lócus de resistência e de realocação de forças solapa as medidas impositivas do Estado ditatorial no fim dos anos de 1970, quando ocorre a distensão e fissura do novo estado e o aparecimento de novos atores sociais, pondo em litígio a legitimidade do governo (FREDERICO, 2004, p. 107).

Sob tal configuração, o Poder Público realinha seu modo de agir para manter sua legitimidade, propondo Estratégias para a cidade legal, por vezes impondo, cooptando, cedendo ou perdendo dentro deste novo cenário político e social do país. Os habitantes das favelas, em face de tais Estratégias, passam a tecer suas Táticas, como modo de construção de seus espaços na cidade, valendo-se de conflitos pela permanência na área ocupada e resistência contra os despejos, organização e apoio dos movimentos associativos, composições e negociações com o Poder Público, apadrinhamento político ou mesmo pela indiferença e até pela alienação, entre outras.

A seguir, retomaremos a trajetória dos habitantes das favelas no contexto do fim dos anos de 1970 para entender como se configura a relação da cidade legal, dos novos Planos e Estratégias do Poder Público com os moradores das favelas e sua participação neste momento de construção dos espaços da cidade de Teresina. No cenário da Capital piauiense, buscamos quais as Táticas impressas, como se deram os conflitos e a organização em movimentos, quais as conquistas alcançadas, como se deram as intermediações políticas, as composições, as trocas.

Para tanto, a análise do jornal “*O Alternativa*” ajudará a compreender como se efetivava, nos anos de 1970/1980, os modos singulares de agir dos habitantes destes lugares frente ao Poder Público e de como este participava do jogo da relação com seus moradores.

### **3.1. Táticas ordinárias: Reações dos sujeitos de um não-lugar.**

A configuração social e política do Brasil ao fim da década de 1970 delineava uma nova postura em relação à discussão e organização dos direitos civis dos cidadãos. A fratura da ditadura expunha, então, a movimentação de novos atores sociais e a explosão por novas demandas subjugadas pelas botas dos militares. A aprovação da Lei de Anistia (embora restrita), os movimentos por Greve Geral e a discussão por reforma partidária são expressivos de um momento no qual borbulhavam reivindicações pelo direito de participar, de tomar parte no processo e de querer mudar:

Na inflexão da ditadura militar, que desde o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) já se propunha uma estratégia de flexibilização do regime em marcha lenta, gradual e segura, a sociedade brasileira vai reconquistando seus espaços de participação política. Vivendo um ambiente de efervescência, ela verá surgir inúmeros movimentos sociais que irão pavimentando o caminho para o processo de redemocratização, acelerando a crise do regime militar (Krischke, 1982 e Sader, 1988). Dentre esses movimentos, podem ser listados o estudantil, o de mulheres, o de bairros e o contra a carestia. Articulados ou não ao movimento sindical, os movimentos sociais, em seu conjunto, engrossarão o caldo da luta democrática do período. Esta luta terá nos trabalhadores um sólido ponto de sustentação (SANTANA, 2010, p. 286/287).

Em Teresina, os burburinhos dessa efervescência por novos direitos também se fazem presentes nos movimentos em torno da luta por melhores condições de moradia, em especial. A experiência das favelas existentes na Zona Sul da cidade abre a tônica para tornar visível a cidade das favelas e a forma como se propõem a articulação e mobilização social na busca pela fixação de seus moradores em um dado lugar.

Em meados dos anos de 1970, as comunidades da Zona Sul da cidade receberam um grupo de padres jesuítas italianos que tinham a missão de construir e implantar uma estrutura paroquial na região. O que parecia ser apenas mais uma atividade tradicional de elevação de um templo e de assistência espiritual, logo evidenciou, pelos novos ares catequéticos, que a ação e o esclarecimento das questões sociais também eram expostos como fundamentais aos desígnios cristãos. Saindo das sacristias e dos espaços rotineiros da Igreja, os moradores das

comunidades foram estimulados a empreender um modo de conscientização cristã ativa, numa teologia da libertação das amarras das injustiças e da compreensão das proposições de fé. Coordenados em torno da figura do Padre Roberto Agostini<sup>13</sup>, o Parque Piauí<sup>14</sup>, conjunto habitacional situado no extremo sul de Teresina, empreende um novo discurso cristão sobre a realidade: organização e luta por direitos sociais. A proclamação de uma teologia cristã libertadora – a Igreja popular –, voltada para os problemas vitais do povo, anunciados na Conferência de Medellín em 1968<sup>15</sup>, se apresenta então como um meio para expressar os gritos e ecos de quem há pouco tempo não detinha protagonismo. Campanhas, passeatas, protestos, manifestações públicas, negociações, conscientização por cobranças junto ao Poder Público por melhoria da situação de vida dos moradores impregnam a rotina da cidade com reivindicações que antes eram amainadas pelos órgãos de repressão militar.

Dentro desse quadro, a palavra também passa a ser instrumento de mobilização, informação e organização. Na cidade que quer apagar as favelas e expurgar os habitantes de suas casas, um jornal de comunidade aponta o dedo para os problemas e sugere soluções, como ALTERNATIVA para a realidade.

### **3.1.1. Alternativa na cidade: o dedo que aponta problemas e sugere soluções**

Em dezembro de 1978, a Zona Sul da cidade surpreendeu com uma novidade: um jornal com informes da própria região começou a circular. O jornal *Alternativa* surge, e “quer preencher um espaço vazio que há, propondo-se como uma espécie de dedo que aponta problemas e sugere as soluções dentro de uma visão cristã” (*Alternativa*, 1978). De sua primeira edição, elaborada em dezembro de 1978, até a última edição conhecida, datada de dezembro de

---

<sup>13</sup> Padre Italiano que chegou em Teresina na década de 1970, assumindo serviços junto à Paróquia São João Evangelista, no Parque Piauí, Zona Sul da Cidade. Propagou o desenvolvimento da doutrina social da Igreja junto às comunidades da região, tendo papel de liderança em movimentos de reivindicação por direitos básicos da população.

<sup>14</sup> Primeiro conjunto Habitacional de Teresina, inaugurado em 1968. Localiza-se na Zona Sul da cidade e hoje dá nome ao Bairro Parque Piauí.

<sup>15</sup> A conferência de Medellín foi a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e realizou-se no ano de 1968 na cidade de Medellín, Colômbia. É considerada um marco na América Latina por trazer uma nova consciência eclesial, com o despertar da Igreja Católica para o compromisso com os pobres, a partir do tema da promoção humana. Seus princípios norteadores são delineadores e delineados pela chamada Teologia da Libertação, cujo principal representante é o teólogo peruano Gustavo Gutierrez. A nova teologia tem como premissa o protagonismo dos pobres e excluídos, na busca por justiça e transformação social. Sobre o assunto vide: A conferência de Medellín. Equipe A.V.F. Disponível em: <<http://www.avf.org.br>>. Acesso em 24/04/2018 às 17h13min.

1985, foram 67 números, distribuídos ao longo de sete anos, que atravessaram a história da Capital piauiense e foram indicativos de um relance para observar a realidade da cidade das favelas que fulgura entre Táticas e Estratégias.

*O Alternativa* se organizou como um jornal relacionado aos movimentos comunitários de associações de moradores que integravam a paróquia São João Evangelista. Conforme já exposto, havia, nessas comunidades, um embrião de discussão sobre a organização por lutas sociais, coordenada pelos padres italianos que chegaram àquela região no início dos anos de 1970. Os frutos desses movimentos se fizeram sentir nas ações realizadas, emergentes na forma de reivindicações, protestos, panfletagens, quer na própria região ou mesmo por toda a cidade.

A organização de um folhetim/tabloide que informava as ações dos moradores em sua comunidade, muito embora ligado à Teologia da Libertação, trouxe um modo próprio de mostrar situações vivenciadas no dia a dia da comunidade, com a circulação de notícias nacionais e até mesmo internacionais que esclarecessem e pudessem ser conhecidas e discutidas no meio, na busca de uma conscientização política.

Em seu primeiro número, *O Alternativa* demonstra o seu propósito de conjugação cristã com reivindicações por demandas sociais, propondo-se a ser “um jornal do povo”. A frase de capa – OLHA NÓS AQUI! – exclama o seu nascimento, ao tempo em que interjetiva um lugar por visibilidade, como um aviso de sua existência. A imagem estampada na primeira página, da comunidade reunida em torno da Igreja do Parque Piauí para realização de um protesto contra o custo de vida e problemas sociais materializa a mensagem do editor sobre o objetivo do jornal: uma espécie de dedo que aponta problemas e sugere soluções (*Alternativa*, nº 01, dezembro de 1978).

**Figura 19:** Olha nós aqui -*Alternativa*- Capa da Edição de estreia



Fonte: Jornal *Alternativa* nº 01- CEPAC – dezembro de 1978

O seu formato, o momento histórico, o lugar de edição e as matérias discutidas incluem o jornal nos propósitos do que ficou conhecido como “imprensa alternativa”, que proliferou no país, notadamente, na década de 1970, e que cumpriu um importante papel de questionamento do regime político vigente, denunciando a violência e expressando uma opinião e posição de esquerda (ARAÚJO, 2004, p. 169). Esses jornais foram importantes dentro de um momento de reestruturação de forças, em especial na função de servir como mecanismo de criação de opinião pública, formação de posição política, e mesmo como espaços específicos de divulgação de quadros contra a ditadura como os movimentos contra a carestia, pela Constituinte e o Diretas Já.

Mas o papel mais importante desempenhado pela Imprensa Alternativa foi, sem dúvida, a propaganda e a divulgação das grandes campanhas contra a ditadura militar: a campanha contra a carestia, pela constituinte e principalmente, a grande campanha nacional, carro chefe da luta pelas liberdades democráticas, que foi a campanha pela anistia (ARAÚJO, 2004, p. 170).

Analisando a estrutura do *Jornal Alternativa*, observamos que há uma proposta de organização em que se mesclam fatos e notícias internacionais e nacionais sobre aspectos de luta política/econômico/social, passando por informes da própria comunidade, incluindo posições da Igreja associadas a reclames sociais e direitos humanos. O jornal apresenta uma capa com temática religiosa ou social que servirá de eixo para a exposição de problemas vivenciados pela maior parte da população.

O debate sobre temáticas que até bem pouco eram reprimidas pelos militares, censuradas e que, por isso, não eram discutidas, tornam-se presentes nas edições do jornal, propondo às comunidades o envolvimento e formação de opinião a respeito daquele tema ou situação. No ano de 1979, por exemplo, discussões sobre questões políticas, como a possibilidade de criação de um partido dos trabalhadores (“*Partido dos trabalhadores sai ou não sai*” – *Alternativa*, nº 03, março de 1979, p.12) ou notícias sobre mobilização de greves no país (“*Greve vitoriosa, greve dos professores, dos metalúrgicos*” – *Alternativa*, nº 04, abril de 1979, p.12), aparecem com destaque nas páginas do tabloide, a ponto de, na edição nº 07, de julho de 1979, trazer em sua capa um apanhado das bandeiras debatidas país afora.

**Figura 20:** movimentos por direitos pelo país



**Fonte:** Jornal *Alternativa* nº 07- CEPAC- julho de 1979

A reabertura das atividades da União Nacional dos Estudantes – UNE, fechada durante quase 15 (quinze) anos, as lutas por maior liberdade sindical, pelo direito de greve, por melhores salários, pelas liberdades democráticas, contra a situação de carestia, e pela exigência da Anistia ampla e irrestrita são expostas como fruto de lutas do povo e das organizações frente ao governo.

Ao mesmo tempo em que tomava os debates de situações vivenciadas no país, o jornal apresentava informes sobre o que acontecia na própria comunidade e de que forma, no dia a dia, os moradores também se envolviam dentro do contexto político, social e econômico do país. Nesse ponto, merece destaque a discussão sobre a questão da moradia, principalmente como as pequenas comunidades e favelas que se formam na Zona Sul da cidade vivenciavam sua condição de existência, suas lutas, resistências e desistências para se fazerem existir ou desaparecer. As notícias expressas no jornal *Alternativa* podem servir como subsídio para análise histórica das Estratégias, Táticas e composições estabelecidas entre os habitantes da favela e o Poder Público.

A cidade de Teresina vivia, nesse período, um intenso processo de favelização e a Zona Sul da Capital se apresentava como representativa desse processo. O inchaço populacional, oriundo do processo migratório, encontrou vazão na área livre situada na região, principalmente após a construção de obras públicas, como a Companhia Hidrelétrica ou a instalação de Conjunto Habitacional Parque Piauí, que deixou um grande vazio entre o centro de Teresina e os lugares onde situavam os empreendimentos estatais, servindo para o soerguimento das moradias dos imigrantes e, em consequência, para o crescente número de favelas. Conforme nos diz Monte:

Quando da construção do Parque Piauí, o espaço vazio situado dentro do perímetro urbano era de três quilômetros. Este tipo de crescimento, por deixar uma grande quantidade de espaços ociosos, contribuiu para que a população de reduzido poder aquisitivo se instalasse nessas áreas, constituindo verdadeiras favelas... (MONTE, 2010, p. 72).

Essas terras, ocupadas pelos novos moradores, foram objeto de disputas físicas, policiais e judiciais, com constante noticiamento público de atos de despejo, desapropriações, lutas pela posse da área, em embates no protesto pelo direito à posse e propriedade.

**NOVAS AMEAÇAS DE DESPEJO. O POVO DAS FAVELAS SE REÚNE E FALA DOS SEUS PROBLEMAS.**

O povo das favelas dos bairros Esperança e Amizade situados na CHESF está apavorado por uma nova ameaça de despejo. Estão planejando reuniões para tratar do aumento, porque parece que a maioria dos moradores não tem condições de tirar uma casa no Itararé. A parte mais conscientizada da comunidade do Parque está acompanhando com interesse fraterno o desenrolar deste problema e se põe ao lado dos favelados. A prefeitura está estudando uma solução. (*Alternativa*, nº 03, dezembro de 1978).

A temática da situação das novas favelas que surgiam na Zona Sul da Capital aparece expressa em vários números do jornal *Alternativa*, tendo sido destinado um espaço para exposição da questão da moradia e de como são constantes as ameaças de despejos sobre as ocupações surgidas naquela região. A política sobre a moradia ainda é retratada como um campo minado, em que a expulsão dos moradores das favelas é comum aos papéis do Poder Público. Não é à toa que favelas tais como a Amizade, Bairro Novo, Esperança e COHEBE, surgidas na segunda metade dos anos de 1970 nas áreas situadas ao sul da cidade, próximas ao Rio Parnaíba, foram tratadas em via de política de remoção, num momento em que a função social da propriedade era tratada de modo muito incipiente, prevalecendo o direito absoluto da propriedade, ainda quando a terra era utilizada somente para fins especulativos. Entretanto,

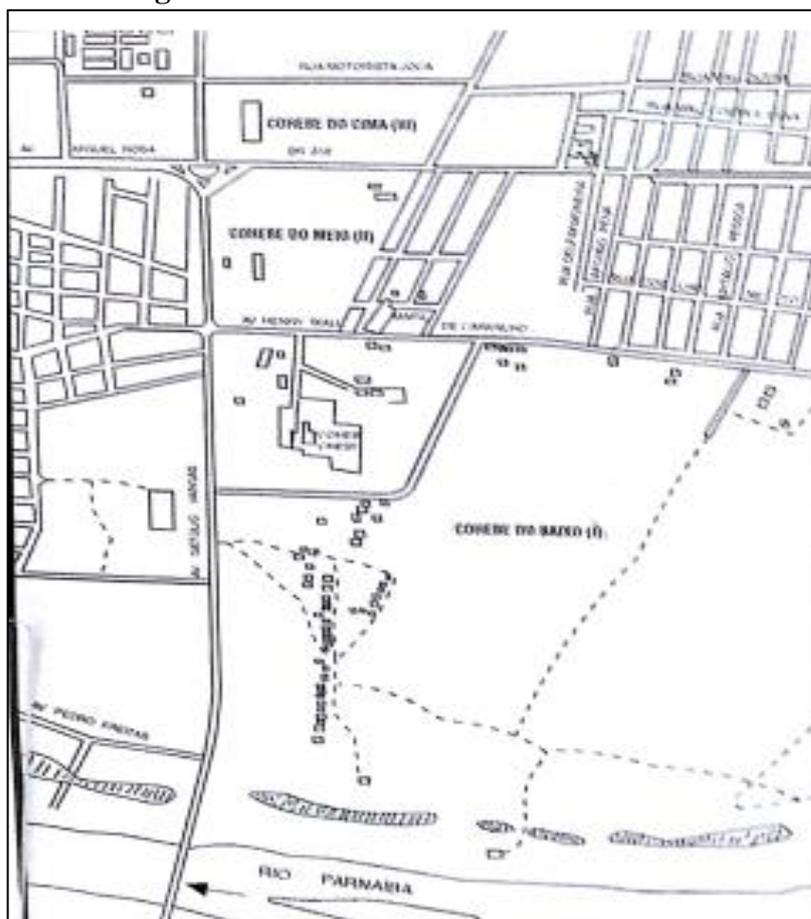
mesmo com a efetivação da política do despejo e da retirada compulsória, as favelas continuavam a se desenvolver na região, por vezes na mesma área em que se havia acabado de desfazer a favela anterior.

E não muito distante do bairro Amizade, surge uma nova Favela. Esta, localizada na margem esquerda da BR 316, ao lado da Ex-Futura Rodoviária de Teresina. Alguns já começam a chamá-la, inocentemente, de “Conjunto Lucídio Portela”. (*Alternativa*, n 10, novembro de 1979).

Neste ponto, vemos a conjugação de dois aspectos que permeiam a relação entre o Poder Público e os moradores das favelas em relação à questão do direito de permanecer na área ocupada. O primeiro é a instituição de uma política de retirada ou desmanche da favela, com a expulsão de seus moradores das ocupações, do qual são simbólicos os despejos. O fenômeno da favela era tratado não como uma questão social, mas caso de polícia (LIMA, 1996). O outro é a “teima” dos moradores, objeto da necessidade de se fazerem existir, exposta nas resistências ou, mesmo, na utilização de outras táticas para sobrevivência.

Exemplo singular dessa dupla perspectiva é o caso da favela COHEBE. Sob o signo de constantes ameaças de despejo e remoção, o caso da favela COHEBE tornou-se emblemático na cidade e, por cerca de 05 (cinco) anos, conflitos, resistências e composições políticas se configuraram em torno dos moradores, impondo uma nova perspectiva para a questão urbana dentro da cidade.

A favela COHEBE teve sua origem na região sul da cidade, por volta do ano de 1974. Situava-se na área pertencente à COMPANHIA HIDRELÉTRICA DE BOA ESPERANÇA, daí o nome COHEBE pela qual passou a ser designada. Com apenas um ano de existência, a favela já possuía cerca de 150 (cento e cinquenta) famílias, “chegando a atingir, em 1980, um total de 987 (novecentos e oitenta e sete) famílias” (LIMA, 1995, p. 25). Tal aumento está relacionado às grandes demandas migratórias na cidade de Teresina no período citado, de forma que a sua ocupação passou a ser formada por três núcleos: a COHEBE DE BAIXO (I), COHEBE DO MEIO (II) e COHEBE DE CIMA (III) (LIMA, 1995, p.62).

**Figura 21: DIVISÃO DA FAVELA COHEBE-1980**

Fonte: Lima, 1995, p. 63

Para Lima (1995, p. 67), em razão da sua extensão e da quantidade de famílias que habitavam a região, a situação da favela envolveu maior complexidade no tratamento pelo Poder Público. O que antes era feito, em regra, através de remoção compulsória sem negociação, com a expulsão dos moradores, no caso da favela COHEBE ganhou um rumo peculiar e diferente. Apesar da pressão exercida pela CHESF para a desocupação da área e das ameaças de intervenção por vias judiciais, as negociações se fizeram de forma mais delicada, com a conjugação de interesses políticos, econômicos e sociais.

De um lado havia o interesse de atendimento à política econômica do Banco Nacional de Habitação – BNH para construção de Conjuntos Habitacionais, que possibilitava o ingresso de verbas ao Estado. Por outro, a necessidade de votos, com a iminência de modificação no processo eleitoral, ante a possibilidade de eleições diretas para governador e senador anunciadas para o ano de 1982. Por fim, a necessidade de satisfação junto à opinião pública e à sociedade, contagiada pelo momento de abertura política e de discussão de novos direitos, para um desfecho sem violência da desocupação da área.

Todos os elementos estavam postos. O Estado queria a saída dos moradores. Estes se opuseram à saída da região e promoveram organização interna para negociação com o Poder Público. A mobilização coletiva, mesmo em sua espontaneidade, esteve presente como nova forma de resistência aberta ao autoritarismo do regime e de contestação às desigualdades sociais (LIMA, 1996, p.106). A cada ordem de possibilidade de invasão ou repressão, se impunha uma contraofensiva: a organização em pequenos núcleos; a busca de auxílio junto a entidades de apoio ao movimento, como Igreja, partidos políticos e advogados. Nesse sentido, a negociação começa a ser adotada como nova saída para a questão. Isto significava

A superação do caráter paternalista e tutelar na relação com o poder instituído e, por consequência, a introdução de um novo elemento: o reconhecimento público dos movimentos urbanos e suas demandas. Apontava também para um relacionamento horizontal com outros interlocutores Igreja e Partidos. Expressava ainda a superação de tutela e o estabelecimento de relações diretas e abertas com o Poder Público, sem a intermediação de agente externos, embora estes tivessem atuação junto a este movimento. (LIMA, 1996, p.106).

No caso da favela COHEBE, a proposta levantada pelo governo seria a “transferência” dos moradores para Conjuntos Habitacionais recém-inaugurados, tais como o ITARARÉ II<sup>16</sup>, construído na Zona Sudeste da cidade, ou para os que estavam em vias de finalização, como o PROMORAR<sup>17</sup>, localizado mais ao sul da cidade. Ao final, o sonho da casa própria, propagada pelo governo pela finalização dos conjuntos, a pressão exercida para a saída, a desmobilização e divisão das lideranças, o clientelismo político, acabaram a provocando o enfraquecimento do movimento pela COHEBE e a saída dos moradores da região em 1982 (LIMA, 1996, p.78).

Mas, muito embora o desfecho tenha sido pela saída dos moradores, a ideia da organização, a abertura de canais de negociação e o sentido de reivindicação de melhorias propagaram outras maneiras de agir e de fazer dos habitantes das favelas e inauguraram uma perspectiva diversa em face do Poder Público, com a realização de denúncia de situações consideradas arbitrárias e de petições por novas demandas, inclusive dos moradores dos conjuntos habitacionais e daqueles que constituíam novas favelas.

---

<sup>16</sup> Conjunto Habitacional localizado na Zona Sudeste de Teresina, hoje denominado Bairro Dirceu Arcoverde II. Considerada a segunda etapa da construção de unidades habitacionais na região, foi inaugurado em 1982, quase cinco anos depois da entrega da primeira unidade do Itararé ocorrida em 1977. A construção dos Conjuntos Itararé I e II tinha como objetivos diminuir o déficit habitacional na cidade e eliminar os focos de favelização das zonas Leste e Sul, com remanejamento das famílias para nova área.

<sup>17</sup> Programa Habitacional desenvolvido nos anos de 1970, instituído pelo governo como medida para equacionar o problema de moradia. O programa se materializou através da construção do Conjunto Habitacional do PROMORAR, localizado na Zona Sul da cidade e inaugurado em 1983. O Conjunto foi criado para receber os moradores despejados e retirados dos núcleos das favelas da Zona Sul da cidade, como a COHEBE, Lucaia, São Pedro e Tabuleta.

#### NOVAS FAVELAS

O governo, ao despejar as famílias da COHEB'S e demais favelas de Teresina para o PROMORAR, pode ter pensado que solucionou o problema das favelas na Capital. Porém, como estas famílias não tem como pagar as prestações de água, luz e aluguel, que agora vai aumentar mais de 130% e não tendo emprego, estas pessoas estão vendendo as casas do PROMORAR e saindo.

(...) bem próximo ao PROMORAR passa uma rede de alta tensão da CHESF onde muitas famílias vindas do PROMORAR constroem pequenas casas, formando assim nova favela. Estas pessoas estão desempregadas e trabalham de biscate, procurando conseguir alguma coisa para sobreviver. (*Alternativa*, nº 42, julho de 1983, p. 06)

Não se pode esquecer que, mesmo com a política de construção de novos Conjuntos Habitacionais, não se conseguia saciar a demanda por moradias na cidade, sendo um problema grave a crise por habitação. Conforme observado nas notícias do jornal *Alternativa*, muitos dos conjuntos construídos pelo governo seriam destinados aos moradores despejados e retirados dessas favelas; mas algumas situações contribuíram para a não entrada de pessoas nos Conjuntos Habitacionais. Casos como os dos conjuntos habitacionais Itararé I e II, Promorar e Bela Vista I e II<sup>18</sup>, mostram como muitas dessas casas eram abandonadas por seus moradores, quando chegavam a ser ocupadas. A distância em relação ao local de origem ou em relação ao local de trabalho, a falta de infraestrutura básica e de apoio até mesmo às prestações a que estavam submetidos (água, luz), tornaram inviáveis a permanência aos moradores, que não puderam suportar o ônus para habitar na referida área.

#### PRO-MORAR

Além do problema da moradia, foi constatado outras dificuldades como do desemprego e também salário baixo, que não dá para pagar as prestações de água e luz. Muitos moradores já se deslocaram para formarem novas favelas. Já tem duas situadas perto da Comunidade Areias no caminho da Angelim (O *Alternativa*, nº 43, agosto de 1983, p.05).

O aumento dos valores das prestações das moradias, imposto pela COHAB, eram alvo constante de críticas pela população, conforme exposto no *Alternativa*, que questionava a omissão do Poder Público frente a situação gravosa daqueles que passaram a residir nos conjuntos.

Vivemos hoje em estado de calamidade. O desemprego vem em massa e aumenta o Estado de necessidade do povo. Por sua vez, o governo vem cada vez mais tirando dos pobres em favor dos ricos. É um absurdo esse novo

---

<sup>18</sup> Localizados na Zona Sul da cidade, os conjuntos habitacionais Bela Vista I e II foram inaugurados, respectivamente, em 1976 e 1982 e hoje formam o Bairro Bela Vista.

aumento! 130% das casas da BNH (COHAB). Por exemplo, as famílias do PROMORAR, que antes não podiam pagar CR\$ 2.500,00 imaginam agora pagar quase 06 mil cruzeiros. (*Alternativa*, nº 41, junho de 1983, p.02).

A falta de moradia não é o único problema retratado. O desemprego, o analfabetismo e a carestia são regularmente veiculados, num panorama da situação da cidade e do Estado nos idos de 1980, conforme noticiado pelo jornal:

Chegamos ao final de 1983. Um ano marcado por lutas, dificuldades e sofrimentos por parte do povo. O custo de vida está altíssimo. A inflação chegou perto de 200%. Os preços dos alimentos encareceram 333%. As casas do BNH aumentaram a prestação com reajuste de 130%. Arrocho salarial-aprovação do Decreto Lei 2065. Dentre 47 milhões de brasileiros aptos a trabalhar, 10 milhões ganharam zero a meio salário mínimo. Ao todo, uns 25 milhões na miséria absoluta. De acordo com o DIEESE, o novo salário mínimo deveria ser de Cr\$ 220.477,53 para cobrir as necessidades básicas definidas na Constituição. O nosso salário mínimo é de Cr\$ 50.256,60 (*Alternativa*, nº 47, dezembro de 1983).

Tais problemas transformaram-se em conteúdo do apelo das organizações populares, bem como causa para a insurgência contra a situação exposta. A deflagração de apoio a campanhas por justiça social, preservação de direitos básicos e formação de cidadania tornam-se cada vez mais presentes, como o apoio ao movimento contra a carestia.

O Movimento Contra a Carestia tem sua origem na cidade de São Paulo, a partir do Clube das Mães da Igreja Católica, fundado na Vila Remo, periferia da zona sul da Capital paulista. Em 1973, esse clube enviou uma carta às autoridades, reclamando do aumento do custo de vida da população, criando o chamado movimento do custo de vida (MCV). O objetivo deste movimento era se insurgir contra o processo inflacionário que destruía o poder aquisitivo das camadas populares, sem que houvesse aumento salarial. A incorporação de outros setores e organizações sociais elevou a sua articulação a ponto de, em 27 de agosto de 1978, na Praça da Sé, um ato público reunir mais de 20 (vinte) mil pessoas em busca por melhorias em relação à situação de crise vivenciada no país. No ano seguinte, 1979, a luta pelo movimento toma dimensões nacionais, tendo mudado de nome e passando a ser denominado Contra a Carestia – MCC. A importância do movimento pode ser observada nas palavras de Monteiro:

O Movimento do Custo de Vida (MCV), também conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC) pode ser considerados um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas políticas dos anos de 1970 e 1980. Não obstante as dificuldades impostas pelo aparato repressivo do regime militar, MCV foi capaz de mobilizar milhares de pessoas em torno de reivindicações que iam de encontro à política econômica defendida pelo

governo e eram apresentadas fora dos canais tradicionais de representação, por interlocutores pouco vistos naqueles espaços: as mães da periferia. O MCV exerceu ainda a função de movimento receptáculo de vários outros movimentos sociais que marcaram o período e teve papel fundamental no processo de reocupação e repolitização do espaço público (MONTEIRO, 2015, p.13).

No Piauí, o Movimento Contra a Carestia teve sua origem no Bairro Parque Piauí, Zona Sul de Teresina, e posteriormente se espalhou por outros bairros da mesma zona, principalmente por intermédio de religiosos católicos. Conforme Medeiros (2004, p.33), “o movimento nasce essencialmente no local de moradia, questionando a estrutura econômica do país a partir de elementos que fazem parte do cotidiano da dona de casa, que se apresentou como um novo personagem na cena política”.

A conclamação para a participação da população no movimento ganhou destaque em quase todas as edições do jornal, no qual foram retratados desde indicações do quadro econômico do país e denúncias sobre a crise inflacionária até aspectos da fome e da falta de comida na mesa do trabalhador e os preços dos itens de consumo básico. O movimento tinha a estrutura organizacional das associações de moradores e das organizações de comunidades, estabelecendo constante diálogo com as organizações de nível nacional, com a participação nas assembleias realizadas pelo país até o seguimento das diretrizes práticas e implementação de ações, como, por exemplo, paralisações, greves e requisições junto ao Poder Público.

Em dezembro de 1978, cerca de 400 pessoas se aglomeraram na praça da Igreja do Parque Piauí para protestar contra o alto custo de vida do país, com elevada inflação, encarecimento dos preços dos alimentos, desemprego e outros problemas que afetavam a população. Organizada pelos padres da Paróquia, a concentração popular contra a carestia expôs faixas e cartazes com as inscrições “ABAIXO A CARESTIA”, “ABONO SALARIAL”, e “PREÇOS JUSTOS” e oportunizou momentos para exposição de denúncias contra problemas sociais. (*Jornal O Estado* 05/12/1978, p.01). Houve, ainda, distribuição de folhetos com preços de gêneros alimentícios e a apresentação um abaixo-assinado e de um documento contendo requisições dos moradores, a serem entregues ao Governador. Entremendo cada ato, foram proclamadas músicas de protestos ou de cunho denunciativo, como “Cálice” e “Construção” de Chico Buarque, além de um Hino ao Custo de Vida, elaborado pelo movimento em âmbito

nacional, a partir da paródia da música Peixe Vivo<sup>19</sup> e que foi apropriada pelos moradores por ocasião das manifestações:

Como pode um peixe vivo,  
Viver nesta carestia;

*Como poderei viver,  
Como poderei viver.  
Dia e noite,  
Noite e dia,  
Com a barriga vazia.*

Como pode o operário,  
Viver com este salário;

*Refrão*

Como pode a criançada  
Estudar sem comer nada;

*Refrão*

Como sofre o boia fria  
Pra ganhar cr\$ 30 por dia;

*Refrão*

E tá lá o meu patrão,  
Apertando a produção;  
Eles só vivem pensando  
Nessa tal de exportação;

Ninguém mais fica calado,  
Vivendo tão explorado

Simbólico é o conteúdo trazido na letra da canção paródia. Seu texto traça um reflexo do que economicamente e socialmente se vivia no país naquele momento: a crise econômica que provocava arrocho salarial e evidenciava a exploração do trabalhador pelos setores empresariais e pelo governo, tornando dura a sua sobrevivência. Mas, se antes a palavra era sufocada, agora não fica mais calada e os ecos das vozes se fazem presentes, noite e dia, na exigência por melhores condições de vida.

---

<sup>19</sup> Música popular anônima que se tornou bastante conhecida no cenário político nacional a partir de Juscelino Kubitschek em suas campanhas eleitorais. Tal música ganhou repercussão por ocasião da morte do ex-presidente em 22 de agosto de 1976, quando foi entoada por uma multidão de pessoas durante os cortejos, transformando-se em protesto silencioso contra o regime militar. Neste sentido ver: GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das letras, 2004. p.304-305).

**Figura 22:** Movimento contra a carestia



Fonte: Jornal *Alternativa* nº 10- CEPAC-setembro de 1979, p.08

O movimento contra a carestia trazia à tona aspectos que atingiam o cotidiano da população, principalmente a questão do aumento do custo de vida, cujos reflexos se faziam sentir na elevação dos preços de gêneros de primeira necessidade, como arroz, feijão e carne, alimentos básicos dos trabalhadores. Em Teresina, o movimento fez campanha pela adesão dos bairros da Capital, com a formação de reuniões para discussão sobre os temas e o que fazer contra o quadro econômico impiedoso. As favelas da Zona Sul se fizeram participantes desses movimentos, como a da favela Esperança, noticiado pelo *Alternativa*:

#### MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA VISITA FAVELA

O movimento toma novos rumos, tentando sempre expandir-se, popularizar a sua luta, que é a luta de todos nós, só que desordenada. Aproveitamos esta oportunidade para dizer que você também pode participar do movimento. O movimento contra a Carestia visitou no mês passado a favela Esperança, situada embaixo dos fios da CHESF, próximo ao rio Parnaíba. Havia muitos presentes e a participação foi boa. Novamente o povo apoiou o M.C.C. (*Alternativa*, nº 09, setembro de 1979, p.09).

Outro aspecto discutido no jornal é a luta pela abertura de direitos políticos no país, como o movimento pela Anistia, a criação de novos partidos e a Campanha pelas Diretas Já.

Essas intromissões já apontavam para a turbulência política, reflexo do momento vivenciado no Brasil, marcado por uma conjuntura e um processo de luta em dois polos: “de um lado um projeto de abertura do governo; de outro, atuação de um movimento político de oposição, reunindo amplos setores da sociedade e com forte presença de partido e organizações” (ARAÚJO, 2004, p.162).

Estes últimos tempos têm sido gratificantes para todo o povo brasileiro. Depois de muita luta do povo pela resolução de seus problemas, o governo começa a se sensibilizar. A censura aos meios de comunicação foi diminuída, e já se começa a falar em temas até bem pouco desconhecidos: Anistia, greves ou sequestros. Fatos que aconteciam, mas que não podiam ser noticiados (*Alternativa*, n 07, julho de 1979)

Em Teresina, também fervilha um caldo político que ganha a ordem do dia e no âmbito do qual novas figuras aparecem no jogo, desenvolvendo táticas, fazendo barganhas e buscando interesses eleitorais. Para além das Estratégias desenvolvidas pelo Poder Público, há outras tantas táticas propostas pelos moradores das favelas, impressas em contornos diferenciados. Lutas, resistências, embates que se fazem principalmente em ações coletivas. Mas os habitantes das favelas, nas suas individualidades e particularidades, expõem outros modos de se engajar no cotidiano da sobrevivência. A conclamação para a participação enquanto prática coletiva, por vezes, dá lugar a outros tipos de comportamentos, desde a alienação até a indiferença.

Como Jornal que quer direcionar para um pensamento de luta coletiva comum, o *Alternativa*, por vezes, perde-se em suas contradições e revela, mesmo que sutilmente, o seu lugar de fala. As soluções propostas nem sempre são seguidas e implementadas, pois há outros itinerários percorridos por seus moradores na sua individualidade: o espaço da desobediência, das táticas de composição política, os conluíus e conchavos, as contradições e apadrinhamentos. A consciência de uma cidadania ativa também se forma em outros modos de ser, mesmo que na contramão do discurso de engajamento.

### **3.1.2. Entre Estratégias e Táticas: fraturas e contradições nos discursos sobre a cidade.**

O início dos anos de 1980 expuseram um novo cenário político no país. A instituição do pluripartidarismo, a busca por eleições diretas e a organização de movimentos sociais conduziram a outros modos de pensar e discutir a política. Essa discussão ganhou contornos no dia a dia da população, trazendo para mais perto o debate de temas que o contexto de repressão

militar não permitia retratar. Sem surpresas, a conscientização acerca do voto e de como se organizar para reivindicar direitos torna-se debate na comunidade. Os instrumentos para alcançar a atenção do Poder, tais como greves, passeatas, abaixo assinados ou a publicação de manifestos e cartas de repúdio, revelam como novos sujeitos ( movimentos sociais, organização de moradores) se inserem no jogo político, despertando interesses diversos na nova composição de forças sociais e políticas do país.

Como significativo dessa situação, tomemos a publicação contida no Jornal *Alternativa*, em dezembro de 1981:

*Carta aberta ao Governador*

*Exmo. Sr. Governador do Estado do Piauí*

*Recebemos um recado, da qual temos dúvida de sua veracidade, de que Vossa Excelência desejaria conhecer os grupos comunitários atuantes no bairro Lourival Parente, durante a inauguração de obras ocorridas recentemente. Não comparecemos porque não nos foi dada a oportunidade de falar e reivindicar os nossos interesses, o que acreditávamos corresponder aos interesses dos moradores deste bairro. Respeitamos e louvamos os acertos do Governo. Protestamos contra os erros enormes os quais caracterizam quase que um abandono a esta comunidade por parte do Poder Público.*

*Aproveitamos a oportunidade para dizer a Vossa Excelência que não reconhecemos como líder desta comunidade pessoas que não são integrados na mesma, e muito menos Representantes Políticos. Ao ensejo apresentamos o nosso propósito de lutar por interesses da comunidade. Cordialmente, Comunidade São Francisco. Lourival Parente. (Jornal Alternativa nº 33-CEPAC- dezembro de 1981)*

Uma carta aberta é, em regra, uma resposta dada uma pessoa, grupo ou instituição a respeito de uma situação anteriormente apresentada ou promovida pelo sujeito destinatário. Na edição do mês de dezembro de 1981, o jornal *Alternativa* trouxe a publicação de uma carta aberta destinada ao então Governador do Estado do Piauí, Lucídio Portela<sup>20</sup>, assinada pela Comunidade São Francisco, pequeno núcleo urbano localizado no bairro Lourival Parente, na Zona Sul da Capital, surgido para alocar os moradores de favelas que tinham sido demolidas há pouco tempo pelo Poder Público. A motivação para a publicação do texto seria o recado enviado pelo Governador do Estado de que gostaria de se reunir com os grupos comunitários atuantes

---

<sup>20</sup> Lucídio Portela Nunes, nascido em 08 de abril de 1922, na cidade de Valença, no Estado do Piauí. Médico e político, membro de uma família com tradição na política, cujo principal nome foi seu irmão, Petrônio Portela Nunes. Exerceu o cargo de governador do Estado do Piauí, no período de 1979 a 1982, sendo eleito de forma indireta. Elegeu-se, ainda, Senador da República no ano de 1991, onde permaneceu até o ano de 1999. Faleceu em Teresina, em 30 de outubro de 2015, aos 93 anos.

no bairro Lourival Parente, por ocasião da inauguração de obras na comunidade São Francisco. Alegando que não fora previamente dada a oportunidade para a exposição das reivindicações de interesses dos moradores da região, as associações não compareceram ao evento, justificando seus propósitos na carta direcionada à autoridade.

A análise textual da carta permite compreender alguns elementos da composição do cenário da Capital piauiense, em especial no modo das relações estabelecidas entre autoridades públicas, organizações sociais e moradores. As modificações nas tratativas do Poder Público e os moradores contam, agora com a inclusão de novo intermediário – os movimentos de bairro, que, por vezes, avocam o direito de representação de uma comunidade para defesa de seus interesses.

A ação do Estado frente a esses movimentos expressava-se de diferentes formas. Garantia-se a interlocução, mas a resposta oscilava de acordo com a demanda, a natureza e o nível de organização dos movimentos. No reconhecimento da legitimidade, recorria o Estado à negociação, como uma nova forma de relação, mas assegurava o caráter seletivo das políticas. A interlocução era, assim, garantida, mas o atendimento às demandas dependia do interesse dos grupos políticos e econômicos dominantes e das pressões e dos movimentos sociais (LIMA, 1996, p.35).

Antes, a regra era a imposição, a decisão unilateral do Poder Público; na época em estudo, os contornos são alinhados por outros direcionamentos, em que a organização coletiva se apresenta como possuidora de protagonismo na tomada de decisões. A negociação deve ser realizada de maneira séria e respeitosa, na escuta e atendimento de direitos, e não como uma convocação em forma de recados ou com a intermediação de outros que não detém legitimidade para resolução das situações. Os movimentos associativos e organização da Zona Sul exigiam reconhecimento e impunham-se na defesa dos interesses dos moradores das novas favelas da região, como nas ações de lutas contra os despejos e remoções violentas provocadas pelo Poder Público ou por particulares para retiradas dos moradores da região.

#### UM POVO INJUSTIÇADO

Ao escrevermos este artigo temos presente a necessidade de apoio a todos aqueles que partilham dos problemas do povo mais necessitado, ou melhor, mais afetado por este sistema desumano em que vivemos.

As famílias do Bairro Amizade são em mais de cem. Hoje, há anos morando ali, são ameaçados de despejo.

(..) Achamos importante nos envolvermos na luta deste povo para, ou continuar naquelas terras, que embora tenham um dono, viviam abandonadas, ou que o governo tome uma atitude de apoio real, que não seja jogá-los num FAVELÃO colorido como o Itararé, onde para completar as mensalidades tem crescido assustadoramente (*Alternativa*, n 08, agosto de 1979).

O sentido de coletividade tornou-se mais evidente e organizado na região com a presença de grande representatividade das comunidades através das várias associações de moradores criadas, tais como as dos Bairros Saci, Bela Vista, Parque Piauí, Km 7 etc. Os núcleos começaram a ter maior ligação entre si, de forma que, em maio de 1980, uniram-se para formar a Federação dos Conselhos Comunitários da Zona Sul, para defesa mais abrangente dos interesses das comunidades da região (*Alternativa*, 1980, p. 09).

Ainda na leitura da carta resposta, as associações, ao se apresentarem como legítimas detentoras do direito de representação dos moradores, contrapõem-se a qualquer outro elemento ou sujeito que interfira na relação, *não reconhecendo como líder das comunidades pessoas que não são integradas às mesmas, ou que se vinculam a interesse de políticos*. Este trecho delineado na carta não está contido aleatoriamente, mas pode ser compreendido a partir do momento de remodelagem política do país.

No ano de 1979, foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos, sendo decretado o fim do bipartidarismo instituído no país desde outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 02. Com a lei, o pluripartidarismo retornou ao cenário político, apresentando novas perspectivas para os pleitos eleitorais ante o rearranjo de forças políticas, com o retorno de antigas agremiações partidárias, como o PTB, e a criação de novos partidos de outras bases, como o PT. Para o ano de 1982, estava garantida a volta das eleições diretas para governador dos Estados e senadores, além de vereadores e prefeitos, exceto, nesse último caso, nas Capitais dos Estados, o que somente ocorreria no ano de 1984.

Nesse contexto, a carta aberta ao Governador Lucídio Portela, publicada em dezembro de 1981, se configurava dentro do mecanismo eleitoral proposto para o ano seguinte, em que seriam retomadas as eleições diretas para cargos majoritários de Governador e Senador. Considerando que desde o ano de 1962 os piauienses não iam às urnas para a escolha de seus governantes, a abordagem para conquista do eleitorado teria que passar por novas estratégias (mesmo que através de velhas práticas eleitoreiras, em alguns casos), levando-se em conta a existência de novos partidos e a individualização de votos.

O governador Lucídio Portela era grande interessado nos direcionamentos dados às eleições que se aproximavam. Participante do esquema político liderado por seu irmão Petrônio Portela, líder do Senado e com grande prestígio entre o alto escalão do governo militar, foi

eleito de forma indireta, com indicação unânime pelo partido da ARENA, para o governo do Estado do Piauí em 1978. A partir de então, Lucídio começou a controlar, com mão-de-ferro, a ARENA estadual, tornando-se o principal articulista para a manutenção de suas bases políticas no poder. Com o fim ARENA e a sua transformação em PDS, em razão da extinção do bipartidarismo em 1979, continuou a ser a grande liderança do novo partido e articulou coligações partidárias para lançar seu sucessor ao governo do Estado para o ano de 1982.

A inauguração de obras nas comunidades, e, no presente caso, na Vila São Francisco, com a participação de autoridades políticas, apresentava-se como uma prática de velha política de campanha eleitoral na busca de captação de votos junto à comunidade, às vésperas das eleições. Nesse episódio, vemos o Poder Público apropriar-se e utilizar-se de algumas Estratégias, como a cooptação de líderes comunitários, a infiltração de agentes eleitorais, a utilização de práticas clientelistas e o apadrinhamento político, conforme retratado nos quadros dos jornais:

#### BELA VISTA II

No dia 03 deste, foi inaugurado o conjunto Bela Vista II, com presença do Presidente João Figueiredo. Comenta-se que as chaves das casas do conjunto forma entregues a candidatos do PDS. Neste caso, só receberam ou receberão as casas aquelas pessoas que “apoiam” os partidos do Governo. Um detalhe curioso é que a prefeitura mandou limpar somente as ruas por onde o presidente iria passar, quando existem ruas no conjunto que necessitam de maior atenção, como é o caso da Rua II, Q.26, próximo à mercearia do Sr. Craveiro. Vamos cuidar do bem estar coletivo sem privilegiar o indivíduo (*Alternativa*, n 33, julho de 1982, p. 08).

Embora os grupos populares tenham se empenhado em um sentido de resistência, a politização partidária dos movimentos, por vezes, tornou evidente a contraditória forma resiliente de luta contra o governo, pois o canal de comunicação de interesses políticos se implementava no jogo do sistema político-eleitoral, garantindo a concretização daqueles interesses. A discussão surgida com o pleito eleitoral no país ganha um sentido de politização mais ampla. Os debates sobre direitos políticos e a importância do voto aparecem na ordem do dia e são discutidos ao longo das edições do jornal *Alternativa* do ano eleitoral de 1982.

**Figura 24:** Com seu voto pode derrubar os gigantes opressores



**Fonte:** Jornal *Alternativa*- edição nº 34- CEPAC- setembro de 1982

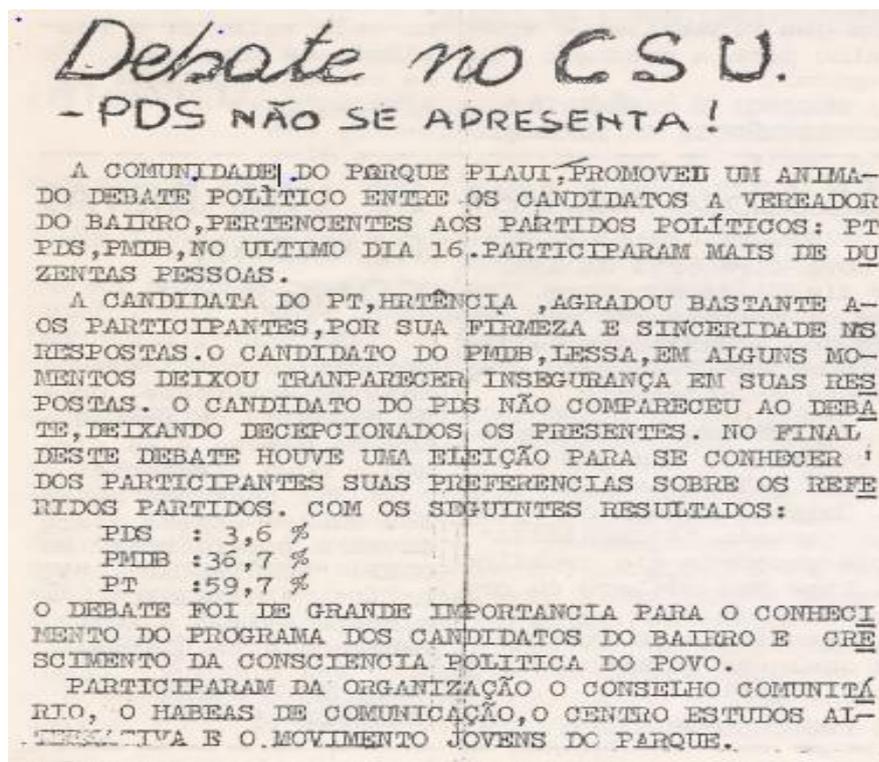
A retomada do direito de escolha dos governantes, trazida com o pleito de eleições diretas, se fez sentir também em nível micrológico, quando, por exemplo, os conselhos comunitários e associações já organizadas implementaram o processo de escolha de seus representantes através de eleições pelos moradores.

#### KM 7 ELEGE PRESIDENTE

O Km 7, a vila São Francisco e o Km 6 realizaram eleições democráticas e elegeram o novo conselho comunitário. Como presidente saiu eleito o senhor Francisco Silvestre e como vice o Senhor Constantino (*Alternativa*, n 34, setembro de 1982, p. 08).

Houve uma politização desse *locus*, em que os líderes comunitários ou candidatos a presidente de associações empreenderam grandes campanhas eleitorais para o pleito associativo. Essas formas eleitorais terminaram por se misturar com a “política oficial”, com vários partidos políticos fazendo-se presentes, conforme observado nas entrevistas e debates de candidatos à vereadores de Teresina e que mantinham vínculos com a comunidade.

**Figura 25:** Debate Político entre candidatos a Vereadores na Comunidade



**Fonte:** Jornal *Alternativa* nº 35- CEPCAC- novembro de 1982, p.8).

Essas imbricadas relações entre as questões eleitorais da comunidade e as do governo revelaram-se ainda mais emaranhadas no cotidiano dos moradores quando, por exemplo, algum indivíduo sofria algum tipo de pressão para que votasse em certo partido ou candidato, sob pena de perder seu emprego público, o direito à utilização de espaço comunitário para fins de campanha eleitoral ou mesmo o apoio declarado de um determinado grupo político (*Alternativa*, 1982, p.10).

#### PROIBIDO PARTICIPAR DA MISSA.

Em plena Campanha eleitoral, tudo é de se esperar por parte de alguns políticos que pensam somente em se eleger às custas do povo. Ultimamente, o morador e vigia do chafariz da favela COHEB 1, está sendo ameaçado de ser demitido do cargo que ocupa, caso participe da missa e das reuniões da comunidade, por parte do vereador Touranga, que ainda se diz um candidato que defende os direitos humanos (...) há pouco tempo foi construído o Centro Comunitário COHEB 2, em mutirão. O senhor Sebastião, arbitrariamente, está usando o centro para o PDS e ameaça expulsar quem é contra ele (*Alternativa*, n 34, setembro de 1982, p. 10).

A politização de aspectos do cotidiano, em um nível de relação micrológico, nem sempre se imprime através do exercício ativo de participação popular. Apesar dos chamados movimentos sociais apresentarem, em certos momentos, uma proposta de luta e resistência e de

embate ao Poder Público, percebemos que a leitura das relações entre os campos do poder se dá de forma diversificada, não homogênea, variando desde propósitos de negociação a ausência de participação. Por vezes, os cidadãos ou os grupos associativos se vinculam a elementos do Poder Público e a sua participação passa a efetivar-se não pela busca de interesses coletivos, mas por questões particulares em vistas da máquina governamental ou em contato direto com ela. A cidadania se transmuta em verdadeira estadania, caricaturando o desenho de uma participação política ativa, nos termos de Carvalho:

A reação, pragmática, antes que ideológica, a esta situação por parte dos que viviam excluídos do sistema foi o que chamamos de estadania, ou seja, a participação, não através de organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela (2016, p.65).

O resultado é que nem sempre se consegue a conjugação de interesses, apesar de o agrupamento coletivo se fazer presente, porque ele se vê composto por vertentes diversas do que se deseja numa comunidade. No caso das ações de desmonte de favelas da nossa Capital, alguns moradores preferiram permanecer, outros queriam sair de suas casas e ir para outro lugar, receber indenizações pela desapropriação ou, quem sabe, arrumar um emprego com algum político. Várias soluções se delineavam no espaço desses moradores, que empregavam seus itinerários na trama de uma cidade das favelas.

Esses aspectos ver-se-ão prolongados pelos anos seguintes da década de 1980, em que o crescimento demográfico acelerado e a insuficiência da estrutura urbana básica para atender a população teresinense resultaram em maiores demandas por moradia na cidade, provocando grandes conflitos sociais. A expansão das favelas torna-se fator de questionamento da legitimidade de ação do Poder Público, que não oferece soluções plausíveis ao problema de moradia da Capital. Entretanto, a década seguinte, de 1990, caracterizou-se pelo uso de algumas Estratégias por parte do governo, de forma a recriar a imagem de Teresina como uma capital desfavelada, numa ação de retomada da cidade dos cartões postais.

### **3.2. A vista panóptica: Estratégias espacializantes e o apagamento das favelas**

A partir de meados dos anos de 1980, o espaço urbano de Teresina começa a sofrer significativas modificações. Há a intensificação da ocupação dos espaços da cidade pela população que migra para a Capital piauiense, processo iniciado desde os anos de 1960,

provocando o aparecimento de um contingente de favelas que se proliferarão pela cidade ao longo dos anos 1980, de uma forma quase exponencial.

Teresina, até meados da década de 70, não se configurou como uma cidade com grandes e numerosas favelas, posto que ainda não estava evidenciado “o processo de favelamento propriamente dito”, o qual somente adquiria visibilidade em fins dessa década, ampliando-se nos anos subseqüentes. Contudo, o fenômeno já se fazia presente, embora ficasse circunscrito a pequenos e reduzidos núcleos. (VIANA, 1999, p.60)

O Poder Público municipal, esfacelado por uma crise econômica que permeava o país nos anos de 1980<sup>21</sup>, não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento das necessidades básicas dessa população, gerando agravamento da sua condição de vida, principalmente da parcela mais pobre.

O descaso do governo contribuiu para a explosão de movimentos sociais<sup>22</sup> de luta por moradia, tais como as experiências das vilas Risoleta Neves e Tancredo Neves, e mesmo dos movimentos dos sem-teto, evidenciadas na Vila da Paz e Bandeirantes. (LIMA, 2003, p.44). A imagem de reivindicações por melhorias urbanas torna-se uma prática frequente, principalmente após as perspectivas políticas abertas pelo processo de redemocratização do país, em meados dos anos de 1980. Instalou-se uma crise de legitimidade do poder do Estado, que afogado em uma crise política e fiscal, mostrava-se incapaz de adequar-se às novas exigências sociais demandadas pelos diversos setores do país. Os jornais locais passaram a veicular constantemente as manifestações dos movimentos de luta por moradia, como o caso dos “sem-tetos”:

**OS SEM-TETOS VÃO ENTREGAR DOCUMENTO REIVINDICATÓRIO**  
Os sem-tetos vão realizar a partir das 16 horas de hoje em Teresina, partindo da praça Rio Branco em passeata até o palácio de Karnac (**sic**), onde entregarão um documento ao Governador Alberto Silva, informou Firma Sales, membro do Conselho Estadual de representantes da Federação das Associações de Moradores do estado (FAMEPI). Disse ela que após luta vigorosa, os sem-tetos conseguiram do governo a edificação de 05 mil casas,

---

<sup>21</sup> A década de 1980 é conhecida especialmente no Brasil como década perdida em razão da crise econômica que permeou o país, onde se tinham elevados índices de inflação, altas taxas de juros, baixo crescimento do PIB, provocando desigualdade social e impedindo o desenvolvimento do país.

<sup>22</sup> Os movimentos sociais designam aquelas confrontações deliberadas e crônicas, de tempo longo, não temporárias, mas permanentes, entre grupos sociais populares ou subalternos, de um lado, e seus reconhecidos opressores, de outro. Tais movimentos sociais populares, quer sejam rurais quer sejam urbanos, pressupõem uma organização prévia, elaboram uma ideologia unificadora de contestação ao estabelecido, mesmo que seja uma ideologia religiosa, e formulam um projeto alternativo para o sistema de poder e para o modo de produção (MULS, 1981, p. 58).

embora a luta deva continuar, porque os sem-tetos somam mais de 40 mil (O DIA, 04/05 de setembro de 1988, p.07).

O acirramento das tensões sociais, oriundo da situação de agravamento das condições de vida da população, como o aumento do número de favelas, impõe ao Poder Público repensar seus modelos e estratégias para evitar uma desordem político-social no espaço urbano de Teresina.

Em 1988, a Prefeitura de Teresina realizou o seminário “Planejando Teresina”, numa tentativa de buscar apoio frente à opinião pública para a aprovação de um plano de ordenação e organização administrativa do espaço de Teresina. Desse seminário, resultou a aprovação do II PET (Plano Estrutural de Teresina), instituído através da Lei nº 1.932, de 16 de agosto de 1988, que se predispunha a ser um “instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana nos seus aspectos político-sociais, físico-ambientais e administrativos.” (TERESINA, PMT, 1988).

Na elaboração do II PET, percebe-se uma preocupação do Poder Público em mapear a cidade de Teresina, definindo suas áreas administrativas, o que resultou na formação de uma política de oficialização dos bairros da Capital, instituindo seus nomes, seus limites físicos e sua composição.

Nessa época, realiza-se também a organização do II Plano Estrutural de Teresina (II PET), instituído pela Lei n. 1932, de 16/08/1988, que teve por finalidade incorporar na legislação urbana “a regularização das ocupações localizadas em áreas de conflito”, criar o “Fundo Municipal de Terras”, bem como nortear a expansão da cidade em direção à zona Leste, demarcando as cinco zonas administrativas da cidade, quais sejam: Centro, Norte, Sul, Sudeste e Leste. A criação das zonas administrativas possibilitou a descentralização do poder administrativo municipal, isso facilitou o controle e a organização dos bairros, na medida em que cada zona ficava sob o comando de um administrador, e este, por conseguinte, prestava contas com o prefeito. Assim, cada administrador pôde concentrar-se nas deficiências e carências dos bairros pertencentes às zonas sob o seu comando. (FERRAZ, 2007, p.38)

O II Plano Estrutural de Teresina vinha propor novas alternativas, pelo menos em nível discursivo, à insuficiência e inadequação das políticas públicas formulados pelo I PET, de 1977, que se mostrava incapaz de enfrentar os problemas urbanos da Capital. Entretanto, tornou-se o ponto de partida para o estabelecimento de uma política de disciplinarização do espaço urbano de Teresina, que será desenvolvida ao longo dos anos de 1990 sob o viés de um discurso de

desfavelização da cidade. É, conforme as observações de ROLNIK (2004), a busca de regulação da cidade, como uma engrenagem de um relógio:

Uma das características distintivas da estratégia do modo de ação do Estado na cidade capitalista é a emergência do plano, da intervenção previamente projetada e calculada, cujo desdobramento na história da cidade vai acabar desembocando na prática do planejamento urbano, tal como conhecemos hoje. O que há de mais forte e poderoso atrás da ideia de planejar a cidade, é sua correspondência a uma visão de cidade como algo que possa funcionar como um mecanismo de relojoaria, mecanicamente (ROLNIK, 2004, p. 55).

Merece destaque dentro deste II PET o estabelecimento da primeira divisão de Teresina em bairros, oficializada em lei. Conforme justificativa do Poder Público municipal, em 1988, quando da elaboração do II PET, considerou-se “a preocupação com a necessária divisão do território em áreas características. Teresina, ficou então dividida em 108 bairros através da Lei nº 1.934, de 16 de agosto de 1988” (Teresina, PMT, 1994).

Ao propor uma divisão oficial do espaço de Teresina, o Poder Público tenta estabelecer um parâmetro de constituição daquilo que seria legítimo ou ilegítimo, regular ou irregular. Uma lógica binária em que os espaços urbanos de Teresina deveriam ser distribuídos em bairros, e o que não fosse entendido como bairro estaria fora dos padrões estabelecidos pela lei.

O Poder Público concebera, então, a criação de um discurso disciplinador (FOUCAULT, 1999, p.118) dos espaços de Teresina, propondo classificações, divisões e impondo um modelo do que seria o lugar legitimado e oficializado. Dessa forma, os códigos, leis e planos interpuseram-se como instrumento de manutenção de uma ordem, de uma cidade legalizada:

A naturalização dos códigos, das leis, dos planos estruturais existe enquanto medidas impostas no sentido da manutenção de uma “ordem”, sendo essa uma miragem capaz de ser alcançada devido à imposição de uma série de restrições aos “usos” da cidade. Dessa forma, o espaço urbano é pensado e articulado sob a influência de uma série de discursos que permeiam uma vontade de solucionar os problemas decorrentes de uma ordem administrativa da cidade. (BRANDIM, 2006, p.54)

Se em um primeiro momento este discurso ordenador se efetiva pela lógica binária do ser e do não-ser, ou seja, do legal e do ilegal, do que é bairro e do que não é bairro, num segundo momento o Poder Público se utilizará de uma estratégia de identificação deste ser ilegal, para tentar cooptá-lo ao espaço da legalidade. Aqui, convém uma apropriação do termo Estratégia, nos moldes da concepção formulada por Certeau, qual seja, como o esforço do Poder para

conseguir metas pré-estabelecidas. Dessa forma, a Prefeitura de Teresina passou a mapear favelas e ocupações desreguladas de Teresina (não-bairros) para imprimir um sentido de regularização a estes espaços.

Em toda a sua história, as favelas sempre existiram a partir de uma utilização indevida do espaço, característica claramente colocada pela conceituação oficial: aglomerados humanos localizados em áreas não-urbanizadas, constituídas por habitações rústicas ou improvisadas de melhoramentos públicos construídos em terrenos de terceiros: do governo, de particulares ou de domínio não definido (VALLADARES, 1980, p.30).

As favelas podem então ser entendidas, segundo o discurso do Poder municipal, como os não-lugares, uma qualidade negativa do lugar, uma ausência de ordem, definidas na base do que é determinado pelo Poder. Determina-se, assim, um domínio dos lugares pela divisão do espaço, onde a “vista panóptica possa transformar as forças estranhas em objetos que podem observar e medir, controlar, portanto, incluir na sua visão” (CERTEAU, 2014, p.99).

Para a identificação das favelas da Capital, em 1993, a Administração Municipal realizou o primeiro censo de Vilas e Favelas de Teresina, que tinha como finalidade positivada “construir um conhecimento sobre a realidade das áreas de abrangência da pesquisa” (PMT, 1993, p.09). A política de recenseamento de vilas e favelas de Teresina se desenvolverá durante os anos 90 e tornar-se-á fundamental para a Estratégia do Poder Público de transformação destes espaços desordenados em lugares organizados, legitimados, pertencentes, pois, aos ditames da lógica da administração pública. As pesquisas foram realizadas entre fevereiro e junho de 1993 e revelaram, segundo dados da PMT, um número de 141 favelas em Teresina.

As pesquisas para o referido censo foram realizadas entre os meses de fevereiro e junho de 1993 e revelaram alguns dados sobre a Capital piauiense. Foram contabilizadas 141 (cento e quarenta e uma) favelas ou similares, enquanto na mesma época existiam, segundo dados estabelecidos pela Lei nº 2,113 de 10 de fevereiro de 1992, apenas 110 bairros. Tal fato, por si só, indica a presença de uma situação de favelização do espaço urbano, evidenciando-se em Teresina a existência de áreas tidas como regulares pelo Poder Público em menor quantidade do que as ocupações irregulares. Conforme tabela apresentada abaixo:

**TABELA 1**  
**Vilas e favelas de Teresina 1991-1993**

Zonas	Quantidade de áreas		Percentual de crescimento por zona
	1991	1993	
Norte	15	18	20,00
Sul	21	44	109,52
Leste	20	79	295,00
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>141</b>	<b>151,79</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral  
Perfil de Teresina: 1992

Diante do quadro apresentado, a Prefeitura de Teresina buscou a implementação de medidas que alterassem essa situação. Após a divulgação dos dados, houve uma preocupação do Poder Público em contornar a situação de favelamento da Capital, constatada não só por dados estatísticos, mas visualizada no cotidiano da cidade. As pressões advindas de movimentos urbanos e da imprensa forçavam uma reflexão séria sobre como as ocupações tidas por anormais e irregulares suplantavam a oficialidade dos espaços legais – os bairros – de modo a surgir questionamentos sobre a legitimidade das políticas públicas adotadas.

#### TERESINA: CAPITAL EM ESTADO DE MISÉRIA

(...) O número surpreende em todos os estudos anteriores, os índices usados eram encontrados em estudos idênticos feitos pela secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAM, que registravam 56 favelas e aglomerados periféricos em uma pesquisa realizada no início de 1991.

A conclusão a que se chega é que o número de favelas está crescendo em uma velocidade incontrolável. O surgimento desenfreado desses locais é uma bomba que explode a qualquer tentativa de crescimento municipal planejado. As favelas esticam o traçado da cidade exigindo que os benefícios urbanos se expandam.

Contrariando as previsões técnicas, os anos 80 parecem apenas ter iniciado na Capital, a febre das invasões. Os anos 90 é que serão das favelas. (O DIA, 27 de agosto de 1993, p.05)

Algumas Estratégias imediatas foram utilizadas pela prefeitura para tentar afastar a imagem de cidade favelada que a Capital apresentava, o que se fará sentir nos mapeamentos estatísticos e nas modificações dos dados apresentados durante os três censos de vilas e favelas realizados entre os anos de 1993 e 1999. A utilização de novos conceitos e classificações para o espaço urbano de Teresina, tais como vilas, parques e residenciais, configura-se como estratégica na tentativa de destituir a situação de favelização da cidade. Ao estabelecer novos parâmetros de divisões administrativas, o Poder Público pode flexibilizar o conceito de ilegítimo e aproximá-lo cada vez mais da legalidade, ou seja, desintegrou a classificação única de favela e similares e reclassificou esses espaços em vilas, residenciais e parques, para enquadrá-lo num novo conceito de ordenação urbana. Essa perspectiva é corroborada pelos dados trazidos pelo III Censo de Vilas e favelas de Teresina realizado em 1999, segundo o qual a Capital piauiense possuiria 117 vilas, 24 favelas e 09 parques residenciais.

Percebe-se, de imediato, que a classificação utilizada no terceiro censo demonstra dados diferentes em relação aos colocados no primeiro e segundo censos. Não são mais utilizadas as definições de favelas e similares, tendo sido desmembradas em três categorias bem definidas, quais sejam, vilas, favelas e parques residenciais. As favelas, nesse censo, seriam em número de 24, enquanto nos censos de 1993 e 1996, não se definia uma proposição organizacional de separação ente favelas e outros (exceto, é claro, a diferenciação entre favelas e bairros).

**TABELA 2**  
**Vilas e favelas de Teresina 1991-1993-1996**

Zonas	Quantidade de áreas			% de crescimento por zona	
	1991	1993	1996	91/93	93/96
Leste	14	51	48	264,29	-5,88
Sudeste	06	28	28	366,67	0,00

Sul	18	39	48	116,67	23,08
Norte	15	17	20	13,33	17,65
Centro	03	06	05	100,00	-16,67
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>141</b>	<b>149</b>	<b>151,79</b>	<b>5,67</b>

**Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral  
Perfil de Teresina: 1992  
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social  
Censo de Vilas e Favelas de Teresina-1993/ Pesquisa Direta Set/95 a maio/96**

A análise deste ponto é fundamental para percebermos como a quantidade de vilas passa a desbancar o número de favelas, de forma que em menos de 06 (seis) anos, a quantidade de favelas reduziu de 141 (cento e quarenta e um), no primeiro censo, para 24 (vinte e quatro), no terceiro censo. Enquanto isso, as vilas, que não tinham sua categoria plenamente definida no censo de 1993, passaram a possuir *status* autônomo em 1999, sendo, nesse referido ano, num total de 117 (cento e dezessete).

A incorporação do termo *vila* no cotidiano da cidade relaciona-se muito mais a um simbolismo gerado em torno do mesmo, inculcido pelo discurso do Poder Público, do que a uma mudança significativa de estrutura física nas favelas. Isso porque a expressão *vila*, dentro de Teresina, esteve originalmente associada à experiência dos movimentos sociais, que o adotava como uma espécie de bandeira de luta, ou seja, a vila surgiu como proposta alternativa construída pelo povo, resultado de suas reivindicações e pressões políticas sobre o governo. As vilas seriam experiências políticas organizadas, frente às favelas, que não teriam esta organização. Porém, o Poder Público apropriou-se estrategicamente da concepção de vila, dando-lhe um novo significado. Vila passa a ser não somente esse espaço gerado pelo povo, mas o lugar onde está presente o Estado.

Na realidade, a estrutura física inicial e as condições de moradia de inúmeras vilas não diferem em nada das características das áreas faveladas. Entretanto, não surpreende o fato de que o termo tenha sido incorporado, imediatamente, ao discurso do poder público, porque, sob essa nova concepção, supõe-se a

redução do estigma e do preconceito em torno da ideia de favela. Ao mesmo tempo, dissemina-se que tudo leva o nome de vila tem a presença do Estado, embora a realidade exiba núcleos assim conhecidos em total abandono. Destarte, a ideia gerada nas experiências concretas parece ter sido apropriada pelo Poder Público, para, de um lado, valorizar suas ações e de outro, amenizar a imagem forte da miséria na cidade. (LIMA, 2003, p.95)

A proposta de resignificação das favelas, com a utilização discursiva do termo *vila*, leva o Poder Público de Teresina a tomar para si o papel de condutor de um processo de desfavelização da Capital, nem que o primeiro passo seja a desvinculação desse termo do vocabulário do cotidiano da cidade. Na divulgação dos dados sobre os Censos de Vilas e Favelas do ano de 1999 (terceiro censo) há um modelo, apresentado em forma de tabelas, sobre a expansão Vilas, Favelas, Parques e Residenciais de 1993 a 1999, na qual os dados referentes às pesquisas do Primeiro e Segundo Censos aparecem remodelados, com a utilização de termos e conceitos diferentes daqueles apresentados originalmente.

Conforme já observado na tabela apresentada no ano de 1993, referente ao Censo realizado pela Prefeitura Municipal, Teresina possuía 141 (cento e quarenta e uma) vilas e favelas e similares, ou seja, não havia diferenciação entre os dados do que seria vila, favela ou outro. Porém, nos dados apresentados em 1999, denota-se uma nova divisão sobre a quantidade de vilas e favelas que configurariam Teresina no ano de 1993. Há uma divisão entre o número de Vilas, que estariam em número de 92, e a de favelas, que seriam em quantidade de 49. O mesmo acontece em relação aos números fornecidos em 1996, no segundo Censo. Nas pesquisas realizadas naquele ano, não foram estabelecidas categorias para classificação e divisão entre vilas e favelas. Os dados foram colocados de forma única, ou seja, em 1996, haviam 149 (cento e quarenta e nove) vilas e favelas, sem qualquer distinção entre os termos. Porém, e da mesma forma que ocorreu com os dados da pesquisa de 1993, os dados da expansão de vilas, favelas, parque e residenciais apresentados pelo terceiro Censo, realocam esta classificação original e expõem que em Teresina, em 1996, havia 106 (cento e seis) vilas, 39 (trinta e nove) favelas e 04 (quatro) parques residenciais.

Essa proposta de reclassificação dos dados corrobora a política de incorporação de um discurso de desfavelização da Capital piauiense, de forma a modificar, retroativamente, os conceitos aplicados. O Poder Público apresentou novos dados para desconstruir a imagem de uma cidade ilegal e desorganizada, identificada nas pesquisas originais, nas quais o número de construções irregulares (favelas) suplantava, em muito, a divisão oficial proposta pelo Governo.

**TABELA 3**  
**Expansão de Vilas e favelas de Teresina 1993/1996/1999**

Zonas	1993			Total
	Vilas	Favelas	Parq/resid.	
Centro	01	05	-	06
Leste	20	31	-	51
Norte	10	07	-	17
Sudeste	25	03	-	28
Sul	36	03	-	59
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>141</b>

Zonas	1996			Total
	Vilas	Favelas	Parq/resid.	
Centro	01	04	-	05
Leste	21	25	02	48
Norte	13	06	01	20

Sudeste	26	02	-	20
Sul	45	02	01	48
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>39</b>	<b>04</b>	<b>149</b>

Zonas	1999			Total
	Vilas	Favelas	Parq/resid.	
Centro	06	01	-	07
Leste	27	16	02	5
Norte	16	02	04	22
Sudeste	28	02	01	31
Sul	40	03	02	45
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>24</b>	<b>09</b>	<b>150</b>

**Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo  
Pesquisa direta julho a setembro de 1999.**

Conforme definição estabelecida pela equipe da Secretaria de Habitação e Urbanismo, tem-se:

*Vila* - área de moradia (comunidade) surgida a partir da ocupação por famílias sem-teto, sem obedecer às exigências feitas pela lei do parcelamento do solo, mas possível de ser regularizada, saneada e urbanizada.

*Favela* - área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação de famílias sem teto, geralmente localizadas em áreas de risco iminente (alagamento /desmoronamento) ou em leito de vias públicas sujeitas quase sempre a remoção.

*Parques e residências* – loteamentos feitos pela Prefeitura obedecendo a todos os requisitos vigentes na legislação de parcelamento do solo (PMT, censo vilas e favelas, 1999, p.02)

A partir dos conceitos expostos, percebe-se que discurso de desfavelização, ou de urbanização, de favelas é posto sob uma nova óptica. Passa-se a classificar as ocupações da Capital a partir de sua possibilidade de se tornarem regularizadas. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as áreas urbanas são regulares, ou estão em vias de regularização, de forma que a legalidade das habitações seria um caminho natural, feita através da implementação de estágios, em que as favelas estarão sujeitas à remoção, passando para um patamar de vila e depois para bairro.

A tentativa de colocação definitiva das ocupações urbanas de Teresina dentro do modelo de administração pública se dá através da instituição, em 1997, do chamado projeto *Vila-Bairro*, que se propôs a ser uma ação integrada que visando à urbanização das favelas, metamorfoseando-as em vilas que, segundo esta lógica, ganhará o estatuto de Bairro quando dotadas de todos os serviços pela ação conjunta e simultânea de vários órgãos ( LIMA, 2003, p.94).

O projeto *Vila Bairro*, instituído pelo Decreto Municipal nº 3.344, de 07 de janeiro de 1997, foi definido, segundo o próprio texto legal, como um “projeto multi-setorial e integrado destinado a promover intervenções, vilas, parques e favelas situadas na periferia de Teresina” (PMT, art.1º), cujo objetivo era o desenvolvimento de ações visando à transformação das vilas, parques e favelas existentes em Teresina, dotando-as de provisão de urbanização. (PMT, art. 2º)

Segundo o Decreto, o projeto *Vila-Bairro* teria como principal meta dotar as vilas e favelas de um padrão mínimo de urbanização e estimulá-las para o desenvolvimento socioeconômico, por meio de ações que dinamizariam os setores da saúde, educação, esporte e lazer, meio ambiente, saneamento básico, urbanização, moradia, transporte coletivo, emprego e renda etc.

Mas, para além de suas realizações de infraestrutura, esse projeto “teve ressonância, por se tratar de uma ação direta e de grande visibilidade nas favelas da cidade, produzindo um forte

efeito-demonstração capaz de garantir a continuidade do PSDB na Prefeitura” (LIMA, *apud*, RODRIGUES NETO, 2005, p. 59), o que foi reforçado pelo fato de o discurso defendido pela prefeitura de Teresina estimular, no imaginário social dessas comunidades, a ideia de que, ao elevar uma ocupação ou uma favela à condição de vila, oportunizar-se-ia o acesso a outros direitos.

O projeto *Vila-Bairro* mostrou-se, pois, como o estágio final para a afirmação de um modelo administrativo a ser implementado pelo Poder Público, primeiro através da exclusão do conceito de favela, transformando-a em vila e, depois, fechando o ciclo, destituindo a categoria de vila para torná-la bairro, ou seja, pertencente definitivamente ao modelo urbano legalmente instituído.

Ao que se observa esse discurso guarda o suposto de que, com as transformações físicas, pode-se romper com pré-noções cristalizadas e valores assentados na ausência de respeito às diferenças e à cidadania, cujo recorte é estritamente cultural. Na realidade, contém ela a mesma lógica perversa que funda o imaginário social sobre os pobres e ao situa a partir das dicotomias centro-periferia, e bairros-favelas, retomando o aporte teórico que norteou toda a discussão, nos anos 70 e 80, sobre os processos de urbanização e periferização. Com isso, transpõe-se, para o contexto atual, a mesma concepção, agora reposta nos binômios “favela-vila” ou “vila-bairro”, ou mesmo a tríade “favela-vila-bairro” que, de fato, expressam fragmentos de forma de vida dos pobres, mas, na essência, reatualizam conceitos hierárquicos e segregadores cristalizados na base da sociedade. (LIMA, 2003, p.95-96)

A tríade favela-vila-bairro resignificou o olhar sobre uma Teresina desordenada, legitimando novas Estratégias para a reconfiguração da manutenção da ordem no seu espaço urbano. Porém, para além do discurso da produção de uma cidade sem favelas, há ainda o enfrentamento de problemas urbanos na cidade que o Poder Público não consegue contornar dessa forma. Os anos de 1990 ainda confirmam a realidade de uma Capital em que as favelas deram e continuavam a dar-lhe um novo sentido.

Na verdade, a realidade das vilas, favelas, parques e residenciais apresenta ainda vários problemas, compartilhando múltiplos aspectos da pobreza urbana na cidade, tais como: a tensão das famílias frente à indefinição da situação fundiária e a conseqüente insegurança da moradia, a precariedade da estrutura física das habitações, as dificuldades nas formas de acesso aos serviços de energia e água e as péssimas condições sanitárias, o elevado nível de desemprego e subemprego, o baixo padrão de renda das famílias, o baixo nível de escolaridade da população, a insuficiência de uma infra-estrutura social, como escola, creches e unidades de saúde, e uma precária infra-estrutura de serviços coletivos, sobretudo no que se refere à pavimentação. Toda essa

problemática, que pode ser observada quantitativamente nos Censos de Vilas e Favelas, nos depoimentos dos entrevistados, e captada, diariamente, nos jornais da cidade, expõe, de um lado, as formas e dificuldades de sobrevivência da população pobre que ocupa quase todo o tecido urbano da cidade, desde a região central até os limites da periferia urbana de Teresina, e, de outro lado, os limites das ações do governo federal e do estadual e a responsabilidade e o desafio, cada vez maior, de o governo municipal enfrentar essa complexidade social, pois, como afirma Santos (1993), —quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam suas mazelas (RODRIGUES NETO, 2005, p.47).

Portanto, evidencia-se neste processo, a busca pela implementação de um discurso de desfavelização de Teresina, através do desenvolvimento de Estratégias que tentam produzir a imagem de uma cidade organizada, controlada pelos ditames pelo poder público, sem por vezes, porém escutar as vozes daqueles que realmente habitam tais lugares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Teresina configurou-se em seu nascedouro por um sentido de organização, tendo sido concebida para ser a primeira capital brasileira planejada, com ruas e traçados previamente definidos, de modo a implementar-se um modelo de cidade funcionalmente preparada para se viver. Esta imagem de cidade ideal, capital planejada, começou a desconfigurar com a chegada de seus moradores, em geral pessoas pobres, que passaram a espalhar-se pelo perímetro da cidade, de forma desorganizada.

A partir da segunda metade do século XX, o perímetro urbano da capital passa a se afastar cada vez mais daquele concebido por Saraiva, quando da construção da nova capital piauiense. Isto ocorreu devido ao processo de urbanização, que fomentou novas relações econômicas e sociais, levando o homem para a cidade. O êxodo rural e as migrações foram intensos, de forma que Teresina, a exemplo de outras capitais, foi bombardeada por um grande crescimento demográfico. Porém, este contingente populacional que ingressou na capital passou a ocupar de forma desordenada os espaços da cidade, em geral, as áreas fora do perímetro urbano, ou mesmo em terrenos públicos ou particulares que se encontravam sem uso. Teresina vive um verdadeiro processo de favelização.

A cidade planejada de Saraiva não era mais reconhecida, sendo necessário reformular, aos ditames do poder público, um novo modo de se adequar a cidade aos parâmetros de planejamento. Porém, para reconstruir Teresina, primeiro deve-se entendê-la, decifrá-la, através de Planos. Foram realizados entre 1969 e 1999, três grandes mapeamentos da capital, O PDLI em 1969, o I PET em 1977, e o II PET, em 1988, que serviram como proposta para a reconfiguração urbana da capital.

A capital tem seus cartões postais borrados pelas favelas. Estas inauguram um novo cenário da cidade e, mesmo com as Estratégias de apagamento entoadas pelo poder público, conseguem crescer pela cidade tonando-se visíveis na história de Teresina. Tal visibilidade pode ser demonstrada não só pelos noticiários dos jornais impressos, mas também pelo olhar experimental de um grupo de jovens, que sob o foco de uma câmera registram os passos dos moradores das favelas da capital, propondo outras leituras, numa cidade que se configura no cotidiano pelas ações daqueles que a habitam. Quer seja nos itinerários do povo da favela, ou nas jornadas do Pai-herói, que transmuta a cidade de pedra, criando identidades, a cidade pode

ser lida através da materialidade urbana, nos rastros deixados por aqueles que não só a observam (*vouyer*), mas percorrem-na (*flaneur*).

Todo esse quadro dá a ver um momento histórico em que os problemas sociais se escancararam, de modo que as ações públicas estabelecidas não foram implementadas na mesma velocidade de crescimento das necessidades. O déficit habitacional da cidade mostra-se, então, muito elevado. Além disso, grande parte das terras da capital concentram-se nas mãos de um reduzido grupo de pessoas, favorecendo a especulação imobiliária, deixando muita terra sem qualquer utilidade ou uso. Este aspecto provocou grandes conflitos urbanos por moradia, que tomaram força durante os anos 80 através da formação dos movimentos sociais, essenciais para o questionamento da legitimidade do poder Estatal.

As relações entre o Poder Público e os moradores das favelas, conforme se procurou demonstrar, encontraram novos modos, e o que se impunha como política de intervenção, sem negociação, comanda alternativas, tanto por Estratégias para manutenção e continuidade no poder, ou mesmo em Táticas para resistir, sobreviver, ou participar dos quadros do Estado. O jornal *Alternativa* foi revelador de como estas múltiplas e diversas composições aparecem na ordem do dia, em meio a discursos e polarizações políticas.

Por fim, no momento de inflexão Estatal, no final dos anos de 1980, o poder público deu início a uma nova Estratégia para legitimar-se, qual seja, replanejar Teresina. Para isto, utilizou-se de uma política de mapeamento da cidade, de forma a oficializar uma divisão do espaço urbano da cidade, através dos bairros. Nestes mapeamentos, apresentou-se a presença de um número maior de favelas, espaços irregulares, do que de bairros, espaço oficial.

Para transformar esta realidade de desfavelamento e evitar uma nova crise de legitimidade, o poder público lançou mão de uma nova Estratégia, qual seja, a cooptação destes espaços irregulares para dentro do lugar da legitimidade, de forma que a favela se tornava naturalmente regularizada. A partir do início dos anos de 1990, a prefeitura da cidade de Teresina passou a utilizar Estratégias que resignificassem estes espaços sociais que se encontravam fora dos padrões administrativos estabelecidos, iniciando-se uma política de mapeamento das favelas de Teresina, com os Censos de Vilas e Favelas, propondo-se uma abertura para o processo de “desfavelização” da cidade. A utilização de novos conceitos para estes setores de ocupação desordenada, tais como, vilas, parques e residenciais dão mostra de um discurso que aproxime cada vez mais os modelos desordenados de ocupação a uma modelo

ideal (neste caso os bairros) legitimados pelo poder público. Desta forma, apontava-se um sentido evolutivo para as categorias, ou seja, transformam-se as favelas em vilas, (conforme as comparações feitas entre o primeiro e o terceiro censo) e depois estas vilas em bairros (o projeto vila-bairro), estes últimos entendidos como modelo legítimo de organização administrativa. Denuncia-se o desenvolvimento de um discurso de desfavelização de Teresina, através da elaboração de estratégias que tentam produzir a imagem de uma cidade organizada, controlada pelos ditames do poder público, mas com as contradições que se imprimem em sua realidade.

As favelas nos deram, portanto, a possibilidade de estudar a cidade para além de sua planta urbana. Nesta, quase nunca há o registro das favelas, invisíveis na racionalidade cartográfica. Mas, se as lacunas instigam o trabalho do historiador (VEYNE, 1983), podemos arriscar e fazer recuperar os seus traçados, não apenas inventariando os lugares, como analisando as maneiras de apropriá-los. (BARROS, 2012).

## REFERÊNCIAS E FONTES

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina: 1877-1914*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. p.161-175.

BANDEIRA, William Jorge. Marginalidade Urbana Piauiense no Quadro Brasileiro. Carta CEPRO. Teresina. Vol. 06, n. 01, p. 04-13. jan/jun. 1980.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. *Cotidiano, narrativa e representação na Teresina dos meados do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) - UFPI. Teresina, 2006.

BRAZ e SILVA, Angela. *Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império*. Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 18, p. 216-236, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. A cidade como expressão do desejo: Filmes experimentais dando a ver a micrologia do cotidiano de cidades brasileiras. *Cidades, Comunidades e Territórios*, v. 32, p. 146-157, 2016.

\_\_\_\_\_. *Práticas caminhanças: cinema marginal e flanâncias juvenis pela cidade*. In: Antonia Jesuíta de Lima. (Org.). *Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. 1, p. 95-110.

\_\_\_\_\_. *Táticas caminhanças: cinema marginal e flanâncias juvenis pela cidade*. *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 27, p. 177-194, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tristeresina: a cidade dizível*. *Textos de História*, v. 14, p. 163-174, 2006

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; SOUSA, Renata Flávia. O. A cidade que abraça: atravessamentos e caminhadas em filmes experimentais. In: Edwar de Alencar Castelo Branco. (Org.). *História, Cinema e outras imagens juvenis*. 1ed. Teresina: /EdUFPI, 2009, v. 1, p. 176-185.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930)*. *Scientia et Spes*. Teresina, Ano I. n° 02, ICF, 2002. p. 295-313.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

- CHAVES, Monsenhor. *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1994.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Administração Geral e Pública*. 2 ed. São Paulo: Elsevier, 2008.
- CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean Pierre, SIRINELLI, Jean-François. (Orgs) *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2004.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.
- DIAS, Ricardo. A verticalização em Teresina. In: *Cadernos de Teresina*, ano XV, n. 35, p.16-31, mar. 2003.
- FERRAZ, Diná da Rocha Lourdes. *A questão fundiária urbana: reflexões sobre os direitos e as representações em relação à moradia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.
- FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Desafiando o olhar de Medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREDERICO, Celso. 40 anos depois. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 11 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- LIMA, Jesuíta Antônia. *Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular*. Teresina: EDUFPI, 1996.
- \_\_\_\_\_. *As multífaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.
- LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A imagem da cidade*. 1ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MELO, Cláudio. Duas Capitais. In: SANTANA, R. N. Monteiro. *Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva*. Teresina: Halley, 1995.
- MEDEIROS, Antonio José Castelo Branco. Movimentos Sociais. In: SANTANA, R.N. Monteiro de (Orgs): *Piauí, Formação, Desenvolvimento e Perspectivas*. Teresina. Halley, 1995, p.161 -183.

MEDEIROS, Lucineide Barros. A Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí - FAMCC e o “Orçamento Popular de Teresina” – OPT , Revelando a Natureza de Classe do Estado e Práticas Sócio-Políticas Emergentes no Processo de Educação Política. Dissertação de Mestrado em Educação.UFPI.2004.

MONTE, Regianny Lima. *A cidade esquecida: (re) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010

MONTEIRO, Thiago Nunes. *Como pode um povo vivo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 20115.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*, Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

\_\_\_\_\_. Francisco Alcides do. Os jornais diários na construção de representações do Piauí e de Teresina entre 1950 e 1970. In: NASCIMENTO. Francisco Alcides do; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima do.(Orgs) *Diluir Fronteiras: Interfaces entre História e Imprensa*. Teresina, EDUFPI, 2011.

NEVES, Abdias. *Um Manicaca*.3 ed. Teresina: Corisco, 2000.

NUNES, Maria Célis Portella; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Vol. IV. Teresina: FUNDAPI. Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Considerações sobre a ação urbanística no período pombalino*. ÀGORA. Santa Cruz do Sul: Vol 1, 1995.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RODRIGUES, Rodrigo da Silva. *Planejamento urbano em Teresina: análise das projeções de expansão urbana*. Teresina. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Piauí , 2013.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes. *Governo municipal e movimentos sociais na gestão da moradia em Teresina: um exame das experiências das Vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce*. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

ROLNIK. Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é cidade*. 3ª ed. 6ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROMERO, Suelda; RIBEIRO, Delma; TORRES, Elias. Não há vagas – Aspectos do Emprego em Teresina. Carta CEPRO. Teresina. Vol. 09, n. 01, p. 51-58. jul/dez. 1983.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. (Orgs). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – O Brasil republicano. vol. 4. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 283-313.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4º edição – Rio de Janeiro: BestBolso, 2016

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. *Orfeu Extático – São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. [Dissertação de Mestrado]PPGH/UFBA, Salvador, 2008.

SILVA, Maria Dulce. *Em busca da prevalência, padrões de relacionamento entre movimentos sociais urbanos e Estados, em Teresina*. Dissertação de Mestrado/UFPB, Teresina 1989.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da Favela*. São Paulo, FGV, 2005.

VIANA, Masilene Rocha. *E os sem teto também tecem a cidade*. As ocupações urbanas em Teresina. (1985-1990). Dissertação de Mestrado-PUC/ São Paulo, 1999.

VEYNE. Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

## Fontes Normativas

TERESINA. Códigos de Postura de Teresina, 1912. Retoma as determinações previstas pela Lei nº 69. 02. 09. 1905, que expõe as diretrizes para as condutas na cidade de Teresina.

\_\_\_\_\_. Código de Edificações do Município de Teresina. Lei nº 1593 de 28 de setembro de 1978. Diário Oficial do Estado número 239 de 19-12-1978.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Plano Estrutural de Teresina. (II PET) Lei n. 1932 de 16 de agosto de 1988. Diário Oficial do Município de Teresina, número 109 de 21-12-1988.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Código Tributário do Município Lei nº 1216, de 1969.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Plano Estrutural de Teresina (I PET). Lei nº 1591, de 31 de agosto de 1977.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Teresina. Lei Municipal nº 1263, de 27 de janeiro de 1970. Diário Oficial do Estado do Piauí, número 39, de 05-03-1970.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Lei nº 1934, de 16/08/1988. Teresina: PMT, 1988.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. lei nº 2113 de 10/02/1992. Teresina: PMT, 1988.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação geral. Projeto Vila-bairro. Teresina: PMT, 1997.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do trabalho e assistência social. Censo de Vilas e Favelas de Teresina. Teresina: PMT, 1993.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do trabalho e assistência social. Censo de Vilas e Favelas de Teresina. Teresina: PMT, 1996

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do trabalho e assistência social. Censo de Vilas e Favelas de Teresina. Teresina: PMT, 1999.

\_\_\_\_\_. SEMPLAN. *Projeto Vila-Bairro*, 1997.

### **Fontes Hemerográficas**

JORNAL O DIA 1958 -1998 – Jornal Diário

JORNAL O ESTADO – 1970 a 1980 – Jornal Diário

JORNAL ALTERNATIVA – 1978 a 1985- Mensal

### **Filmografia**

PAI herói. Valderi Duarte e Luis Carlos Sales. Teresina, 1980.7.49 minutos.

POVO favela. Valderi Duarte. Teresina, 1978.12.45 minutos.